



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO**



THAYNÁ SANTOS DE ALBUQUERQUE

**RISCOS AMBIENTAIS POR COQUE DE PETRÓLEO EM JATOBÁ, BARRA DOS
COQUEIROS-SE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

THAYNÁ SANTOS DE ALBUQUERQUE

**RISCOS AMBIENTAIS POR COQUE DE PETRÓLEO EM JATOBÁ, BARRA DOS
COQUEIROS-SE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento de Regiões Semi-Áridas e Costeiras

Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023



**Ata da 533ª Sessão de Defesa Pública de
Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e
Meio Ambiente.**

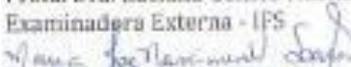
Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte três, às quinze horas, realizou na sala 04 no Pólo de Gestão, a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente de THAYNÁ SANTOS DE ALBUQUERQUE, sob o título: "*RISCOS AMBIENTAIS POR COQUE DE PETRÓLEO EM JAYOBÁ, BARRA DOS COQUEIROS-SE*", presidida pelo Coordenador adjunto, Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa. O coordenador Adjunto passou à palavra a aluna para que procedesse à apresentação de seu trabalho. Em seguida, a primeira examinadora, Profa. Dra. Luciana Gomes Machado Nascimento, arguiu a aluna que teve igual período para defesa e argumentos sobre as referidas questões. Logo em seguida, a segunda examinadora, Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, fez seus questionamentos e apresentou comentários e sugestões acerca do objeto de estudo. Em seguida, o Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa, agradeceu as contribuições dos membros da banca e teceu alguns comentários sobre as características do trabalho e sobre o desempenho da mestranda. A comissão, considerando a apresentação e defesa da aluna sobre os questionamentos teóricos e metodológicos, decidiu APROVAR a aluna, desde que, sejam atendidas as exigências da banca examinadora, a saber: Readequação do texto ao tipo de pesquisa, reescrita dos resultados, dos títulos e sub-títulos das seções, formatação textual, ortográfica e gráfica, além das conclusões da pesquisa, e da Resolução nº 04/2021/CONPE que regulamentam a apresentação e defesa da dissertação de Mestrado. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que será lida e assinada pela banca examinadora e pela aluna.

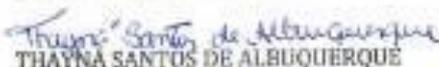
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:


Prof. Dr. Jailton de Jesus Costa
Presidente/Coordenador Adjunto PRODEMA - UFS

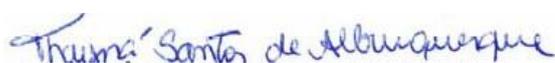

Profa. Dra. Luciana Gomes Machado Nascimento
Examinadora Externa - UFS


Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares
Examinadora Interna - UFS


THAYNÁ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Aluna-mestranda



É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



Thayná Santos de Albuquerque
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe



Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa
(Orientador)
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Inajá Francisco de Sousa', is positioned above a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa
(Orientador)

Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe

Ficha catalográfica

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Albuquerque, Thayná Santos de.

A345r Riscos ambientais por coque de petróleo em Jatobá, Barra dos Coqueiros-SE / Thayná Santos de Albuquerque ; orientador Inajá Francisco de Souza. – São Cristóvão, SE, 2023.

125 f.: il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e meio ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Meio ambiente. 2. Avaliação de riscos ambientais - Sergipe. 3. Indústria petrolífera. 4. Pesca artesanal. I. Souza, Inajá Francisco de, orient. II. Título.

CDU 504.61(813.7)

Dedico esta Dissertação as mulheres-águas que me antecederam, as que partilham comigo este momento de r-existência, e as que ainda virão e continuarão na defesa por um mundo socialmente justo e ambientalmente saudável.

AGRADECIMENTOS

“Não, não é fácil escrever. É duro como quebrar rochas. Mas voam faíscas e lascas como aços espelhados”. Assim como escrever não foi fácil para Clarice Lispector (1977), também não o foi para mim, mas modéstia parte, fiz este aço espelhado voar. Fiz o melhor que pude, na fase mais desafiadora da minha curta jornada até aqui, muitas lágrimas rolaram, muitas noites em claro e todas as dores e sabores de ser pesquisadora no Brasil em meio a uma pandemia de Coronavírus. Mas, eu não conseguiria sem os empurrãozinhos de toda a força ancestral que me guiou para que eu chegasse até aqui e sem os abraços (muitas vezes virtuais), acolhimentos, ensinamentos, colo, carinho e palavras de conforto destes e destas:

À deusa das águas, por cuidar do meu Orí e sempre me mostrar os melhores caminhos. “Yemojá àgbódò dáhun ire” Odoya, Mo’juba!

À Mainha, gratidão por muitas vezes chorar o meu choro junto comigo, quando me vi doente e desisti de tudo, foi o seu colo que encontrei e me nutri dele até conseguir retornar e concluir este processo.

A Painho, eu consegui! Obrigada por desprender suor e dinheiro para que eu pudesse finalizar esse ciclo.

Ao Prof. Dr. Inajá Francisco de Souza que tive o prazer de conhecer em um momento bastante delicado para mim, que foi durante a qualificação, e, que, me acolheu para que eu alcançasse êxito neste processo de me tornar mestra.

A Ticiano Rodrigo que chegou no finalzinho desse processo, mas que contribuiu de forma ímpar, com leveza e paciência, obrigada por todo apoio e pelas orientações!

À Helena e Heloísa minhas sobrinhas e afillhadas, por me reensinar a brincar e por algumas horas me fazer esquecer do peso das obrigações. A Jonas Gabriel, meu afillhado, que chegou na minha vida junto com o mestrado e me arrancou muitas risadas, tornando este processo um pouco mais leve, desculpem a dinda pelas ausências. Amo vocês!

Á Brenda Isis minha comadre e Thalita Alcântara, confidentes, amigas que me acompanham desde a infância e que também foram amparo nesta jornada.

A Wylamys Bernardo, companheiro de graduação, e, que desde o processo seletivo do mestrado não soltou a minha mão, saiba que você é uma das minhas inspirações, obrigada pelas horas de estudo ao meu lado, pelos porres e pelas broncas.

A Rannier Couto, que me acompanha desde o primeiro dia de aula na UFS, valeu por trilhar mais esta jornada junto a mim, partilhando as angústias, desesperos, provas, trabalhos, prazos e decepções. Conseguimos!

À Emyly Lima pelo apoio contínuo em várias fases desta pesquisa e por me incentivar a seguir trilhando este caminho árduo e caudaloso da vida acadêmica.

A Breno Loeser e sua comunidade pela preocupação, afeto e cuidado que foi fundamental para que eu não desistisse.

À Mary, que fez diminuir um pouco da saudade da família principalmente neste último ano e por sempre me presentear com suas palavras, amizade e afeto, recarregando minhas energias para que eu pudesse seguir.

À Marixum, com seu abraço-casa me deu abrigo quando estive sem paradeiro e precisei fazer o estágio de tirocínio.

À Nadma que durante meu processo de adoecimento mental me deu suporte e caminhos para que eu pudesse me cuidar.

À Erika que por vezes me incentivou e me mostrou saídas quando me vi perdida diante das circunstâncias da vida e nos labirintos acadêmico.

A vida acadêmica é sim um caminho bastante solitário, mas conheci algumas flores nesta estrada de pedras, Ygraine Aragão e Gabriela Tupi, “o que seria da gente se não fosse a gente?”.

A Jorge Edson que me cedeu dados valiosos para o andamento da pesquisa, e Henrique Oliveira que conheci em um dia no LABERUR (UFS) e no outro dia já estávamos fazendo trabalho de campo na Barra dos Coqueiros-SE.

À banca examinadora por aceitar esse desafio, pelas contribuições teóricas e olhar apurado ao meu trabalho.

Aos discentes de Geografia e Filosofia 2022.1 com os quais desenvolvi estágio de tirocínio, foi um privilégio ter tido esta experiência e fazer boas trocas com vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Como um riacho que se forma junto a uma fonte, cresce e corre para chegar ao mar, nós não começamos grandes, profundos e caudalosos como vemos na foz. Nós começamos pequenos finos e rasos, mas ali adiante outro rio (outra luta) se incorpora ao nosso rio (nossa luta) e nos fortalece, e nossas águas ficam mais fundas. Depois de muitos afluentes irem se incorporando a nossa luta, então, na foz, somos um rio forte, poderoso, que, por vezes, consegue fazer efeito até nas marés. E nós queremos ser o mar, porque o mar é poderoso é onde todos os rios (lutas) se encontram é assim que vamos ganhando profundidade até sermos mar de luta”.

(Joelson Ferreira)

RESUMO

A indústria do petróleo, desde o seu primórdio no século XIX, já se constituía como imprescindível fonte energética no modo de vida das sociedades, sobretudo, das potências mundiais. A exploração petroquímica na plataforma marítima da costa atlântica brasileira, prosseguiu de maneira associada à degradação ambiental e social dos territórios de vida das comunidades costeiras. O estado de Sergipe foi um dos pioneiros na atividade petrolífera do país, colocando o Brasil dentro da disputa internacional do Capital. Com isto, a exploração do Coque Verde de Petróleo (CVP) obteve destaque na produção entre os subprodutos do petróleo. No povoado Jatobá, situado no município Barra dos Coqueiros/SE o armazenamento dessa substância se apresenta como um problema para a saúde ambiental e coletiva dessas comunidades. Com isto, esta pesquisa teve como objetivo geral: analisar os impactos socioambientais advindos da indústria petroquímica presente na comunidade Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. A pesquisa foi fundamentada no método Pós-estruturalista em Foucault (2021), Deleuze e Guatari (1995) e possui como o conceito-categoria o corpo-território, em diálogo com as reflexões do pensamento complexo em Leff (2000, 2003). Com isto, promoveu uma análise interdisciplinar do problema de pesquisa, que foi do tipo qualitativa, básica e exploratória, e para isto utilizou-se de levantamento bibliográfico e documental, trabalhos de campo e rizomas para alcançar o objetivo proposto. A atividade da Pesca Artesanal se constrói no uso do corpo, nas águas dos rios, estuários e/ou mar, e dentro dessa dinâmica as mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais tendem a apresentar ainda mais vulnerabilidade aos riscos de contaminação pelo CVP pois além de serem responsáveis por garantir a alimentação e a saúde de suas famílias, sofrem nos seus corpos-territórios a dominação e exploração, advindos do sistema colonial-patriarcal. Foi possível compreender como o poder e a resistência se entrelaçam, e, por vezes, essas formas de poder e resistências se confundem e se movem de lugar, como no jogo político, nada é estático, os discursos também não o são e assumem formas de rizoma.

Palavras-chave: Corpo-território; Marisqueiras e Pescadoras Artesanais; Saúde e Ambiente; Protagonismo Feminino; Rizomas.

ABSTRACT

The oil industry, since its beginnings in the 19th century, was already an essential energy source in the way of life of societies, especially of world powers. Petrochemical exploration on the offshore platform of the Brazilian Atlantic coast continued in a manner associated with the environmental and social degradation of the living territories of coastal communities. The state of Sergipe was one of the pioneers in the country's oil activity, placing Brazil within the international capital dispute. As a result, the exploration of Green Petroleum Coke (CVP) gained prominence in production among petroleum by-products. In the village of Jatobá, located in the municipality of Barra dos Coqueiros/SE, the storage of this substance presents itself as a problem for the environmental and collective health of these communities. Therefore, this research had the general objective: to analyze the socio-environmental impacts arising from the petrochemical industry present in the Jatobá community, in the municipality of Barra dos Coqueiros, in Sergipe. The research was based on the Post-structuralist method in Foucault (2021), Deleuze and Guatari (1995) and has the body-territory as its concept-category, in dialogue with the reflections of complex thinking in Leff (2000, 2003). With this, it promoted an interdisciplinary analysis of the research problem, which was qualitative, basic and exploratory, and for this purpose bibliographical and documentary research, fieldwork and rhizomes were used to achieve the proposed objective. The activity of Artisanal Fishing is built on the use of the body, in the waters of rivers, estuaries and/or the sea, and within this dynamic, women shellfish gatherers and artisanal fishermen tend to be even more vulnerable to the risks of contamination by CVP, as in addition to being responsible for guaranteeing the food and health of their families, they suffer domination and exploitation in their bodies-territories, arising from the colonial-patriarchal system. It was possible to understand how power and resistance are intertwined, and sometimes these forms of power and resistance are confused and move around, like in the political game, nothing is static, the speeches are not static either and take on forms of rhizome.

Keywords: Body-territory; Seafood and Artisanal Fisherwomen; Health and Environment; Female Protagonism; Rhizomes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema do levantamento bibliográfico e documental inicial	37
Figura 2 - Esquema do levantamento bibliográfico final	38
Figura 3- Mapa hidrológico da área circunvizinha da comunidade Jatobá, 2023	60
Figura 4 - Tototós: memória e identidade cultural da população do estuário do Rio Sergipe .	62
Figura 5- Localização da comunidade Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.....	64
Figura 6- Morfologia continental e batimetria da margem continental de Sergipe e sul de Alagoas com os traçados das curvas batimétricas e indicação de perfis transversais na plataforma continental.....	68
Figura 7- Subtipos de risco de acordo com a ISO 4500	72
Figura 8- Principais aplicações do CVP	74
Figura 9- Distribuição de investimentos nas áreas de logísticas brasileiras	75
Figura 10-Modais e fluxos de investimentos na circulação do CVP.....	75
Figura 11- Alta acomodação de coque no município de Barra dos Coqueiros	77
Figura 12 - Presença do CVP na mão da pescadora artesanal da comunidade Jatobá	79
Figura 13 - Disperção do Coque de Petroléo em direção a comunidade Jatobá.....	79
Figura 14-Ruas da comunidade Jatobá.....	86
Figura 15- Partes do complexo Industrial e Portuário: Entrada e saída dos caminhões para o abastecimento com os produtos fornecidos pela VLI operações	87
Figura 16-Partes do complexo Industrial e Portuário: Porto Sergipe	89
Figura 17- Partes do complexo Industrial e portuário: um dos sete armazéns do TMIB visto a partir da linha da costa na Praia de Jatobá.....	91
Figura 18-Parque Eólico visto do quintal da marisqueira e/ou pescadora artesanal	92

Figura 19-Partes do complexo Industrial e Portuário: Indústria Cimenteira Votorantim.....	94
Figura 20-Tanques de carcinicultura na comunidade Jatobá.....	96
Figura 21-Cercamento dos mangues e passagem para Termoelétrica.....	97
Figura 22-Cercamento do mangue	98
Figura 23- Onde começa um e termina o outro? Indústria cimenteira, TMIB, Parque Eólico e gasoduto	100
Figura 24- Onde começa um e termina o outro? Parque Eólico e Gasoduto.....	101
Figura 25- Onde começa um e termina o outro? Praça da comunidade e Gasoduto/oleoduto	102
Figura 26 - Mapa Rizomático da Comunidade Jatobá.....	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Norma Técnica

ASTOTOTOS – Associação Dos Canoeiros e Usuários Das Tototós do estado de Sergipe

CNDH – Conselho Nacional dos Direitos Humanos

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVP – Coque Verde de Petróleo

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

Fapitec/SE – Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FISPQ – Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos

GHS – *Global Health System*

GLP – Gás Liquefeito de Petróleo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITPS – Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe

MMA – Ministério de Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OILPOL – Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OSR – Observatório social dos royalties

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

PE – Pernambuco

PEAC – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras

PEGC – Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro

PISQ – Programa Internacional de Segurança Química

RBJA – Rede Brasileira de Justiça ambiental

RJ – Rio de Janeiro

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SEAL – Sergipe e Alagoas

SEMARH – Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

SRH – Superintendência de Recursos Hídricos

TMIB – Terminal Marítimo Inácio Barbosa

UFS – Universidade Federal de Sergipe

VLI – Valor da Logística Integrada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
SEÇÃO I	27
<i>O PÓS-ESTRUTURALISMO COMO LENTE DE ANÁLISE: SUPERANDO DICOTOMIAS E TECENDO A REDE DO PENSAMENTO COMPLEXO</i>	27
I. I Método de Abordagem	28
I. I. I Alinhavando o pensamento complexo.....	30
I. II Delineamento da Pesquisa.....	35
SEÇÃO II	41
<i>MARES, RIOS, MANGUES E A CORRENTEZA FEMININA</i>	41
II.I Corpo-Território: por uma outra arte de habitar a terra.....	42
II.II O Protagonismo feminino referente à questão ambiental	46
II.III A Saúde coletiva e ambiental à luz da ecologia de saberes	50
II.IV R-existências e mulheres marisqueiras e/ou pescadoras artesanais.....	53
SEÇÃO III	58
<i>A MULTIPLICIDADE DA COMUNIDADE JATOBÁ E OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DE CONTAMINAÇÃO PELO COQUE DE PETRÓLEO</i>	58
III.I (Re)conhecendo a multiplicidade da comunidade Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.....	59
III.II As relações entre exploração petroquímica e a expansão tecnológica na Barra dos Coqueiros – SE	66
III.III O coque de petróleo e os riscos socioambientais.....	71
SEÇÃO IV	82
<i>A TRAMA RIZOMÁTICA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM JATOBÁ, BARRA DOS COQUEIROS/SE</i>	82
IV.I Jatobá: um corpo-território vulnerado	83
IV.I.I Complexo Industrial e Portuário Porto Sergipe: O Terminal Marítimo Inácio Barbosa	87
IV.I.II Central Geradora de Energia Eólica.....	92
IV.I.III Indústria Cimenteira Votorantim	93
IV.I.IV Carcinicultura	95
IV.I.V Cercamento do manguezal e complexo termoeletrico Porto Sergipe I	96
IV.II Rizoma da comunidade Jatobá, Barra dos coqueiros/SE.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	118

INTRODUÇÃO

A motivação para esta pesquisa se deu ainda na graduação em contato com Povos e Comunidades Tradicionais, enquanto bolsista de iniciação à pesquisa e extensão no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras da Universidade Federal de Sergipe (PEAC/UFS) foi observado a necessidade de aprofundar os estudos a respeito da exploração petroquímica como geradora de impactos na saúde socioambiental dos territórios de mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais de Sergipe, que em conjunto com as demais investidas do capital nesses territórios, retroalimentam o sistema e lubrificam as engrenagens da apropriação privada, da acumulação do capital e da divisão social-sexual do trabalho, inscrito em um movimento cíclico, produz consequências devastadoras à natureza.

A indústria do petróleo desde o seu primórdio no século XIX, se constituía como uma imprescindível fonte energética no modo de vida das sociedades, sobretudo, das potências mundiais. Aliado a isto, o aperfeiçoamento tecnológico ao passar dos anos, desencadeou em novas descobertas e possibilidades ao uso do petróleo, caracterizando-o como a matéria-prima de diversos outros produtos, alavancando sua produção e o colocando em disputa no cenário geopolítico mundial (Jurberg, 2016).

A matriz energética mundial alicerçada na indústria do petróleo, ascendeu após a segunda fase da Revolução Industrial, no final do século XIX, quando surgiram as telecomunicações, o gerador, o motor e transmissão elétrica e, principalmente, o motor de combustão interna à base de gasolina e de óleo diesel, que substituiu os cavalos e as carruagens e deu origem à indústria automobilística, flexibilizando a mobilidade individual e a circulação de mercadorias, até então sujeitas à rigidez dos trens e navios movidos pelo vapor, produzido com a combustão do carvão (Sauer, 2016).

Sauer (2016) salienta que do ponto de vista social, esta é a fase em que o capitalismo se monopolizou, formaram-se os cartéis, associados ao sistema financeiro. Dessa forma, ocorreu uma intensificação extraordinária da produção de bens e mercadorias, e sua circulação e consumo, numa escala e velocidade sem precedentes, graças a este “ouro negro”. O petróleo tornou-se a principal fonte de energia dessa fase, do modo de vida urbano-industrial, que persiste até a atualidade.

Costa (2017) revela que a indústria petrolífera tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento econômico das nações. O caráter estratégico do recurso evidencia sua importância para os países produtores e, sobretudo, para os consumidores. É importante assinalar que as maiores reservas de petróleo estão basicamente localizadas nos países periféricos, enquanto os países centrais, são considerados os principais consumidores.

Considerado por Galeano (2019, p. 209) “A riqueza mais monopolizada em todo o sistema capitalista”, o petróleo, dentro do Sistema-Mundo Moderno/Colonial foi engendrado pelas mãos de cartéis aos quais repartiram o mundo, e que fundamentado no paradigma moderno ditam as formas de exploração dos bens naturais (Porto-Gonçalves, 2021).

A consolidação da ciência moderna em consonância com a lógica do capital mercantilista, ofereceu aporte técnico-científico para a utilização das fontes naturais, como sinônimo de recurso natural incluindo não só o trabalho, mas também, a natureza ao seu modo de produção. Assim, promoveu-se formas de exploração irresponsáveis, na certeza de que a natureza é um recurso inesgotável (Batista; Rocha, 2018).

Aliado a esta ideologia deu-se, também, o processo de aceleração da dominação e apropriação da natureza por uma ínfima parcela da sociedade, em contraposição ao interesse da maioria, caminhando para um desenvolvimento desigual, resultado da apropriação dos bens naturais e da acumulação capitalista (Smith, 1988).

A exploração petroquímica na plataforma marítima da costa atlântica brasileira prosseguiu de maneira combinada à degradação ambiental e social dos territórios de vida das comunidades costeiras. Não obstante, os impactos ambientais foram paulatinamente adentrando aos territórios dessas comunidades, que, (re)produzem a vida a partir de práticas consideradas originárias, tradicionais e/ou pré-capitalistas (Floriano, 2020).

Ainda na década de 1990, o estado de Sergipe foi um dos pioneiros na atividade petrolífera do país, colocando o Brasil dentro da disputa internacional do Capital. Este fato corroborou para um crescimento vertiginoso da exploração do petróleo, a fim de suprir as necessidades energéticas mundiais e contribuir para a acumulação do capital, sobretudo, estrangeiro.

Em contrapartida, os crimes ambientais provenientes da exploração de petróleo *offshore* fazem parte de manchetes e noticiários desde a década de 1950, quando a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo (OILPOL) reconheceu o derramamento de petróleo como potencial poluidor das águas, do solo, ar e que consequentemente, altera e reduz a qualidade de vida de todos os seres vivos (Euzebio; Rangel; Marques, 2019).

No Brasil, até os anos 2000 o derramamento de petróleo na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, tinha sido considerado o pior desastre nacional advindo dessa indústria, após esta ocorrência as leis e diretrizes quanto a prevenção, controle e fiscalização foram intensificadas,

entretanto, com a flexibilização da legislação ambiental, sobretudo, no final da última década, esse tipo de ocorrência voltou a circular na mídia.

Em agosto de 2019 ocorreu no litoral do Nordeste e Sul do Brasil o mais recente e segundo o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), considerado o pior derramamento de petróleo da história do país, ao qual até o presente momento, as comunidades afetadas buscam lidar com os impactos cumulativos do derramamento (CNDH, 2019).

Enfatiza Smith (1988) que o processo sociometabólico do capital na produção do espaço contemporâneo encontra-se arraigado na exploração e opressão tanto feminina quanto da natureza. Os impactos da exploração do petróleo não se restringem apenas aos fluidos retirados das profundezas da díade terra-mar, os impactos estão presentes também em seus subprodutos, derivados dos processos químicos ao qual o petróleo é submetido.

Derramamentos de óleo causados por falhas nos equipamentos e materiais utilizados, lançamentos de gases poluentes na atmosfera durante as etapas de refino e tantos outros tipos de contaminação causados por petróleo tornam urgente a intensificação das pesquisas e leis voltadas a esse setor (Euzebio; Rangel; Marques, 2019, p. 80).

Nesse sentido, a substância Coque Verde de Petróleo (CVP) que se caracteriza como um dos subprodutos advindos do petróleo, tem se apresentado como uma fonte de risco a saúde ambiental e coletiva dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) que tem seus territórios invadidos por complexos indústrias portuários, aos quais, seguem a lógica de exploração por espoliação do capitalismo, em detrimento da vida.

No Brasil esse tipo de conflito tem se intensificado, desde a criação do primeiro Complexo Industrial Portuário, em Suape (PE), seguiram esse modelo de produção e reestruturação da atividade portuária, como o Porto Itapoá (SC), Porto do Açu (RJ) e mais recentemente o Complexo Industrial Portuário de Barra dos Coqueiros (SE) que apesar de já desenvolver as atividades porto-industriais ainda se encontram em fase de consolidação.

A comunidade do povoado Jatobá, localizada no município de Barra dos Coqueiros em Sergipe, é composta por PCT's, como Pescadoras e Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Mangabeiras entre outros, que desde a implantação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) em dezembro de 1994, vem sendo polo de armazenamento de substâncias petroquímicas, como é o caso do CVP que pode estar colocando o Território Tradicional¹ dessa

¹ De acordo com o decreto de Lei nº 6.040 de 2007, “[...] Territórios Tradicionais são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais” (BRASIL, 2007).

comunidade em risco, no cotidiano da pesca, na paisagem e em toda a dinâmica que, faz-se necessária para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Brasil, 2007).

O subproduto Coque Verde de Petróleo é uma substância química resultante do craqueamento de resíduos pesados do petróleo e a sua utilização como fonte energética gera, dentre outras substâncias, dioxinas e furanos, reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como carcinogênicos, ou seja, altamente cancerígeno, acometendo principalmente as vias respiratórias e pulmões, podendo se alastrar pelo resto do corpo (Sevá Filho; Santi, 2003).

Além disso, o armazenamento dessa substância também gera uma série de impactos para a saúde ambiental e coletiva. A comunidade Jatobá, em Barra dos Coqueiros (SE), já enfrenta essa problemática devido a implantação do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), no qual, o Coque Verde de Petróleo é armazenado, e em forma de pó é levado por meio da brisa marítima, para as casas circunvizinhas em um raio de até 5km. Se aloja na vegetação e penetra o corpo dos moradores do povoado, principalmente, através das vias respiratórias (NEEPES; ENSP; FIOCRUZ, 2022).

De acordo com o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil (2021), tendo a Neepes/ENSP/Fiocruz responsáveis por esse projeto, apontou que em 2016 o Ministério Público Federal em Sergipe ajuizou ação contra a empresa Vale S.A., a VLI Operações Portuárias e a Votorantim Cimentos por causarem poluição no município de Barra dos Coqueiros, empresas estas responsáveis pelo armazenamento e/ou locomoção da substância Coque de petróleo (NEEPES; ENSP; FIOCRUZ, 2022).

Além da exploração petroquímica na comunidade Jatobá, soma-se o avanço de megaprojetos energéticos, como o Complexo Industrial Portuário, Termoelétrica Porto de Sergipe, Parque Eólico, condomínios residenciais de luxo e outras diversas facetas que o Capital encontra para espoliar estes territórios em nome do lucro, que usufrui da flexibilização na legislação ambiental, e da ineficiência de fiscalização dos órgãos ambientais competentes (Agência Pública, 2023).

O trabalho pesqueiro inscreve-se e se constrói no uso do corpo, na educação do saber sensível humano, expressando-se, ao longo dos anos, no apuro e refinamento de alguns sentidos para que os pescadores exerçam sua atividade com qualidade nas águas dos rios, estuários e/ou mar (Ramalho, 2015).

O trabalho e a saúde coletiva das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais são ainda mais comprometidos, visto que além da insalubridade presente no seu trabalho, se

deparam com a presença da substância química CVP também em seus territórios de vida, as alterações produzidas recaem, sobretudo, nas mulheres que historicamente são responsáveis por garantir a alimentação e a saúde de suas famílias, além de sofrerem nos seus corpos a dominação e exploração advindo do sistema colonial-patriarcal (Vasconcelos *et al.*, 2020).

Além disso, Smith (1988, p. 79) salienta que “não apenas a exploração das classes e a propriedade privada surgem juntas, mas vêm acompanhadas da escravidão e da opressão feminina”. A atividade pesqueira artesanal e feminina é desenvolvida de forma coletiva, e, caracteriza-se como uma forma de r-existência frente ao sistema que se encontra alicerçado na divisão social-sexual do trabalho, levando em consideração que a dominação produz também a r-existência como mecanismo de luta pela vida, para quem vai ao caminho contrário do que é imposto pelo sistema econômico vigente.

Neste sentido, esta pesquisa se fundamenta na proficuidade essencial de fornecer uma contribuição científica que auxilie no descortinamento dos impactos socioambientais decorrentes da indústria petroquímica na saúde ambiental e coletiva, ocasionadas principalmente pelo Coque Verde de Petróleo. Além disso, visa fornecer uma base instrumental de análise que possa auxiliar na identificação de riscos ambientais presentes na comunidade de Jatobá, situada na Barra dos Coqueiros (SE).

Á vista disso, algumas questões emergem: Por que utilizar o conceito-categoria de corpo-território e de que maneira este conceito-categoria contempla os modos de vida das mulheres marisqueiras e/ou pescadoras artesanais? Quais são os presentes e possíveis impactos ambientais advindos do armazenamento da substância Coque Verde de Petróleo em Jatobá? Na luta referente a questão ambiental o protagonismo é feminino? Como a cartografia rizomática pode descortinar as conexões entre megaprojetos e impactos socioambientais em territórios tradicionais?

Para responder as perguntas supracitadas dispõe como objetivo geral: Analisar os impactos socioambientais advindos da indústria petroquímica presente na comunidade Jatobá, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. E como objetivos específicos: compreender o conceito de corpo-território e como este se torna um mecanismo de defesa dos territórios de vida das comunidades tradicionais; evidenciar o protagonismo feminino na luta referente à questão ambiental; Identificar os riscos socioambientais advindos do coque de petróleo que ameaçam o modo de vida das comunidades tradicionais em Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE; e representar, com rizomas, as conexões entre as re-existências comunitárias e os megaprojetos que ameaçam o modo de vida dos PCT's da comunidade Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.

É importante salientar que os objetivos inicialmente delineados na fase inicial da pesquisa sofreram ajustes significativos. Isso se deve ao fato de que, até a qualificação desta dissertação, a expectativa era o término da pandemia de Coronavírus (COVID-19). Os trabalhos de campo eram considerados essenciais para alcançar os resultados desejados, uma vez que, dada a novidade do problema de pesquisa, a interação com a comunidade era fundamental para atingir os objetivos propostos.

Além disso, por se tratar de um tema de pesquisa ao qual segue em processo, junto ao Ministério Público Federal (MPF/SE) desde 2016, que corre em segredo de justiça (Anexo B) até o presente momento. Isso gerou dificuldades no acesso a dados oficiais, e a inexistência de produção científica sobre a questão do coque no estado de Sergipe tem agravado a situação. Esses desafios mencionados foram aspectos que levaram a pesquisa a passar por diversas adaptações durante o processo de escrita desta dissertação.

Diante do exposto, esta pesquisa buscou promover uma reflexão crítica no âmbito das ciências ambientais e contribuir para o repensar epistemológico e teórico acerca dos conflitos socioambientais em escala global e nacional. Outrossim, apresenta relevância científica e social pela sua potencialidade em auxiliar no processo de visibilização do protagonismo feminino frente ao desafio ambiental contemporâneo, bem como, no fortalecimento das mulheres marisqueiras e/ou pescadoras artesanais da comunidade do Jatobá, localizada na Barra dos Coqueiros/SE.

Este estudo está dividido, sumariamente, em quatro seções, além da Introdução e das Considerações Finais. Na Seção I, intitulada "O PÓS-ESTRUTURALISMO COMO LENTE DE ANÁLISE: SUPERANDO DICOTOMIAS E TECENDO A REDE DO PENSAMENTO COMPLEXO", é apresentado o delineamento metodológico da pesquisa, juntamente com os caminhos considerados necessários para alcançar os objetivos estabelecidos, os quais respondem às questões de pesquisa propostas. Esta seção está estruturada da seguinte maneira: I.I Método de Abordagem onde é abordado o pós-estruturalismo, delineando o método adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, há uma exploração mais aprofundada do pensamento complexo, com a subitem I.I.I "Alinhavando o Pensamento Complexo". No item I.II Procedimentos e Técnicas de Pesquisa é descrito o passo a passo dos instrumentos e técnicas metodológicas utilizados ao longo da pesquisa.

A próxima seção é a Seção II, intitulada "MARES, RIOS, MANGUES E A CORRENTEZA FEMININA", que se desdobra nos seguintes itens: II.I Corpo-Território: Por uma Outra Arte de Habitar a Terra, este item aborda o conceito de território em duas escalas

indissociáveis, a terra e o corpo, proporcionando uma compreensão mais aprofundada dos impactos socioambientais nessas esferas. II.I O Poder Simbólico e a Questão de Gênero em Povos e Comunidades Tradicionais que será discutido o poder simbólico e sua relação com a questão de gênero em Povos e Comunidades Tradicionais. II.II O Protagonismo Feminino Referente à Questão Ambiental, analisar-se-á como as mulheres desempenham um papel fundamental no enfrentamento de diversas formas de violência em seu cotidiano, explorando o protagonismo feminino no contexto ambiental. II.III Saúde Ambiental e Coletiva à Luz da Ecologia de Saberes, refletindo sobre os impactos socioambientais na saúde, neste item, considera-se a Ecologia de Saberes como uma possível alternativa para compreender e abordar essas questões. II.IV R-existências e Mulheres Marisqueiras e Pescadoras Artesanais, neste item serão fundamentados os principais conceitos e categorias, que proporcionam a base e a contextualização necessárias para a pesquisa.

Na Seção III, intitulada " A MULTIPLICIDADE DA COMUNIDADE JATOBÁ E OS RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DE CONTAMINAÇÃO PELO COQUE DE PETRÓLEO", o início se dá com: III.I (Re)conhecendo a Multiplicidade da Comunidade Jatobá em Barra dos Coqueiros – SE, que abrange a caracterização da área de pesquisa, oferecendo uma compreensão mais aprofundada da diversidade presente na comunidade de Jatobá. III.II As Relações entre Exploração Petroquímica e a Expansão Tecnológica na Barra dos Coqueiros, este segmento explora a produção, circulação e consumo do petróleo e seus derivados, destacando as interações entre a exploração petroquímica e o avanço tecnológico na região de Barra dos Coqueiros. III.III O Coque de Petróleo e o Risco Socioambiental, esta parte focaliza os estudos e definições relacionados à presença do risco socioambiental decorrente da indústria petroquímica, com ênfase no coque de petróleo.

A última é a seção IV, intitulada "A TRAMA RIZOMÁTICA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM JATOBÁ, BARRA DOS COQUEIROS-SE", esta seção é iniciada com a subseção: IV.I Jatobá: um corpo-território vulnerado na qual demonstrou como o processo de vulnerabilidade antecede o de risco, e neste sentido é necessário levar em consideração quando for estabelecer os níveis de risco, sendo esta subseção composta pelos itens: IV.I.I Complexo Industrial e Portuário Porto Sergipe: O Terminal Marítimo Inácio Barbosa , IV.I.II Central Geradora de Energia Eólica , IV.I.IV Carcinicultura e IV.I.V Cercamento do manguezal e complexo termoeletrico Porto Sergipe I. Seguindo tem-se a última subseção: IV.II Rizoma da comunidade Jatobá, Barra dos coqueiros/SE, na qual é apresentado o rizoma que se fundamenta no conceito de rizomas proposto por Deleuze e Guattari (1995,

1997). Nesta subseção, são apresentadas as interconexões entre os impactos socioambientais e as articulações de r-existências no território das marisqueiras e pescadoras artesanais da comunidade Jatobá.

E, para não concluir, as CONSIDERAÇÕES FINAIS trazem, a partir da perspectiva da pesquisadora, as principais reflexões, análises e resultados que emergiram ao longo de todo o processo de pesquisa, constituindo, assim, o cerne desta dissertação de mestrado.

SEÇÃO I

*O PÓS-ESTRUTURALISMO COMO LENTE DE ANÁLISE: SUPERANDO
DICOTOMIAS E TECENDO A REDE DO PENSAMENTO COMPLEXO*

I.I Método de Abordagem

Para o desenvolvimento desta pesquisa o método adotado foi o pós-estruturalismo, por ser um método essencialmente interdisciplinar e por apresentar muitas e/ou diferentes correntes do pensamento, tendo como base o entendimento do sujeito coletivo em sua totalidade bio-psico-histórico-social-cultural, uma vez que a complexidade da sociedade contemporânea, bem como, a questão ambiental e de gênero exige do pesquisador novos olhares que questionem o *status quo de* forma não dicotômica como o fez/faz a ciência moderna.

Elucida Aguilar e Gonçalves (2017, p. 37) que “é importante compreender a perspectiva pós-estruturalista, por explicar as relações de dominação existentes na sociedade, cuja dominação vai além do aspecto econômico, incluindo questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade”. Nesse sentido, este método “não está predefinido, não é estabelecido a priori nem é traçado sobre um projeto alicerçado e robusto, senão é construído no próprio ato de caminhar com desapego ao formalismo da técnica e do procedimento (Junior, 2017, p. 140).

Outrossim, os pressupostos do método pós-estruturalista nesta dissertação, está fundamentada principalmente no pensamento de Foucault (2021), Deleuze e Guatarri (1995) em conjunto com a Teoria da Complexidade em Leff (2019, 2020, 2021) que nos possibilitou o aprofundamento rizomático do paradigma estabelecido entre poder e saber que permeou todo o desenvolvimento teórico-metodológico da pesquisa. Dispondo como horizonte, a promoção do diálogo de saberes, especialmente no entendimento de saúde ambiental e coletiva a partir de epistemologias alternativas como sugere o sociólogo Boaventura de Souza e Santos (2002, 2009).

Assim Foucault (2021) ao erguer o pensamento a respeito do poder, partindo da compreensão de poder é como uma rede de relações variáveis e multiformes, presentes em todos os espaços sociais e inerentes a própria sociedade. Para o autor, o poder não pode existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, sendo que estes pontos de resistência estão em toda rede de poder.

O método rizomático de acordo com Deleuze e Guatarri (1995) busca evidenciar como as multiplicidades são a própria realidade e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito-indivíduo. As subjetivações, as totalizações, as unificações, são ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os autores salientam ainda que, é uma teoria das multiplicidades por elas

mesmas. No ponto em que o múltiplo passa ao estado de substantivo.

Para isto, Deleuze e Guattari (1995) apresentam como princípios característicos das multiplicidades: *Singularidades*; Devires; (as relações) *Hecceidades* (individuações sem sujeito/ acontecimentos); *Espaços-tempos* (espaços e tempos livres); *Modelo de realização* (rizoma); *Plano de composição* (platôs: zonas de intensidade contínua); *Territórios e desterritorialização* (vetores que as atravessam que constituem em *territórios* e graus de *desterritorialização*).

Estes princípios característicos, são elos de agenciamentos, aos quais há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura. Tudo isso, as linhas e as velocidades mensuráveis constituem um *agenciamento* (Deleuze e Guattari, 1995, p. 1).

Deleuze e Guattari (1995) colocam que qualquer coisa possui potencial rizomorfo diferenciando-se das demais raízes e radículas. Para criar um rizoma é necessário, portanto, evidenciar as seguintes características: multiplicidade, linhas, estratos e segmentaridades, linhas de fuga e intensidades, agenciamentos maquínicos e seus diferentes tipos os corpos sem órgãos e sua construção, sua seleção, o plano de consistência, as unidades de medida em cada caso.

A trama rizomática se dá ao identificar os princípios balizadores deste método que são: conexões, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura a-significante, cartografia e decalcomania. Assim esta pesquisa busca a partir destes princípios agenciar as tramas que envolvem o Complexo Industrial Portuário da Barra dos Coqueiros e seu risco socioambiental no território de Povos e Comunidade Tradicionais, sobretudo, para as mulheres Marisqueiras e Pescadoras Artesanais.

Tendo em vista o que propõe Freire (1996) que “uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo”. Nesse sentido, a seguir, tem-se a discussão do uso estratégico do método pós-estruturalista e sua contribuição para pesquisas nas ciências ambientais, com comunidades tradicionais, correlacionado ao pensamento complexo e a relação sociedade/natureza e como estas possibilitam intervir no mundo para conhecê-lo.

I. I. I Alinhavando o pensamento complexo

Diante do problema de pesquisa, que aborda os riscos socioambientais resultantes da exploração petroquímica na Barra dos Coqueiros, Sergipe, especificamente no corpo-território das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais do povoado Jatobá, é importante ressaltar que esse cenário tem seu ponto de partida na exploração do petróleo por meio de plataformas marítimas.

Esse processo está intrinsecamente ligado à territorialização do capital, que se manifesta de maneira ultrajante nos territórios de vida dessas comunidades. Nesse contexto, o processamento e armazenamento do Coque Verde de Petróleo contribuem para essa complexa teia de riscos, prejudicando a saúde ambiental e coletiva dessa comunidade.

Vislumbra-se aqui uma configuração de pensar-sentir-fazer o mundo de forma estratégica, que possibilite avançar e preencher lacunas do conhecimento, que devido a exacerbação do pensamento racional ocidental, foram negligenciados ou postos em segundo plano, limitando o olhar científico e implicando diretamente na ausência de respostas que contemplem todas as dimensões da vida (Molano, 2020).

De acordo com Masaro (2018) o pós-estruturalismo, é uma corrente filosófica que recebe notoriedade entre as décadas de 1960 e 1980 tendo como seus principais pensadores Deleuze, Derrida, Foucault, Guattari entre outros. Fruto do pensamento *a priori* Estruturalista, pela dedicação ao entendimento da linguagem no qual Saussure e *a posteriori* Lévi-Strauss contribuíram de forma profícua na episteme e sistematização deste método, principalmente para a análise do discurso. Em contrapartida, somente a linguagem para o pensamento pós-estruturalista ressalta o autor, que não foi suficiente para compreender a realidade contemporânea.

O prefixo “pós” traz para o centro da análise a perspectiva da radicalização que não constava no estruturalismo, tendo em vista que este último trouxe à tona as estruturas, porém, sem apontar a constituição histórica e as intenções que inter-relacionam as estruturas e as zonas de influência. Neste sentido, o pós-estruturalismo avança no sentido de contestar essa universalização, e, para isso, além de apresentar as estruturas, aponta a influência historicamente exercida em função do *status quo*, que no nosso inconsciente aceitamos como uma força metafísica que estabelece nossa uniformidade enquanto sociedade (Masaro, 2018).

Surge então a vontade de potência entendida que, para além de viver sob jugo das estruturas, o sujeito social percorre também a sua emancipação, contestando um modelo de

ciência que, mesmo na crítica, mantém as estruturas, e, estas, inevitavelmente constituem uma relação vertical que sobrepõe as vontades de grupos minoritários. A razão passa a ser criticada por ser entendida como uma construção histórica ocidental (europeia, cristã) que limita e aprisiona a crítica dentro de um modelo estabelecido de sociedade (Aguilar; Gonçalves, 2017).

O pós-estruturalismo estabelece, então, um rompimento com essa concepção de ciência compreendida como um regime de verdade ou uma episteme dominante universal. O pensamento neste método de abordagem faz duras críticas ao caráter formal da democracia liberal, no sentido de que, esta legitima uma série de demarcações dualistas na sociedade, resultando em padrões de exclusão. As políticas sociais, por exemplo, exigem por vezes determinados critérios para conceder seus benefícios, excluindo aquelas populações que não se enquadram no padrão hegemônico de humanidade, ou seja, são fronteiras construídas para conter e policiar a diferença (Machado, 2021).

Defende-se aqui, essa abordagem teórico-metodológica como estratégia de análise da exploração petroquímica, bem como, de sua cadeia de produção e os processos de vulneração ao corpo-território de mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, uma vez que, o embasamento nessa corrente filosófica nos possibilita romper com o paradigma da ciência moderna, alicerçada em modelos de padronização e universalização, geradora de dicotomias, que não compreende a interferência das variadas dimensões da vida e a complexidade da sociedade contemporânea, principalmente no que se refere a questão ambiental (Aguilar; Gonçalves, 2017).

De acordo com Ferreira (2021) as escolas oficiais dividiram o todo que é a vida e a natureza em partes chamadas disciplinas, em que educadoras e educadores segmentam processos e reflexões que, na vida real, não são fragmentadas. Quase todos os problemas que lidamos no dia-a-dia são transdisciplinares. A escola oficial, portanto, deturpa a realidade, coloca-se fora dela e impõe sua lógica a realidade concreta.

É nesse sentido que o pós-estruturalismo apresenta alternativas de se pensar o conhecimento, sobretudo, caminhos nas ciências humanas e ambientais, levando em consideração os saberes tradicionais, sem necessitar distanciar o sujeito do objeto, a natureza do ser humano, combatendo a hierarquia no âmbito do conhecimento e o processo de marginalização das diferenças como forma de disciplinar os discursos, as relações e o comportamento dos sujeitos. Aqui torna-se exequível um novo paradigma que reconstrua as bases teóricas para um novo pensar, complexo, incerto e desafiador (Almeida, 2010).

A ciência cartesiana fruto do pensamento iluminista, em busca de uma suposta verdade, dividiu o mundo em partes para desvendá-lo, foi nesse movimento de separação que a natureza se tornou objeto de estudo e os homens sujeitos-pesquisadores capazes de dominar e explorar a natureza. Nesse sentido, salienta Leff (2021):

O projeto de civilização que pretende unificar o mundo está morto: o Deus único, a ideia absoluta a unidade da ciência e a globalização do mercado. A partir dos limites de uma razão fenoménica, a história se abre para uma ressignificação do ser a uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas, fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo (Leff, 2021, p. 415).

A transformação ideológica de natureza enquanto fonte de recurso inesgotável para o ser humano, forneceu os subsídios necessários para ascensão do sistema capitalista no mundo, com isso, esse modelo de desenvolvimento mostrou sua face cada vez mais agressiva de degradação da natureza, sem se ater ao fato de que quando o ser humano destrói a natureza ele se autodestrói (Engels, 2019).

Para o entendimento das ciências ambientais, faz-se necessário romper com os pressupostos da ciência moderna, seus padrões, dicotomias, generalização e hierarquização. A questão ambiental, por sua complexidade e quantidade de fatores que interferem na sua compreensão, exige uma reconciliação com os saberes tradicionais uma vez que é nessas comunidades que estão os “artistas do pensamento que, distantes dos bancos escolares e universidades, desenvolvem a arte de ouvir e ler a natureza à sua volta” (Almeida, 2010, p. 12).

O conhecimento é um processo artesanal, um conjunto de redes que requer para a sua tessitura várias linhas, nós e agulhas. É um processo refinado no qual não pode ser perdido de vista nenhum destes, não se pode apertar, nem tampouco afrouxar demais os nós, apesar de não existir uma “justa-medida”, é somente “tecendo em nós” onde o pensar-sentir-fazer se configura como um caminho, como uma possibilidade de tecer a rede do pensamento complexo, levando em consideração o sujeito em sua multiplicidade, suas dimensões: cultural, social, político e econômico (Almeida, 2012).

Além disso, para Foucault (1996) o discurso é uma rede de signos que se conectam com outros discursos estabelecendo os valores de determinada sociedade. Para ele é a partir do discurso onde se evidencia os sistemas de exclusão, seja pela palavra interdita, seja pela partilha da loucura ou a vontade de verdade, as quais, não raro se apresentam conectadas, atuando como engrenagem nas relações de poder.

Foucault (1996) desnuda os instrumentos de poder ao se aprofundar nos motivos que levaram ao surgimento de novos saberes e recorre à história para a compreensão dessas rupturas. Eis aqui duas premissas dos pós estruturalismo, as quais foram denominadas a arqueologia do saber e a genealogia do poder.

Em suas primeiras obras, Foucault se dedica ao entendimento do saber sem hierarquizar as ciências, para ele a ciência e pré-ciência não possuíam privilégios uma para outra, e ao considerar a Revolução Francesa como um marco de mudança de paradigma, principalmente o que concerne a mudança da ciência clássica para a ciência moderna. Este pensador buscou articular esses saberes com o extradiscursivo, na inter-relação entre as mesmas, entretanto, alargando o olhar em suas análises com as transformações globais, político-sociais, mas sobretudo, no micro-escalar desde o núcleo familiar até as instituições escolares (Masaro, 2018).

Assim não existe uma progressão de uma *episteme* para outra, mas sim uma quebra, uma ruptura, nesse sentido, Foucault buscou condições de possibilidades para um tipo de pensamento e a ruptura dessas condições por uma nova *episteme*, e procurou as origens secretas dos discursos da época. Como uma mudança de paradigma, foi uma quebra da linguagem das ciências humanas, sobretudo das categorias muito genéricas. Foucault foi um dos principais teóricos pós-estruturalistas, por apresentar a noção de micro poder na análise sobre a realidade (Masaro, 2018).

A reconciliação com a história, nas análises de Foucault sobre a genealogia do poder que dialoga com as ideias centrais de alguns pensadores como Nietzsche, Freud e Marx, diferentemente destes, ele debruçou-se principalmente sobre o entendimento do poder, num sentido inverso da ideia de poder centrado apenas no Estado. Compreendendo a microfísica do poder, Foucault analisa o discurso a partir da periferia, de espaços não ocidentalizados, ou que não estão ao alcance do poder do Estado.

Assim, surge o conceito de biopoder, o poder produzido não somente pelo Estado, ou longe dele, mas que o transcende. É partindo das especificidades como a doença, por exemplo, que ele vai “analisar como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder construído pelo aparelho de Estado

É de fundamental importância para analisar o conceito de corpo-território de mulheres Marisqueiras e Pescadoras Artesanais, inserir a dimensão do biopoder, pois, é a partir deste que os instrumentos de poder, em sua forma micro escalar podem ser desvelados, uma vez que,

“intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (Machado, 2021, p. 16).

Além disso, assim como é anunciado no método rizomático, é necessário buscar as conexões presentes nas relações entre o meio ambiente, as relações sociais, a subjetividade humana e a materialidade corporal pensada também como espaço de poder, traduzindo-se em território, reivindica uma análise que inclua os corpos e os territórios partindo das margens, das diferenças, do corpo coletivo que é a sociedade em suas variadas dimensões incluindo seus mecanismos de resistência a favor da vida.

Neste sentido, para a análise do processo de territorialização do Capital através do Complexo Industrial Portuário da Barra dos Coqueiros que se capilariza nos territórios de vida de comunidades costeiras do estado de Sergipe, sobretudo para análise do corpo-território de mulheres Marisqueiras e Pescadoras Artesanais faz-se necessário percorrer os caminhos alternativos dos pressupostos do método pós-estruturalista, pois, este permite compreender a realidade a partir de suas especificidades históricas e dos efeitos de poder sobre a natureza, e principalmente sobre o corpo social, com a inter-relação dos diversos saberes.

Pois é nas sutilezas, onde as assimetrias e os dispositivos de poder se estabelecem, e que para além das estruturas, superestruturas e infraestruturas são as inter-relações dinâmicas e complexas que há possibilidades de potência do pensar-sentir-fazer as transformações de sujeitos e assim transformação de sociedade e mundo. Busca-se as raízes rizomáticas do problema, no estabelecimento da relação entre subjetividades e objetividade e o simulacro corpo-território e território-terra sem necessitar dicotomizar, dessa forma, é possível ir além das aparências fenomênicas, na confluência entre saber e poder.

Diante da concepção de complexidade, enquanto desígnio para o entendimento da realidade, possibilitou, ao navegar desta pesquisa, uma análise significativa das mulheres Marisqueiras e Pescadoras Artesanais, enquanto possuidoras de saber e poder. Visto que a permeabilidade do setor industrial petroquímico em construção da materialidade contraditória do desenvolvimento desigual que adentra nas mais específicas e subjetivas dimensões da vida, produz efeitos nocivos na saúde de mulheres que a partir do seu trabalho de marisqueiras e pescadoras artesanais são marginalizadas seja pela sociedade ou pelo Estado e acometidas pelas assimetrias materiais e subjetivas do Capital.

A teoria da complexidade ambiental de Enrique Leff, nos disponibiliza terras férteis

para plantar um novo paradigma, no qual o ser humano e a natureza não mais são tratados como sistemas binários e automaticamente opostos. Pensar a complexidade ambiental é repensar o mundo a partir do ser, para poder pensar a construção de uma racionalidade alternativa fora do campo da metafísica, do logocentrismo, da ciência da racionalidade econômica, que produziram uma modernidade insustentável (Leff, 2021).

Dessa maneira por ser um mestrado interdisciplinar, alocado nas ciências ambientais, foi de fundamental importância trilhar o percurso da complexidade do pensamento para o entendimento da questão ambiental, não raro, por sua transversalidade de temáticas, necessitou também de várias áreas do conhecimento para atuar de forma conjunta, e avançar nas possibilidades da integração dos diversos saberes.

Assim, salienta Carvalho e Bomfim (2020) que é preciso buscar a mudança paradigmática e refletir o cerne da questão, as raízes do problema, que diz respeito aos nossos hábitos, nossa cultura, a educação dentro e fora da escola. Pois entende-se que, é neste navegar que existem possibilidades do pensar-sentir-fazer transformações da realidade para além da sua aparência, como possibilidade também, de desenvolver uma pesquisa, a qual a pesquisadora não esteja distante do seu objeto de estudo, e permita-se por vezes ser parte desta.

I.II Delineamento da Pesquisa

É pensando em caminhos não lineares, teórico-metodológico, fundamentado no pós-estruturalismo de Foucault (1996, 2021) e Deleuze e Guattari (1995), que esta pesquisa foi desenvolvida, com o olhar rizomático no pensar-sentir-fazer da pesquisa. Nesse sentido, os procedimentos e técnicas que foram utilizados para o alcance dos objetivos de pesquisa, buscou proporcionar dentro e fora da comunidade científica um (re)desenho de mundo, sem hierarquias do saber, de forma a contribuir para a desestruturação das relações de poder vigente no tocante à questão ambiental e de gênero. Abaixo está descrito e detalhado a tipologia, os procedimentos, técnicas e as etapas que envolveram a pesquisa.

Com base em Gil (2008), esta pesquisa tem por natureza social, básica com abordagem qualitativa do tipo exploratória, considerando que o objeto de estudo é pouco explorado nacional e internacionalmente, e possui como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, bem como, por aprofundar o entendimento de fenômenos complexos.

Acrescenta Triviños (1987) que a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, proporciona a quem pesquisa, planejar um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinado fenômeno obter os resultados que deseja. Assim,

utilizou-se de levantamento bibliográfico e documental, visitas técnica e observações assistemáticas para análise dos dados.

O levantamento de dados secundários é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. As fontes para este levantamento, se deram por meio da pesquisa bibliográfica, que “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (Lakatos, 2017, p. 118).

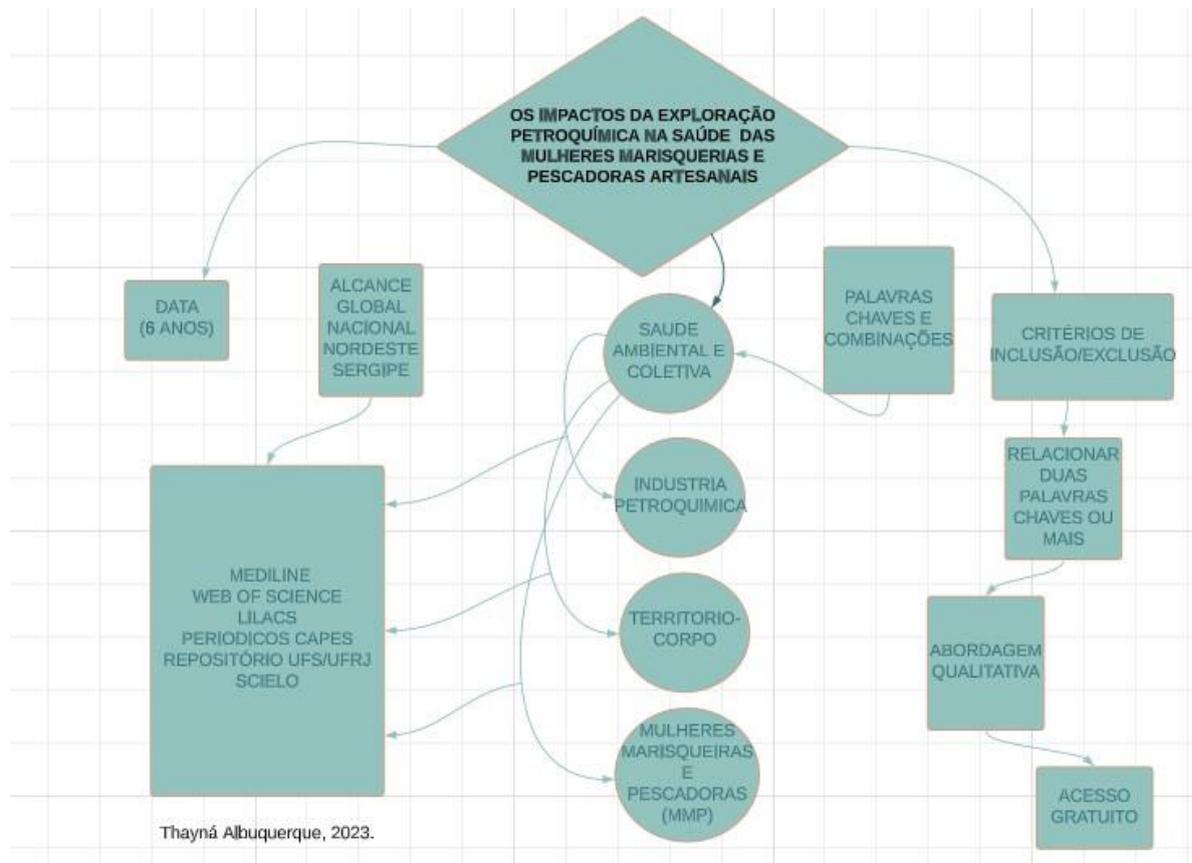
Bem como, o levantamento documental por se tratar de um material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta (Lakatos, 2017, p. 118).

Severino (2017) salienta que, para que o trabalho científico seja válido, é salutar que este seja categoricamente descrito, adotando critérios analíticos sobre o material de partida para elaboração da pesquisa como um todo. Nesse sentido, em buscas das respostas às perguntas e objetivos de pesquisa, foi dividido nas seguintes etapas:

- a) Levantamento bibliográfico e documental;

Assim, para compreender o conceito de corpo-território, e, como este se torna um mecanismo de defesa dos territórios de vida das comunidades tradicionais, foi necessário, em nível teórico, levantamento bibliográfico em bancos de dados de artigos, teses, dissertações e publicações em revistas, acerca do conceito de corpo-território, a respeito da exploração petroquímica e seus impactos na saúde coletiva e ambiental nos territórios da pesca.

Figura 1 - Esquema do levantamento bibliográfico e documental inicial



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

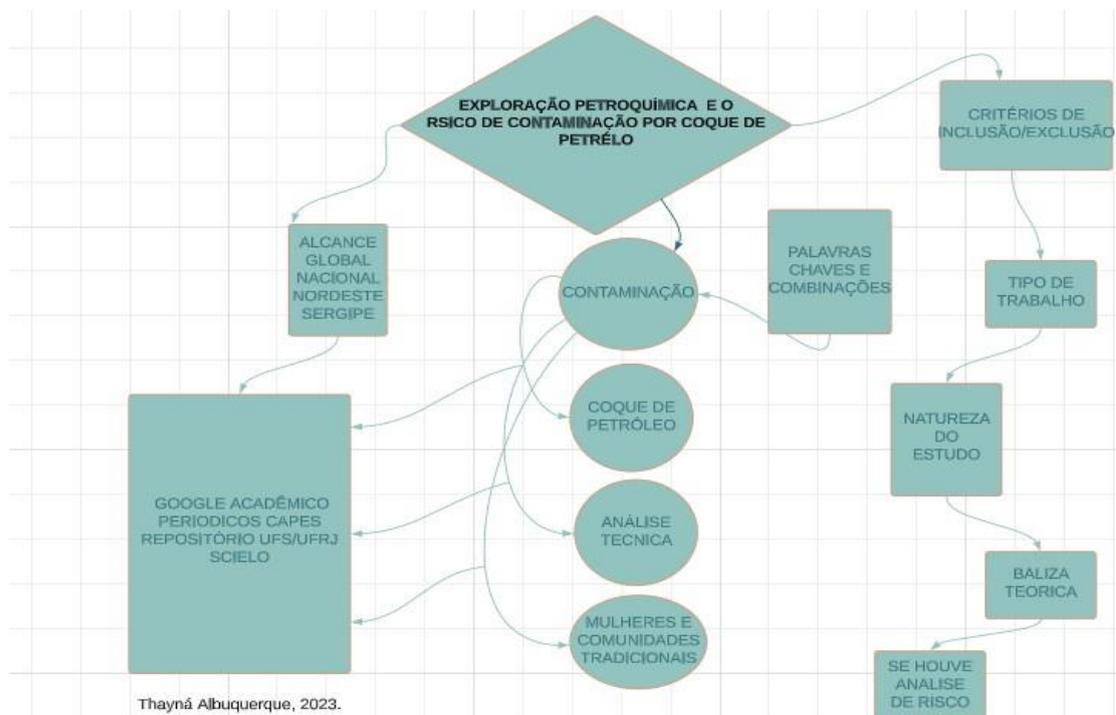
Bem como, investigação documental em órgãos ambientais e legislativos, como Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Ministério de Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME), entre outros, em busca de relatórios, notas técnicas ou afins, que evidenciassem os processos e possibilidades de risco e/ou contaminação advindos do Coque de Petróleo. A sistematização do levantamento bibliográfico em conjunto com os relatos colhidos em eventos, palestras e reuniões virtuais entre comunidades tradicionais, proporcionou a escrita dos primeiros capítulos da fundamentação teórica da Dissertação.

Para o aprofundamento e compreensão das relações entre exploração petroquímica e a expansão tecnológica na Barra dos Coqueiros e do coque de petróleo e seus possíveis riscos socioambientais o levantamento bibliográfico se deu a partir de periódicos, com enfoque nos trabalhos cujas metodologias fossem do tipo qualitativa e estudo de caso, com exposição comprovada e prejuízos associados ao contato frequente e prolongado ao coque verde de petróleo.

Eis aqui o primeiro desafio encontrado para o desenvolver desta pesquisa, visto que por se tratar de uma temática pouco explorada, o volume de material bibliográfico e documental, seguindo os critérios de inclusão/exclusão e levando em consideração as produções dos últimos seis anos, foi baixo. O que pode nos demonstrar a negligência do Estado e da comunidade acadêmica para as relações existentes entre os riscos socioambientais advindos da exploração petroquímica em comunidades de pesca artesanal, sobretudo para com as mulheres pescadoras e marisqueiras.

Nesse sentido, foi necessário aumentar o tempo de busca e diversificar as palavras-chaves, bem como, os critérios de inclusão e exclusão. Como podemos ver na figura 2:

Figura 2 - Esquema do levantamento bibliográfico final



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Ao final, os arquivos analisados atenderam aos seguintes critérios de inclusão/exclusão: 1) Tipo do trabalho (artigo, monografia, resumo); 2) natureza do estudo (se uma revisão documental/bibliográfica, se um estudo de caso); 3) Se houve algum dano verificado (físico, material) e 4) Quais as balizas teóricas que respaldaram a determinação como o coque é prejudicial (se através de laudo técnico como resíduo ou como matéria prima da indústria), e 5) se houve análise de risco para análises dos casos.

A busca do material foi realizada na plataforma periódicos capes

(www.periodicos.capes.org.br), na plataforma de divulgação de pesquisa da Scielo (www.scielo.com), Google Acadêmico (www.scholar.google.com) e A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (<https://bdtd.ibict.br/vufind>), com as seguintes palavras-chave: “contaminação”, “coque de petróleo”, “análise técnica” e “mulheres e comunidades tradicionais”. Os resultados obtidos foram submetidos aos critérios de inclusão/exclusão, para composição da amostra final.

Em conformidade com Lakatos (2017), técnica é um conjunto de procedimentos de que se serve uma ciência ou arte, sendo a habilidade para usar esses preceitos ou normas ou ainda, que, toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos. Assim, do mesmo modo que o levantamento bibliográfico e documental estabelece o primeiro contato entre pesquisadora e problema de pesquisa, pode-se também possibilitar a aproximação da pesquisadora com o universo da pesquisa, ou seja, qualifica o olhar da pesquisadora para a realidade que poderá ser encontrada na etapa seguinte, que neste caso foi a de visita técnica.

b) Trabalho de Campo;

Gil (2008) salienta que o trabalho de campo objetiva procurar muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Dessa forma, nesta etapa da pesquisa foi utilizado a técnica de observação sistemática e assistemática.

Visto que existiu objetivos preestabelecidos, como o de identificar quais são os impactos socioambientais da indústria petroquímica, sobretudo do risco de contaminação socioambiental da substância Coque Verde de Petróleo em Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE, mas também possibilitou *in locu* visualizar outras tramas que fazem parte dos impactos socioambientais nesse território e que contribuem no processo de vulneração do universo da pesquisa, que são os territórios-corpo das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais da comunidade Jatobá, na Barra dos Coqueiros-SE.

Nesse sentido, com a observação assistemática foi possível analisar a presença do Parque Eólico, da usina termelétrica, tanques de carcinicultura, entre outros empreendimentos que, com base nos pressupostos teórico que sulcaram a pesquisa, foi possível identificá-los. Os registros do trabalho de campo foi feito com o uso de fotografias e diário de campo.

A respeito do diário de campo, Minayo (2000) recomenda a reflexão sobre as finalidades na etapa seguinte, que é a de análise, que são: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas,

e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto social do qual faz parte.

c) Síntese.

Buscou-se para a análise qualitativa dos resultados, com base em Medeiros (2021), que coloca como metodologia a técnica de pesquisa que estratifica as vias nas quais o estudo foi realizado. A saber, quais as premissas que pavimentaram o caminho do entendimento para as elaborações de linhas de investigação do problema de pesquisa, para melhor detalhamento dos riscos socioambientais que ameaçam o modo de vida de mulheres marisqueiras e/ou pescadoras artesanais provenientes da substância CVP em Jatobá, Barra dos Coqueiros em Sergipe:

Análise dos laudos citados, e das legislações adotadas para caracterização de risco à saúde no GHS (*Global Health System*). Em seguida, foram realizadas as comparações destes resultados com as normas regulamentadoras que caracterizam os resíduos destas atividades como perigosas, enquadrando as semelhanças e diferenças. Demonstrando a vulnerabilidade ambiental dessas comunidades.

Além disso, como forma de sintetizar os resultados foi elaborado um mapa rizomático de acordo com o conceito de Deleuze e Guattari (1995, 1997). No qual foi estabelecido as conexões, a partir das fotografias e as anotações do diário de campo, buscando identificar as tramas, redes e tessituras a partir dos princípios de Heterogenicidade, Multiplicidade, Ruptura, linhas de segmentação e desterritorialização presentes na obra *Mil Platôs* dos autores supracitados.

SEÇÃO II

MARES, RIOS, MANGUES E A CORRENTEZA FEMININA

II.I Corpo-Território: por uma outra arte de habitar a terra

*“Defender o território-terra e não
defender o território-corpo das
mulheres é uma incoerência
política”.*
(Lorena Cabnal²)

De acordo com Raffestin (1993), o Território se desvela como conceito-categoria que se forma a partir do Espaço, mas, diferencia-se deste, uma vez que, é guiado pela ação de um ator sintagmático – ou seja, que realiza algo em determinado nível, portanto, ao se apropriar de uma porção do espaço, seja concreta ou abstratamente, o sujeito “territorializa” o espaço, distinguindo-os. Nessa perspectiva, o território se traduz a partir das relações assimétricas de poder que se materializam, a partir da apropriação do espaço.

Já na concepção de Haesbaert (2020), o território, esse grande elo “práxico” entre prática, uso efetivo no cotidiano, análise e reflexão teórica, se dará pela imbricação entre espaço-poder, ampliando-se a concepção de poder, ao inserir evidentemente a sua dimensão simbólica. Portanto, ao extrapolar as fronteiras da materialidade objetiva do território e articulá-la às formas de poder subjetivas, o conceito de território extrapola a dimensão do espaço enquanto físico (terra). Este conceito se aplica também, nas relações de dominação para com o corpo, material e subjetivo, no qual a exploração e suas múltiplas violências tendem a se acentuar quando se trata do corpo feminizado.

O território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder tradicional, material, concreto e de dominação das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural, simbólico e de apropriação (Haesbaert, 2004, p. 1).

Para Haesbaert (1999), a identidade territorial é uma expressão da identidade social, que, essencialmente, emerge da relação intrínseca com um território. Essa conexão se estabelece tanto no plano conceitual, no reino das ideias, quanto no nível da realidade tangível, onde o espaço geográfico desempenha um papel fundamental na formação da identidade social.

²Lorena Cabnal é uma Feminista Comunitária da Guatemala.

Em resumo, essa é uma identidade que, se baseia na associação a um território, tanto em termos simbólicos quanto concretos, sendo um dos pilares essenciais para sua construção.

Assinala Foucault (2021) que, para além da noção geográfica do território, este se constitui antes de tudo como uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Na contemporaneidade, são os corpos biológicos, tomados e inscritos como território de atuação do biopoder que trazem consigo marcas sempre provisórias, das cesuras causadas pela implosão das dicotomias tradicionais da modernidade: entre vida digna e vida vulnerável, incluída e excluída, dentro e fora, regra e exceção.

Portanto, são os corpos e seu ambiente espacial imediato que, constituem o campo de batalha de poderes em conflito e o espectro no qual se exibem os sinais de sua anexação e pertencimento a um poder soberano. As dimensões corpo e território se fundem quando tratados sob a égide do desenvolvimento capitalista, pois, os processos necessários para a obtenção de lucro, prerrogativa desse sistema financeiro, reverbera de forma intrínseca nestas duas escalas co dependentes (Nielson, 2020).

Para Marx (2004), a natureza compõe o corpo inorgânico do ser humano e nesse processo sociometabólico, ao passo em que transforma a natureza, automaticamente, transforma-se o ser humano a si mesmo. Não raro, à medida em que o ser humano degrada a natureza ele se “auto-degrada”.

No entanto, para a mulher marisqueira e/ou pescadora artesanal o território permanece sendo seu meio de trabalho e extensão direta de sua corporeidade, uma vez que o usufruto da água e da terra é condição concreta do ser trabalhadora da mariscagem e da pesca artesanal. Nesse sentido, esses corpos-territórios carregam também as dores da história (Nunes, 2019).

Guattari (2021), ao pensar nas problemáticas ambientais e suas devastadoras consequências nos “territórios existenciais”, que, apenas uma articulação ético-política — a que se chama *ecosofia* — entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) são capazes de analisar de forma profícua a complexidade presente nesse processo.

Gago (2020), ao refletir a respeito do conceito de corpo-território, como uma aliança entre corpo individual, corpo coletivo, o território e paisagem, salienta que corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território.

Foi de fundamental importância, ao analisarmos o conceito de corpo-território de

mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, ter inserido a dimensão do biopoder, visto que, não podemos ter corpos emancipados enquanto a natureza permanece agudamente sendo explorada e oprimida.

Federici (2020) salienta que o processo de transformação da natureza em natureza-objeto é intrínseco ao método de objetificação das mulheres, não obstante com o amadurecimento do sistema capitalista. Destarte, as mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi alocado como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado.

Assim se instaura o “estado de guerra permanente contra as mulheres” em que o denominador comum é a desvalorização da vida e do trabalho feminino impulsionado pela globalização (Gago, 2020).

As comunidades latino-americanas, sobretudo, promoveram a ideia-força de corpo-território como: perspectiva que explica como se estrutura hoje a exploração dos territórios sob modalidades neoextrativistas e como elas reconfiguram a exploração do trabalho, mapeando as consequências geradas pela espoliação dos bens comuns na vida cotidiana (Gago, 2020).

O sistema capitalista detém dentre as suas principais características, uma ótica dicotômica para a relação sociedade/natureza. Essa dissociação implicou diretamente na forma com que se deu o processo de transformação da natureza, colocando-a na posição de natureza-objeto. A concepção de pensar a natureza e a sociedade de forma separada, ou seja, a natureza exterior ao ser humano, desencadeou diversas formas de degradação socioambientais considerando suas complexidades nas inter-relações do cultural, do político e do econômico (Batista; Rocha, 2019).

Conforme Porto-Gonçalves (2012), o etnocídio e o genocídio que se cometia contra os povos da África, da Ásia, e da América Latina, considerados primitivos e atrasados e, portanto, assimilados à natureza, tinha-se como objetivo da missão civilizatória proposta pela burguesia, que chegaria ao ápice ao destruir esses povos, considerados atrasados.

Concomitante a isto, houve uma grande subdivisão nas relações entre homens e mulheres, que de forma ideológica e estrutural, as mulheres foram associadas à natureza, alicerce fundamental para o sistema patriarcal se estabelecer, objetificando as mulheres, a base da dominação e exploração dos seus corpos, além do adestramento das subjetividades e desejos desses sujeitos.

Destaca Moreira (2002) que, o ordenamento territorial perpassa pelo ordenamento dos

corpos, principalmente dos *corpos perigosos*, que são os corpos de trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo das mulheres.

O controle espacial se dá pelo controle dos corpos enquanto territórios que comportam vida e que devem ser “adestradas” e disciplinadas para uma maior produtividade e domínio, além, de se manter uma determinada forma de organização e projeção espacial dotada de normas, regras que não permitem a anomia. Os territórios-corpos são elementos inerentes a organização espacial e reprodução da sociedade, ainda, são focos de atenção do pensamento estratégico do Estado e das empresas (Mondaro, 2020, p. 9).

Uma vez que os corpos são territórios, a classe dominante desenvolve instrumentos para disciplinar e controlar não só a mobilidade destes corpos, como também homogeneizar discursos, e outras formas sutis de exercitar o poder, através de aparelhos socio-territoriais, ao qual pode-se entender como um biopoder. Considerando que “nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício de poder” (Foucault, 2021, p. 237).

De acordo com Gago (2020), o conceito de corpo-território passa a ser utilizado para situar as resistências contra as investidas neoextrativistas, protagonizadas majoritariamente por mulheres. A autora salienta para a noção de corpo, que não sendo no campo do conservacionismo abstrato como prega o neoliberalismo, mas de:

Enfrentar os modos de espoliação de possibilidades materiais de vida que hoje estruturam um antagonismo direto entre empresas multinacionais e Estados contra populações que são saqueadas, deslocadas e redirecionadas a novas dinâmicas de exploração” (Gago, 2020, p. 87).

Portanto, é no cruzo entre poder/saber e território/corpo, que, esta pesquisa buscou fundamentar-se, para compreender a potencialidade emancipatória presente nos territórios de vida de mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, que nos possibilitem horizontes de caráter ético, filosófico e político que ultrapassem os limites técnico-científico ocidentais, frente a questão ambiental.

II.II O Protagonismo feminino referente à questão ambiental

A estreita relação construída socialmente a respeito da natureza e da condição feminina, permeada entre a relação de gênero raça e poder aquisitivo, a qual foi imposta responsabilidades específicas e assimétrica entre homens e mulheres e entre mulheres e suas distinções raciais e econômicas, principalmente dado ao seu trabalho produtivo e reprodutivo.

Assim, está presente no inconsciente coletivo que a mulher é “*O Segundo Sexo*”, como Simone de Beauvoir (2012) intitula uma de suas principais obras, pelo fato de que a mulher é tratada pela sociedade ocidentalizada, principalmente, como um recurso, abaixo do homem, assim como a natureza, fonte de exploração, portanto, abaixo do desenvolvimento.

De acordo com Federici (2020), a globalização do capitalismo vem acompanhada de aspectos muito violentos da acumulação primitiva, dentre muitos aspectos, um dos mais importantes e necessários para a existência do capitalismo é a degradação da mulher.

Pois nesta lógica, a condição de gênero deriva, em parte, do fato de abrigar no próprio corpo a reprodução da espécie, tornando-o um enorme fardo quando recai individualmente sobre a mulher, assim “mangues, marés, mariscos, mulheres, modos de vida: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo” (Matias *et al.*, 2020, p. 217).

Na relação masculino/feminino, desenvolvimento/meio ambiente e mar/terra o primeiro ocupa sempre o papel predominante enquanto o segundo de coadjuvante, isso tende a se acentuar quando se trata de mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, uma vez que, além da condição de gênero, soma-se a isto o fato dessas mulheres serem em sua maioria negras, indígenas e do Sul global, onde o racismo ambiental atravessa seus corpos-territórios (Santos; Lima, 2021).

Para Cezar e Theis (2020), a relação de invisibilidade do trabalho feminino, historicamente, está associada ao trabalho doméstico e cuidados da família, que segue a clássica divisão entre público e privado, restringindo a mulher da ocupação de espaços públicos, tornando-a reclusa no espaço privado e dependente economicamente dos homens de sua família, em geral pai ou marido.

De acordo com Salada e Brasileiro (2017), O conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim os processos simbólicos e subjetivos que a sociedade faz delas.

Na perspectiva da vida comunitária, entre os povos das águas, os homens pescadores tem seu papel social reconhecido pelo trabalho da captura e matança do pescado, as mulheres

são geralmente encaradas como ajudantes, o que gera situações de subordinação financeira, jurídica, política, social, etc., dessas aos homens da comunidade, principalmente, àqueles que pertencem a sua própria família (Cezar e Theis, 2020, p. 5).

A relação simbólica adotada socialmente entre mar/terra reverbera no reconhecimento do trabalho masculino e na invisibilidade do trabalho feminino, como geralmente são os homens que seguem a pescar no mar aberto ou mais distante da terra, as mulheres pescam nas proximidades da terra e no caso das marisqueiras no encontro das águas (mar e rio) em área de manguezal.

Além disto, é dada a responsabilidade a elas de cuidar dos filhos, cuidar da casa e alimentar toda a família. As mulheres por terem de lidar com todas essas atribuições se tornam imprescindíveis na identificação de riscos e ameaças ao meio ambiente. Ou seja, são estas mulheres que lideram e que mais possuem propriedade de fala no enfrentamento dos conflitos socioambientais presentes nos seus corpos-territórios (Cezar, 2020).

Entretanto, em espaços de decisão, como audiências públicas, congressos e conferências a respeito da questão ambiental, são geralmente os homens que estão presentes, pois as mulheres ficam em casa cuidando do lar e dos filhos. Nesse sentido, a mulher está ainda muito distante dos processos de tomada de decisão em relação às políticas ambientais.

Esta situação vem se modificando, no tempo da maré, essas mulheres estão se (re)conhecendo enquanto protagonistas nesse processo e vem R-existindo de forma coletiva no enfrentamento da questão ambiental (Jacobi *et al.*, 2015).

Desde a década de 1970, quando ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas a respeito das ações das mulheres, foi destacado que: as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. “Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio de Janeiro, 1992).

Nesses espaços de discussão as mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, muitas das quais são também indígenas, enfrentam desafios semelhantes aos de outras mulheres indígenas na América Latina, incluindo a luta por direitos territoriais, acesso a recursos naturais e reconhecimento de suas contribuições para suas comunidades e para o meio ambiente.

As mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais desempenham um papel de suma importância nas comunidades costeiras/ribeirinhas, etc., não apenas como trabalhadoras essenciais na cadeia de produção dos bens ribeirinhos, mas também como agentes ativas na

construção de suas próprias redes sociais e econômicas, constituindo uma teia de relações articulada em suas comunidades.

Sua organização social muitas vezes reflete dinâmicas comunitárias de colaboração, de formas de liderança coletiva, destacando a importância da unidade feminina. Essa perspectiva compartilhada da vida comunitária encontra paralelos com os princípios do feminismo andino, um movimento que valoriza a interconexão e a inter-relação entre as mulheres, a natureza, o simbólico e o subjetivo.

Tanto as mulheres ribeirinhas no Brasil, quanto o feminismo andino compartilham uma perspectiva ampliada que reconhece a importância da interdependência e da coletividade, desafiando assim as estruturas patriarcais e promovendo a autonomia feminina dentro de suas respectivas realidades.

O feminismo andino, popular e comunitário tem em sua base mulheres indígenas, negras, latino-americanas, camponesas, marisqueiras, pescadoras artesanais e mulheres de setores populares, que no contexto de suas experiências na economia social e solidaria, ou comunitária, em torno da destruição de seu habitat por megaprojetos de “desenvolvimento” elas reivindicam com voz coletiva outro rumo para suas sociedades (Barragán *et al.*, 2016).

A atuação dessas mulheres frente ao extrativismo neoliberal, sobretudo, na condição de “trabalhadoras produtivas e reprodutivas são sujeitos que a partir do Sul, sustentam a humanidade e estabelecem vínculos distintos com o planeta” (Barragán *et al.*, 2016, p. 119).

A questão de gênero se torna fundamental para o desafio ambiental contemporâneo. Afinal, ela nos coloca diante da necessidade de repensar nossas relações com a natureza, não somente com a natureza-que-nos-é-externa – o ar, a água, a terra, a vida animal e vegetal, o fogo – mas com a natureza inscrita em nossa própria espécie enquanto diferença biológica de macho e de fêmea e, assim, nos coloca diante do desafio de reinventar, pela cultura e pela política, novas relações entre o feminino e o masculino (Porto-Gonçalves, 2012, p. 180).

Além de Hernandez (2010), que já salientou sobre o reconhecimento do papel da mulher na conservação da biodiversidade, teve também a ECO-92 com o princípio 20, que destacou a importância das mulheres na gestão e no desenvolvimento do meio ambiente, e que sua participação plena é, portanto, essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Já demonstrava o quanto o olhar feminino é indispensável para mitigar as consequências da degradação ambiental, e prever possíveis novas ameaças ambientais que colocam em risco a vida, de homens, mulheres, crianças, da comunidade, do ambiente, de seus territórios de vida.

Em resposta às ameaças ao patriarcado e ao sistema capitalista vigente, que se retroalimentam e se apresentam em diversas formas através dos grandes projetos existentes como: os linhões, a plantação de eucalipto, a soja, a mineração, as barragens, os portos e o MATOPIBA, que incidem sobre os territórios e corpos, principalmente das mulheres, elas têm fortalecido ainda mais sua organização política, enquanto guardiãs nos territórios, e, com isso, demonstram uma simbiose existente entre elas e a natureza, de modo que essa luta seja constante, pois defender o corpo da mãe terra, é defender o seu próprio corpo e das futuras gerações (Silva; Vaiz; Santos, 2020).

Salienta Cezar e Theis (2020) que, historicamente, a conquista de reconhecimento jurídico das pescadoras artesanais constitui resultado de intensa mobilização política dos movimentos sociais da pesca artesanal e movimentos feministas, visando ampliar e garantir acesso aos benefícios da seguridade social federal (seguro defeso, seguro maternidade, aposentadoria em regime especial) para as mulheres trabalhadoras da pesca artesanal.

Essas mulheres vem ressignificando o papel atribuído a elas de estreita relação com a natureza e estão liderando movimentos que colocam a vida como prioridade e assegurando que seus modos de vida e saberes – ancestral – sejam preservados e que possibilitem um (re)desenho de mundo socialmente justo e ambientalmente saudável.

II.III A Saúde coletiva e ambiental à luz da ecologia de saberes

Expressa Freitas (2003), que o ambiente sempre esteve presente nos discursos e práticas sanitárias. Mas, foi somente com a intensificação do processo de industrialização e urbanização, com o aumento da participação política da classe trabalhadora e a incorporação dos temas relacionados à saúde na pauta de reivindicações dos movimentos sociais, que os problemas ambientais passaram a ser compreendidos como resultantes de processos fundamentalmente políticos e sociais.

A Organização mundial de Saúde (OMS) explicita que, a saúde ambiental é caracterizada por abordar os modos como os elementos do meio ambiente (físico, químico e biológico) influenciarão na qualidade de vida e na saúde humana. Em 1972 foi realizada a Conferência de Estocolmo, primeira grande reunião mundial sobre a relação entre ambiente e desenvolvimento. Em 2010 o Ministério da Saúde tinha como objetivo “conhecer e estimular a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento visando o fortalecimento da participação da população na promoção da saúde e qualidade de vida” (Brasil, 2000).

Tendo em vista que a vida saudável é dependente de diversos fatores, entre eles: sociais, econômicos e ambientais, assim a defesa do ambiente está relacionada à proteção da saúde humana, deste modo, entendemos saúde aqui, como “efeito de condições coletivas de existência e como afirmação de modos de vida singulares e em singularização” (Matias *et al.*, 2020, p. 216).

As três ecologias em Guattari (2001) se refere a três esferas da vida, que, ao mesmo tempo são pré-individuais e coletivas, são elas a mental, ambiental e social. Estas são, intrinsecamente, conectadas e interdependentes, portanto, suscetíveis aos riscos da seara do Desenvolvimento. De acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres são as mais vulneráveis a desastres naturais, bem como, são indispensáveis no processo de elaboração/efetivação de políticas públicas, pois, podem contribuir a partir dos seus saberes, estratégias de mitigação dos riscos ambientais (ONU, 2017).

Leff (2011) defende que a crise ambiental é fruto da hegemonia totalizadora da ciência e do processo de mundialização do capital, que trouxeram sérios problemas na relação sociedade-natureza. Em outras palavras: “os processos de degradação ecológica são, simultaneamente, raízes e esporos do *modus operandi* capitalista” (Matias *et al.*, 2020, p. 217).

A ecologia de saberes mostra-se perspicaz, se incorporados em Estudos de Impactos

Ambientais (EIA), pois, salienta Boaventura de Sousa Santos (2009) que ao combinar o arcabouço científico com o conhecimento popular, pode-se alcançar formas mais eficientes de mitigação, ou melhor, nova forma da sociedade se relacionar com a natureza. Falar de saúde das populações do campo, da floresta e das águas é falar da luta contra um modelo de desenvolvimento que considera essas populações invisíveis ou um empecilho para o progresso (Carneiro *et al.*, 2014).

A cadeia produtiva do petróleo, penetra, em todos os sentidos, nos territórios dessas comunidades, produzindo além de doenças ligadas diretamente ao refino das substâncias químicas necessárias para sua produção, como doenças físicas, psicológicas e ambientais. Gera também especulação imobiliária, aumento no uso de drogas e violências que inviabilizam o modo de vida tradicional dessas comunidades.

Em relação à saúde, essa cadeia produtiva está relacionada com: o aumento de câncer, o incremento das doenças neurológicas e psíquicas, das doenças de pele, do fígado, cardiovasculares, doenças respiratórias, os acidentes de construção, operação, manutenção, acidentes típicos de trabalho, acidentes químicos ampliados, que colocam em risco populações que vivem nos contornos dos empreendimentos (Silva *et al.*, 2016, p. 112).

A OMS, em estudo vinculado ao Programa Internacional de Segurança Química (PISQ), nomeado de substâncias químicas perigosas à saúde e ao ambiente, o Coque foi associado ao aumento de risco de câncer de pulmão e também está presente num grande número de fatores de risco à saúde ocupacional dos trabalhadores e de comunidades circunvizinhas (PISQ, 2011).

A exposição ocorre pelo contato com a pele e pela inalação de gases e vapores, sobretudo de hidrocarbonetos, que estão naturalmente presentes no petróleo bruto e também podem ser emitidos durante o processo de refino, o Coque possui compostos gasosos sulfurados, como sulfeto de hidrogênio, dióxido de enxofre e mercaptanas e são emitidos durante os processos de remoção e tratamento de enxofre (PISQ, 2011).

Para a ecologia de saberes, saúde é: interdependente da sustentabilidade ecológica, da democracia, da garantia dos direitos humanos, da promoção da justiça social, todos os aspectos responsáveis pela produção da qualidade de vida. (Silva *et al.*, 2016, p. 119).

A respeito da saúde coletiva e ambiental, está presente na agenda 2030 da Nações Unidas Brasil, o objetivo 3.9, o qual se refere a saúde e bem-estar e busca “até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo” (ONU, 2021).

De acordo com Leff (2000), os problemas ambientais são problemas eminentemente sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais. A respeito dos conflitos presentes nos territórios pesqueiros sergipano “há de um lado, os movimentos peristálticos de uma degradação territorial e do outro, a potência indigesta de uma luta constante pela manutenção da saúde desses – ou pela produção de saúde nesses – desses territórios” (Matias *et al.*, 2021, p. 7).

E deve ser encarado como um problema transfronteiriço, e, serem compreendidos nas múltiplas escalas das geografias que vão do mundo aos lugares, dos lugares ao mundo, atravessando os contêineres de poder dos territórios dos Estados, que teimam em negar sua plurinacionalidade (Porto-Gonçalves, 2019, p. 9).

É notório os inúmeros avanços provenientes da ecologia de saberes, desde as Epistemologias do Sul, entretanto as formas que a ciência moderna busca no que diz respeito aos problemas ambientais e que são simultaneamente problemas de saúde – pois afetam os seres humanos e as sociedades em múltiplas e simultâneas escalas e dimensões –, é um movimento atual de formalização dos problemas que, na maioria das vezes, ainda reduz os mesmos ao conceito de resolução através do cálculo e do tratamento da informação na lógica das ciências naturais e engenharias.

II.IV R-existências e mulheres marisqueiras e/ou pescadoras artesanais

Acordo maré, durmo cachoeira
Embaixo sou doce, em cima salgada
Meu músculo musgo me enche de areia
E fico limpeza debaixo da água

Misturo os sólidos com os meus líquidos
Dissolvo o pranto com a minha baba
Quando tá seco, logo umedeço
Eu não obedço, porque sou molhada

Enxáguo a nascente, lavo a porra toda
Pra maresia combinar com o meu rio, viu?
Minha lagoa engolindo a sua boca
Eu vou pingar em quem até já me cuspiu, viu?

(Elza Soares)

Iniciar esse item com o encanto das palavras dessa artista Elza Soares, que, remete a labuta diária do ser marisqueira e pescadora artesanal nos aproxima da beleza dessa profissão, entretanto, também nos remete aos ecos de enfrentamento aos quais elas dispõem para continuar r-existindo, aos conflitos e injustiças socioambientais que já fazem parte da sua rotina.

Uma das formas com que os povos e comunidades que ocupam territórios tradicionalmente têm de resistirem, é, a partir dos conflitos socioambientais que evidenciam as relações assimétricas de poder sobre o seu território, e, é, uma maneira de resistir contra o avanço da destruição. Dessa forma, esses povos se auto-organizam e colocam suas vidas em risco para denunciar e proteger seus territórios de vida contra o avanço do capital, a partir de megaprojetos como ocorre na comunidade de Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.

Nesse sentido, as mulheres em seu cotidiano ainda enfrentam as desigualdades de gênero, divisão injusta do trabalho, sobretudo, o doméstico, violência institucional companheiros, entre outras. Entretanto, há processos de resistência que são protagonizados por mulheres em suas práticas cotidianas através de experiências agroecológicas, nos quintais produtivos, na pesca, na mariscagem, na luta contra o machismo e a violência (Lima *et al.*, 2017, p. 5).

Galeano (2000) nos coloca a refletir quando evidencia que são as empresas que, com um lápis sobre o mapa do mundo, decidem quais serão as zonas de exploração e quais as reservas, e são elas que, fixam os preços que vão receber os produtos e vão pagar os consumidores. Incompatíveis com qualquer possibilidade de relação harmoniosa com o ambiente, estes empreendimentos são guiados exclusivamente pelos interesses de um capital que se acumula por espoliação e configuram ameaças evidentes à reprodução da vida (Montenegro; Rocha, 2017 p. 8).

O marco da morte de Chico Mendes trouxe consigo visibilidade mundial as atrocidades vivenciadas entre os latifundiários e a comunidade. Outro marco é a construção da hidrelétrica de Belo Monte que com toda a sua contradição encontra brechas na legislação ambiental para prosseguir. Os povos que tradicionalmente ocupam as terras de Abya Yala³ vêm resistindo desde a invasão ocidental, precisando se reinventar em suas táticas de resistência para sobreviver.

Evidencia Nascimento e Lima (2017) que na linha de frente das lutas e resistências, encontramos uma maioria formada por mulheres camponesas, sejam quilombolas, indígenas, pescadoras, marisqueiras, agricultoras e donas de casa. São elas que além de uma jornada de trabalho doméstico diário, arrumam tempo para se reunirem nas associações comunitárias e saem para os espaços políticos para defender seus projetos de vida, suas comunidades e territórios das ameaças dos projetos de morte, miséria e exclusão social (Nascimento; Lima, 2017).

Os crimes ambientais debatidos na conferência das Nações Unidas, a Rio-92, onde todos os chefes de Estado estiveram presentes, lideranças de Abya Yala ao denunciar todas as mazelas produzidas pelo sistema mundo moderno-colonial, de acordo com Porto-Gonçalves (2019, p. 11):

Já afirmaram naquela ocasião que seus povos tinham algum conhecimento a oferecer depois de séculos em que um sistema de saber/poder se impôs e levou o mundo a recorrer uma conferência como aquela, atenção para os limites do sistema moderno-colonial, suas pretensões universalistas e seu produtivismo.

As mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, assim como as camponesas, visto que muitas vezes essas mulheres desenvolvem ambas atividades, partilham e (re)criam formas de R-existências (Matias *et al.*, 2021).

Nesse sentido, esse conhecimento por elas adquirido, sobre seus corpos, sobre as

³ Abya Yala é a denominação ancestral para a América Latina.

vivências de suas ancestrais e o modo como isso chega às mulheres jovens das comunidades, diz muito sobre o que, segundo elas, tem relação com a natureza, com a proteção que fazem dela e com as ervas que curam umas às outras, principalmente em relação às doenças sofridas pelas mulheres, causadas também, pelas violências físicas, psicológicas e moral, muitas delas, por seus parceiros e lideranças locais.

Além disto, de acordo com o CPT (2020) os cuidados com o território perpassam, segundo elas, por saberes, pela reafirmação da identidade dentro dos processos plurais existentes. Principalmente em dialogando com a importância dessas experiências dentro de um contexto socioeconômico, cultural, político e ambiental, com base em suas raízes históricas. “E tem sido através das ervas, dos chás e dos banhos que essas mulheres resistem, se fazem presença e são sementes “sábias e misteriosas” (Estés, 2007, p. 48).

Outrossim, a cartografia social também tem se mostrado uma aliada ao discurso dessas mulheres-potências, que provoca novas formas de organização social; de ordenamento territorial; disputam os saberes oficialmente estabelecidos (ciência, Estado, etc.); e se constituem em uma janela para conhecer a diversidade de usos e apropriações do território que continuam acontecendo (Montenegro; Rocha; 2017, p. 4).

De acordo com Lima *et al.* (2017), a expansão dos grandes projetos de desenvolvimento tem provocado transformações territoriais através de processos de violação de direitos, inviabilização do modo de vida das comunidades, gerando problemas sociais e de saúde às populações do campo e da cidade, especialmente às mulheres.

Neste sentido as Mulheres de PCT's se traduzem na resistência cotidiana e necessária, para defender seus corpos, seu território, a vida comunitária com suas formas próprias de se (re)produzirem e que encontram nelas mesmas e em suas pares apoio e cuidado para se manterem vivas.

Na luta por terra e território, Joelson Ferreira (2021) nos exemplifica caminhos de resistências desde *a Teia dos Povos* na Bahia, e, faz o chamado em sua obra, de que, na nossa jornada, a nossa grande luta é contra o racismo, o capitalismo e o patriarcado. E esta jornada é o *dever*, o grande projeto, objetivo mais amplo, e, para isto, precisamos recorrer as caminhadas, estas são as etapas necessárias para percorrer essa jornada e que existem ainda os passos, estes são as tarefas necessárias para “lograr êxito em cada caminhada” (Ferreira, 2021, p. 30).

Assim quando os autores se referem as caminhadas, estão nos falando também sobre sermos autossuficientes nas demandas diárias, necessárias a manutenção diária dos modos de vida dos PCT's, como alcançar a soberania alimentar, energética, pedagógica etc. A soberania

alimentar rompe com a chantagem da fome, e, nesse sentido, existem tarefas(passos) a serem cumpridas, como banco de sementes, criação de sistemas agroflorestais, organização da produção de existência, etc. Bem como, fomentar a liderança das mulheres, “[...] é na ação concreta que a unidade surge” (Ferreira, 2021 p. 33-34).

Para que isto seja colocado em prática, Ferreira (2021) evidencia que é necessário construir relações de aliança de modo a ter elos na teia, ou seja, *agenciamentos*, “pois ninguém é autossuficiente em sua luta que não prescindia de ajuda” (p. 37). Por isso é importante coletivos agrogeológicos, organizações de estudantes, professores universitários, grupos de pesquisas, associações, institutos de pesquisa e coletivos políticos que possam cumprir tarefas específicas junto aos povos. Contudo, também aqui há que ter respeito pelas diferentes formas e ritmos com que cada povo, território, comunidade e organização vai produzindo essa revolução (Ferreira, 2021).

A respeito das diferenças entre os povos e suas formas organizativas o autor nos atenta:

Há que respeitar as diferenças que são ideológicas, de tradição de luta e, por vezes, de ancestralidade. Assim, um terreiro possui uma liderança referendada espiritualmente e não por uma assembleia. Há comunidades em que a linhagem ancestral tem mantido um predomínio nas lideranças. Outras definiram politicamente que o comando é de mulheres. Tem quem eleja a sua liderança, tem outros lugares onde são os mais velhos que definem isso. Do mesmo modo, a forma de visão das tarefas internas muda de comunidade a comunidade (Ferreira, 2021, p. 37).

Nesse sentido, a luta do território pesqueiro nos ensina os respeitos e reverências com o mar e sua gente. A luta contra o racismo do terreiro nos ensina os respeitos e reverências ao Nkisis, Voduns e Orixás. A luta dos povos originários em defesa da natureza nos ensina que não há divisão entre nós humanos e o que chamamos de bioma – e para muitos povos entre nós e a natureza e os seus encantados (Ferreira, 2021, p. 38).

Em 1935, Josué de Castro em seu texto “O ciclo do Caranguejo”, já denunciava as contradições presentes na modernidade do trabalho assalariado e como a família “Silva”, retrato da população empobrecida do Brasil, que saía do sertão em busca de emprego nas cidades grandes, encontrou no mangue, lar e alimento, aos quais o Estado não assegurava.

[...] No mangue não se paga casa, come-se caranguejo e anda-se quase nu. O mangue é um paraíso. Sem o cor-de-rosa e o azul do paraíso celeste, mas com as cores negras da lama, paraíso dos caranguejos. [...] No mangue o terreno não é de ninguém. É da maré. Quando ela enche, se estira e se espreguiça, alaga a terra toda, mas quando ela baixa e se encolhe, deixa descobertos os calombos mais altos. Num deles, o caboclo Zé Luís levantou o seu mocambo. As paredes de varas de mangue e lama amassada. [...] Tudo de graça encontrado ali mesmo numa bruta camaradagem com a natureza. O mangue é

um camaradão. Dá tudo, casa e comida: mocambo e caranguejo. [...] Com as pernas e os braços atolados na lama, a família Silva está com a vida garantida. Zé Luís vai para o trabalho sossegado, porque deixa a família dentro da própria comida, atolada na lama fervilhante de caranguejos e siris (Castro, 1935).

Esses trechos revelam a relação intrínseca em que viviam os corpos-território da família Silva com o manguezal recifense, realidade desta e de tantas outras famílias empobrecidas do país, as quais recorreram ao ambiente costeiro e desenvolveram formas próprias de gerir e manter a vida em comunidade.

Conforme Gago (2020) destaca, a fusão destes elementos expressa a impossibilidade de dissociar o corpo individual do coletivo, assim como o corpo humano do território e da paisagem. Essa interdependência ressalta a essência da conexão entre as práticas tradicionais e a preservação da vida para além das fronteiras individuais.

A preservação dos "ciclos do caranguejo", fundamentada em saberes ancestrais, assegura a continuidade desses "rituais" e *modus operandi* de trabalho comunitário, e garante a perpetuação da vida para as gerações futuras. Essa prática revela uma interligação intrínseca entre a luta pela terra e pela existência, onde a relação corpo-território transcende a ideia de separação.

SEÇÃO III

***A MULTIPLICIDADE DA COMUNIDADE JATOBÁ E OS
RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DE CONTAMINAÇÃO PELO COQUE DE
PETRÓLEO***

III.I (Re)conhecendo a multiplicidade da comunidade Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE

*Dentro do mar tem rio...
Lágrima, chuva, aguaceiro
Dentro do rio, um terreiro
Dentro do terreiro tem o quê?
... Beira-mar, beira de rio.*

(Maria Bethânia)

Entre a beira do mar e as dos rios localiza-se Barra dos Coqueiros, caracterizado morfológicamente como uma península, também ficou conhecida como ilha de Santa Luzia⁴, que deixou de ser povoado de Aracaju a partir do Decreto-Lei estadual n.º 525-A, de 25 de novembro de 1953. Possui longitude de 36°55'07''W, sendo a latitude 10°50'41''S e a altitude chega a 1,6194223 M.

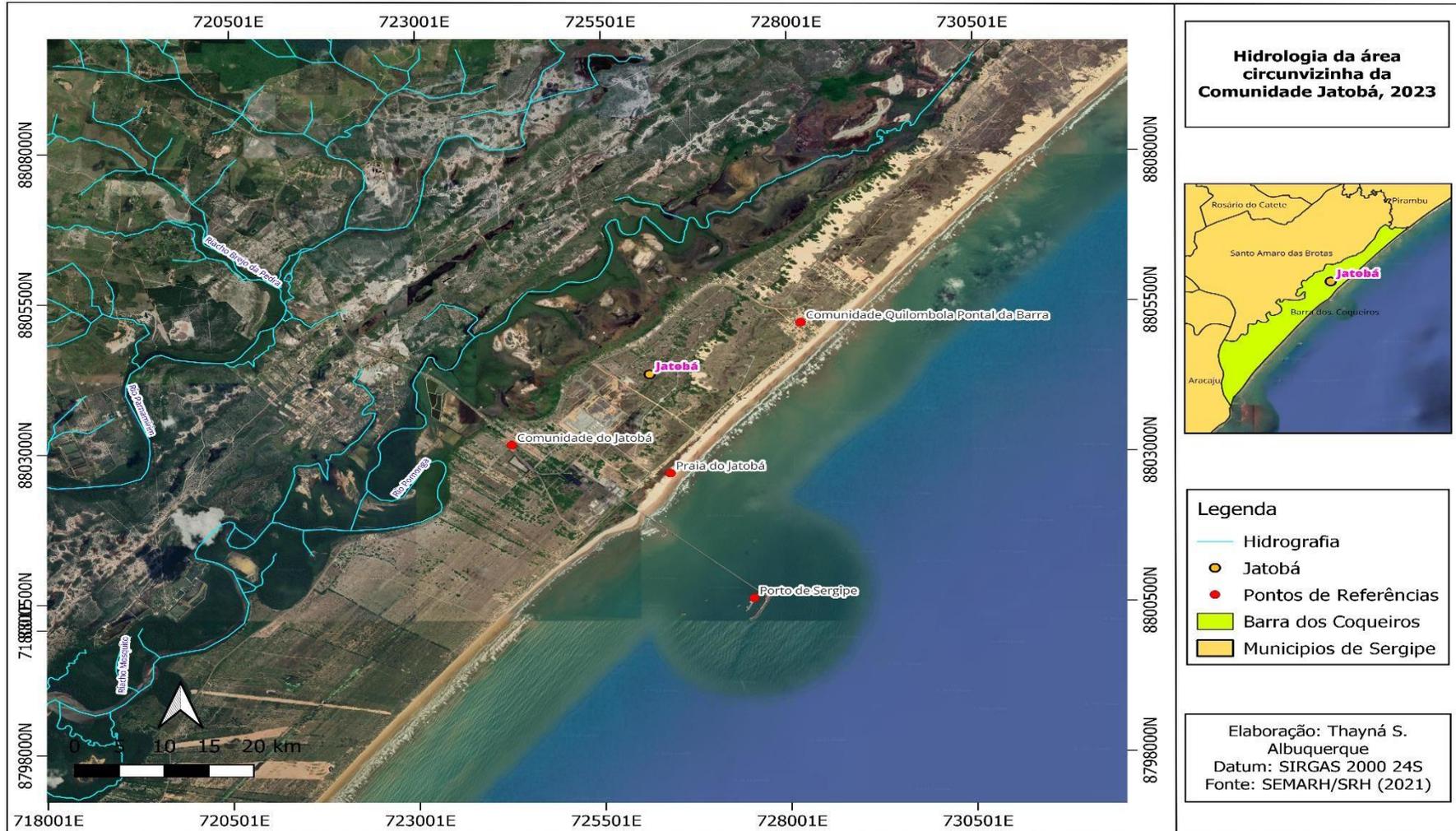
Além dos 16 bairros, o município é composto hoje, por 6 Comunidades Tradicionais, sendo estas: Canal, Capuã, Olhos d'água, Touro, Jatobá e Quilombo Pontal da Barra. Compreende a faixa litorânea do estado de Sergipe e apresenta limítrofes com três municípios: Aracaju à Oeste, sendo conectado pelo rio Sergipe, Pirambu ao Norte, através do rio Japarutuba, e, ao Sudoeste, com Santo Amaro das Brotas (IBGE, 2023).

O município encontra-se inserido na bacia fluvial do Rio Sergipe e a hidrografia da área circunvizinha da comunidade Jatobá é composta pelo Rio e Canal Pomonga, Riacho Mosquito, Riacho Brejo da pedra e Rio Parnamirim (Figura 03). São estes rios e riachos que fazem a manutenção dos manguezais, campos de várzeas e matas de restingas, e que subsidiam também a paisagem sociocultural deste território (SEMARH/SRH, 2021).

Em relação ao relevo, em Jatobá prevalece as planícies marinhas e fluvio-marinhas. Neste ambiente marinho costeiro, há o predomínio de sedimentos arenoso, e, no ambiente misto (Marinho/Continental), possui intercalações irregulares de sedimentos arenosos, argilosos. Ricos em matéria orgânica, fundamental para a consolidação dos manguezais, berço dos principais crustáceos utilizado na cata das marisqueiras. Os solos derivados desse domínio costumam ser muito permeáveis e instáveis, requerendo-se muito cuidado quanto à instalação de obras que se destinem ao armazenamento de substâncias poluentes (MME, 2023).

⁴ Santa Luzia é a padroeira do município Barra dos Coqueiros.

Figura 3- Mapa hidrológico da área circunvizinha da comunidade Jatobá, 2023



Elaboração: Thayná Albuquerque, 2023.

A topografia é plana e ao mesmo tempo apresenta leves ondulações, datadas do período Quaternário com formação de praias, dunas, cordões arenosos, várzeas e manguezais. Destarte, o relevo sofre a influência da ação marinha em conjunto com a ação climática. Há também ocorrências de “formas erosivas representadas pelos terraços marinhos e fluvio-marinhos, observados principalmente na parte norte do município” (Jesus, 2017 p. 63).

O Bioma predominante é o de Mata Atlântica, e, sua vegetação se dá essencialmente da harmonia entre manguezais, campos de várzeas e matas de restingas. A existência de cultivo de coqueiros e a ocorrência natural da mangabeira é característica no município, a existência de extrativismo de ingazeiras, cajueiros, mangabeiras, muricizeiros ou cambuizeiros, o plantio de permanência, a mariscagem e a pesca, no ecossistema de manguezal, nos rios e/ou no mar (Jesus, 2017 p. 63).

Até o ano de 2005 o acesso da capital Aracaju à Barra dos Coqueiros, só era possível via embarcações marítimas, principalmente as Tototós, que são:

Embarcações simples, construídas em madeira, com cabine para seus passageiros, que viajam sentados, cuja principal função é o transporte destes. Possuem cerca de três metros de largura e 15 metros de comprimento e são batizadas com esse nome graças ao som característico emitido por seu motor de popa. Muito tradicionais no uso, formato e estética, são sempre avistadas na travessia de pessoas que cruzam as margens das cidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros, fazendo parte da paisagem, memória e identidade cultural da população do estuário do Rio Sergipe (Santos; Aragão; Souza, 2016, p. 57).

De acordo com a Associação Dos Canoeiros e Usuários Das Tototós do estado de Sergipe (ASTOTOTOS), por muitos anos essas embarcações foram responsáveis por escoar a produção das mangabas, dos mariscos, pescados, entre outros cultivos, produzidos na Barra dos Coqueiros e vendido na capital aracajuana.

Na tarefa laboral das Tototós, a predominância é masculina, entretanto as mulheres tem assumido essa tarefa, tendo em vista, que, os companheiros estão falecendo e quando os filhos não seguem com esta cultura ancestral as mulheres tomam para si esta responsabilidade, que além de levar o sustento pra casa matem viva a memória e tradição destas famílias, tornando patrimônio cultural e imemorial do estado de Sergipe com a Lei 7.320, de 20 de dezembro de 2011.

Ao entrar nestas embarcações, os passageiros e passageiras, podem desfrutar da beleza natural e do balanço das águas. As Tototós também contam com a presença das mulheres

brincantes⁵ que tem um repertório único e ancestral. Abaixo podemos ler uma dessas cantigas, e, visualizar na Figura 04, como são estas embarcações:

*“O coco da Bahia nunca foi baiano,
Você quer saber se esse coco é sergipano?
Na Barra dos Coqueiros tem o tirador de coco,
Tira o coco, pega o coco....” (Brincante 1, 2023)⁶.*

Figura 4 - Tototós: memória e identidade cultural da população do estuário do Rio Sergipe



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Além de desempenhar uma significativa participação na economia solidária entre as mangabeiras, marisqueiras, pescadoras artesanais entre outros, também contribui na cultura, no turismo, na mobilidade urbana, bem como, no meio ambiente, levando em consideração, que essas embarcações geram pouco impacto na saúde dos rio e estuários sergipano. Entretanto, as comunidades que precisam dela, vem r-existindo às dificuldades após a criação da Ponte Construtor João Alves Filho, popularmente conhecida como Ponte Aracaju/Barra.

Aponta Jesus (2017) que a ponte Aracaju/Barra que foi inaugurada no ano de 2006,

⁵ As brincantes são mulheres responsáveis por cantar e desenvolver brincadeiras com os passageiros e passageiras durante a viagem Aracaju/Barra dos Coqueiros.

⁶ Cantiga ouvida na travessia de Tototó, em 15 de janeiro de 2023.

com o principal discurso de expandir o turismo local e conectar Aracaju ao Litoral Norte, gerou diversos impactos, que não se restringem apenas aos modos de vida de canoeiros e canoieras das Tototós, mas também, atuou como propulsor de conflitos socioambientais, que as comunidades tentam lidar até os dias atuais.

Além de facilitar o desenvolvimento econômico na Barra dos Coqueiros, e conseqüentemente, expandir o potencial tecnológico no estado, a ponte Aracaju/Barra possui estreita relação com o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), tendo em vista, a demanda de circulação e consumo da produção que chega pelo único porto do estado de Sergipe.

A ponte Aracaju/Barra é a segunda maior ponte urbana do país, sendo a maior do Nordeste e hoje se configura como o principal meio de escoamento intracontinental da produção que chega ao TMIB (Leite, 2020).

Além da ponte Construtor João Alves, a ampliação da rodovia SE-100 Norte possibilitou a instalação de empreendimentos imobiliários como a construção de condomínios fechados, resorts, prédios e casas de veraneios que passaram a ser comum na paisagem que antes era composta principalmente por coqueiros, cajueiros e mangabeiras. Com isto aumentou-se a degradação ambiental, houve maior valorização do preço da terra e intensificação do uso e ocupação do solo. O segmento imobiliário foi o que mais teve rentabilidade econômica (Jesus, 2017, p. 67).

Desde o processo de construção da ponte houve desapropriação de casas e supressão do mangue, dando espaço a construções imobiliárias, *resorts*, condomínios fechados, casas de veraneio, ocorreu também o aumento na taxa populacional, impactou as atividades econômicas anteriormente realizadas, por conta do aumento do preço da terra, também propiciou que os antigos moradores e moradoras vendessem suas casas e sítios e se mudarem para as periferias de Aracaju por não mais conseguirem se manter neste território (Jesus, 2017).

A multiplicidade deste território se dá pela diversidade paisagística e de povos, entre eles pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiras, catadoras de mangaba, quilombolas e artesãs, que coexistem junto a abundância de rios, mares, lagos, mangues, restingas, crustáceos peixes e toda a fauna e flora que compõem este território, aos quais estabelecem as trocas necessárias para a manutenção dos seus modos de vida.

Nesse sentido não só os Povos e Comunidades Tradicionais que estão presentes nesta área costeiras, vem sendo impactados, mas também toda a diversidade ambiental que vem r-existindo aos investimentos do setor imobiliário e megaprojetos que vem se expandindo e disputando terra, água e vida neste território. A seguir tem-se a Figura 05, com a localização da comunidade, e dos empreendimentos como o Complexo Industrial Portuário de Barra dos Coqueiros, o Parque Eólico e a Termoelétrica.

Figura 5- Localização da comunidade Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE



Elaboração: Thayná Albuquerque, 2023.

De acordo com Barra dos Coqueiros (2022), residem na comunidade Jatobá, área de pesquisa desta dissertação, cerca de 300 famílias, sendo que a maioria não possui a escritura pública de suas moradias. O atual prefeito junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Associação de Moradores e Amigos da Praia do Jatobá, vem buscando desenvolver o projeto de georeferenciamento⁷ na localidade em busca de auxiliar no processo de regularização dos imóveis e resolver este problema.

O presidente da Associação de Moradores e Amigos da Praia do Jatobá, Robério Torres, aprovou o interesse da prefeitura em resolver o problema. "Essa discussão aqui hoje é de grande importância para a comunidade. Estávamos vivendo uma grande insegurança jurídica com essa indefinição. São mais de 30 anos de angústia e hoje o município se mostrou interessado em resolver o problema. Estamos todos satisfeitos" (Barra dos Coqueiros, 2022).

A Comunidade Jatobá encontra-se hoje ilhada e em disputa contínua com os empreendimentos como pode ser observado na Figura 05, com a presença do Complexo Portuário de Sergipe, central Geradora de Energia Eólica, Usina Termoelétrica Porto de Sergipe, além dos condomínios fechados e as casas de veraneios que criam uma barreira e não permite o acesso das marisqueiras e pescadoras artesanais ao mar. Abaixo segue relato dos e das barra-coqueirenses na carta direcionada à Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Barra dos Coqueiros (Anexo A):

Os grandes empreendimentos industriais e imobiliários têm modificado a vida dos moradores/as na Barra dos Coqueiros, especialmente daqueles/as que vivem do extrativismo e da pesca. Os impactos sofridos são sem precedentes: às áreas de cata da mangaba e da mariscagem estão sendo reduzidas, com cercamento, especulação imobiliária e desmatamento de restingas e manguezais sem fiscalização dos órgãos ambientais, da mesma forma que os peixes e camarões são afugentados com a instalação e fluxo de grandes navios na costa, que vetam nossos pesqueiros e nos excluem das áreas tradicionais de pesca. Soma-se a isso as remoções forçadas e anunciadas de famílias para instalação dos empreendimentos. E aquelas que ficam perdem o sossego por conta da poluição sonora, além do medo de acidentes e doenças causadas pela poluição do ar, que provoca ardência na pele e grandes transtornos em nossas casas, sem que saibamos o teor dos materiais poluentes (Barra dos Coqueiros, 2020).

A dicotomia entre desenvolvimento e preservação socioambiental, é, além de um conflito permanente, uma questão que está abrigada também no embate ideológico da sociedade capitalista, que busca (re)produzir consensos e legitimidades para seus projetos insustentáveis.

⁷ Técnica cartográfica que garante com precisão a localização de uma área.

III.II As relações entre exploração petroquímica e a expansão tecnológica na Barra dos Coqueiros – SE

As contaminações socioambientais, temática situada em assuntos concernentes a modificação nociva de ambientes naturais, tem aumentado expressivamente nos últimos anos. O mais provável é que a ação devastadora seja verificada em regiões ditas de amplo crescimento econômico. É indiferente a preferência: quanto menos desenvolvida industrialmente uma localidade, maior a capacidade de receber investimentos de cunho poluidor.

Não havia até o início do século XX uma política de Estado que, frente ao nacionalismo inerente a expansão econômica através da extração de *commodities*, ações que buscassem restringir a ação antrópica sobre a degradação de rios, solo e ar, visando a manutenção da atividade econômica e a preservação não apenas ambiental, mas sem oferecer risco a saúde humana.

O complexo portuário Inácio Barbosa, popularmente conhecido como Porto Sergipe, de acordo com a VLI Operações Portuárias (2021), o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) movimentava granéis sólidos, granéis líquidos, grãos e operação *offshore* (suporte para as embarcações de apoio as plataformas de petróleo próximas à costa). E tem como principais produtos: coque, ureia, cimento, clínquer, trigo, soja, fertilizantes, ácido sulfúrico e derivados.

O estado de Sergipe dispõe, em sua região, segundo Fontes *et al.* (2017) diversas características em sua sedimentologia, geomorfologia e geologia ímpares como atributos quase únicos para a geração de rochas-reservatório, ou seja, conjuntos de rochas cuja composição físico-química favorece a geração de petróleo em terras sergipanas. Todas estas informações foram reunidas, com parcerias entre a Petrobras e a Universidade federal de Sergipe (UFS).

A Geologia e Geomorfologia da margem de Sergipe/Alagoas (SEAL) é conhecida por suas principais feições, desde a década de 1970. Porém, enquanto o conhecimento se ampliava em outras regiões da Plataforma Continental do Brasil, a Plataforma SEAL permanecia ainda relativamente pouco conhecida. Para suprir as lacunas do conhecimento sobre a morfologia e sedimentologia da Plataforma Continental de Sergipe- -Alagoas, a PETROBRAS, através do Centro de Pesquisa Leopoldo Miguez de Mello (CENPES), firmou termo de cooperação com a Universidade Federal de Sergipe (UFS). As pesquisas foram executadas pela equipe do Laboratório Georioemar do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura (UFS), ampliando o conhecimento existente e novas abordagens foram incorporadas sobre a constituição e morfologia da plataforma (Fontes *et al.*, 2007, p. 12).

Como frutos dessa parceria e empenho realizados, foi possível elaborar levantamentos geológicos e faciográficos, observemos a Figura 06, que trouxeram maiores informações sobre os sistemas de produção e armazenamento deste bem natural, desta forma os mecanismos

estratigráficos dos quais houveram durante os milhares de anos, nos quais o material carbonático sofreu ação de gradientes de pressão (soerguimento e resiliência geológicas) e temperaturas para a cocção da matéria orgânica oceânica, substrato do qual originou-se o petróleo (Fontes *et al.*, 2007).

Após a corrida histórica da Petrobras em estudar toda extensão produtiva de petróleo pela costa brasileira, vieram as coletas do perfil da bacia sedimentar (conjunto de rochas acumuladoras de sedimentos, conhecidas como rochas geradoras) de Sergipe. O estabelecimento da produção nacional como suficiente para produção interna quanto exportação eram uma realidade, e com isso, pesquisas foram implementadas por todo o país a fim de elencar potenciais bacias sedimentares para a elaboração de novos planos de negócio para a companhia.

No entanto, o sucesso da busca, ao que era evidente, priorizava mais a aquisição do bem durável do que o custo humano inerente para obtenção:

A decisão de explorar petróleo no mar implicou assumir riscos econômicos maiores que os riscos da exploração em terra, em razão do aumento exigido de investimentos em plataformas de perfuração, embarcações de apoio, levantamentos geofísicos e na preparação de pessoal. Nesse aspecto, a atividade petrolífera se distingue da grande maioria dos demais setores econômicos, notadamente no caso da exploração no mar, em razão da presença de maiores riscos econômicos, ao exigir pesados investimentos em prospecções prévias de bacias sedimentares, além de perfurações dispendiosas que resultam, frequentemente, em poços secos ou não econômicos. (Morais, 2017, p. 24).

A importância do domínio tecnológico começou a se apresentar essencial após 1970. Na era da crise do petróleo de âmbito mundial, se faz necessário um país com tecnologia dependente cada vez menos das potências mundiais, haja vista a crescente ameaça de medo interno por assimilação do controle da produção através do domínio externo da tecnologia de produção.

Chegando ao nível operacional, o processo de gestão de projetos compreende as fases de desenvolvimento de nova tecnologia e de disponibilização da tecnologia, além das atividades de assistência técnica e científica. Uma nova tecnologia é desenvolvida por meio da execução e conclusão de projeto de P&D, que pode ser realizado internamente ou em parceria com universidades e instituições de pesquisa, coordenado por pesquisadores do CENPES. Seu resultado pode ser uma patente industrial ou uma inovação em sistema, por meio da obtenção de novo procedimento ou especificação. Já a etapa de disponibilização/incorporação de nova tecnologia tem por objetivo assegurar o seu uso na Companhia, sendo realizada por meio de diversas práticas, como publicações internas, emissão de especificações técnicas, workshops, relatórios, etc. (Morais, 2017, p. 68).

A retomada das pesquisas foi encerrada com a identificação estratigráfica de potenciais bacias sedimentares para posterior exploração, mas nada foi especulado sobre quais seriam as práticas com as atividades exploratórias já existentes na região, especificamente no município de Barra dos Coqueiros.

Nos estudos de Gesteira (2021), são elencadas as características de modificação da área, antes predominantemente extrativista, e agora de tecnologia industrial tipo depósito de materiais derivados de petróleo.

Dentro do contexto de territorialização do capital financeiro no município de Barra dos Coqueiros, tanto o movimento de expansão dos empreendimentos imobiliários tem fomentado distintas formas de precarização sobre o modo de vida e reprodução social das comunidades tradicionais locais, como, mais recentemente, também os desdobramentos intrínsecos ao processo de inserção do Complexo Industrial Portuário – sobretudo no que se refere ao processamento de derivados de petróleo - demonstra um relevante potencial nocivo para essas comunidades. Este último, entretanto, coloca em risco não apenas seu modo de vida e produção, como também suas condições de saúde e segurança. A discussão a respeito da possibilidade de contaminação do ar, do solo e da água por conta de atividades ligadas ao manuseio de derivados de combustíveis fósseis no município de Barra dos Coqueiros teve início ainda na primeira metade da década de 2010⁵⁹, quando moradores do Povoado Jatobá realizaram uma série de denúncias a respeito da contaminação do ar e da vegetação local por uma densa fuligem de cor preta, oriunda da área do Terminal Marítimo Inácio Barbosa, que estaria causando patologias respiratórias e oftalmológicas na população local, além de um presumível processo de degradação ambiental no entorno da área do Porto de Sergipe (GESTEIRA, 2016, p. 216).

O que gerou fonte de risco, o que era há menos de dez anos atrás indício de desenvolvimento, tornou-se fonte de errônea convergência de natureza, urbanização e industrialização tão desarmônicas, produzindo precarização em vez de avanço para a cidade, descaracterizando a ideia de tecnologia para a degradação ambiental nos fatores naturais e até mesmo para os parâmetros industriais.

A discrepância entre quem fica com a distribuição dos prejuízos socioambientais em contraposição à dos lucros econômicos, demonstra o quanto há de insustentabilidade nessas indústrias petroquímicas e a falta de participação de quem foi ou será atingido nos espaços de decisões contribui para a perpetuação de modelo insustentável do desenvolvimento.

III.III O coque de petróleo e os riscos socioambientais

Nas definições práticas encontradas de Junqueira e Leopoldo (2021, p. 34), “a causa do risco é o efeito da incerteza nos objetivos, tudo que pode comprometer ou contribuir para o alcance dos objetivos, ou seja, a fonte do risco/ perigo”. Neste molde, é importante destacar que os autores denotam que o risco já é iminente quando da baixa aderência dos objetivos às atividades propostas a serem executadas.

No Brasil, a norma regulamentadora internacional ISO 45001, o risco é tratado de forma similar, porém com enfoque na criação de elementos de controle, que visam identificar, mensurar e mitigar os riscos existentes através da padronização de processos pragmáticos, ditos procedimentos.

Ainda, para a ISO 45001:

RISCO: efeito da incerteza.

Nota 1 de entrada: Um efeito é um desvio do esperado- positivo ou negativo.

Nota 2 de entrada: A incerteza é o estado, mesmo parcial, da deficiência de informação relacionada à compreensão ou ao conhecimento de um evento, sua consequência ou probabilidade.

Nota 3 de entrada: O risco muitas vezes é caracterizado por referência a “eventos” potenciais (conforme definido no ABNT ISO Guia 73: 2009, 3.5.1.3) e “consequências” (conforme definido no ABNT ISO Guia 73:2009, 3.6.1.3), ou uma combinação destes.

Nota 4 de entrada: O risco é frequentemente expresso em termos de uma combinação das consequências de um evento (incluindo mudanças nas circunstâncias) e da “probabilidade” associada (conforme definido no ABNT ISO Guia 73:2009, 3.6.1.1) de ocorrência. (BRASIL, 2018).

De modo a tratar do aprofundamento sobre o risco e seus desdobramentos na qualidade de vida do executante, bem como do tempo em que este desempenha sua atividade com etapas controladas. A ISO 45001 elenca subtipos de risco (figura 07), segmentados em função de sua natureza e extensão na atividade humana. O Ministério do Trabalho e Emprego, vigente na época, determina via Portaria as nomenclaturas de riscos associados: riscos operacionais, comportamentais e ambientais (físicos, químicos, biológicos e ergonômicos) (FERSITEC, 2018).

Figura 7- Subtipos de risco de acordo com a ISO 4500

Grupo 1 Verde	Grupo 2 Vermelho	Grupo 3 Marrom	Grupo 4 Amarelo	Grupo 5 Azul
Riscos físicos	Riscos químicos	Riscos Biológicos	Riscos ergonômicos	Riscos de acidentes
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Pressões anormais	Substâncias, compostos ou produtos químicos		Jornadas de trabalho prolongadas	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
			Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: Brasil, 1994.

Todas as ações que envolvem a prerrogativa de análise de risco tratam de marcadores teóricos, que são elucidados por estudiosos da área. Acerca do risco ser produto de ações de objetivos de baixa assertividade, destacam-se para a análise de risco:

- **Risco ocupacional:** Segundo portaria MTE 6430/94, o risco ocupacional define-se como “uma combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde” (p. 13). É salutar a denotação não apenas na avaliação de um único fator, o que corrobora na tese de que o risco é produto de ações inseguras;
- **Gestão de riscos:** Embora possua fator iminente, sua certeza de acontecimentos pode ser evitada quando adotadas ações em prol da garantia de integridade da saúde do executante. Se faz necessário a implementação de procedimentos, i.e., instruções de trabalho para manutenção da garantia. Junqueira (2021) assim define a premissa:

Segundo o Committee of Sponsoring Organizations (COSO, 2004), trata-se de um processo comandado pelo Conselho da alta direção, dentre outros grupos de trabalho, em que se desenvolvem as estratégias, mediante a identificação e o gerenciamento de riscos, condicionando-os adequadamente com a predisposição ao risco. A norma AS/NZS – 4360:2004, oriunda da Austrália e da Nova Zelândia, reconhece que a gestão de riscos envolve a cultura, os processos e as estruturas voltadas para a concretização de oportunidades potenciais, tal qual o gerenciamento de resultados desfavoráveis (Junqueira, 2021, p. 45).

- **Identificação de riscos:** Através de mecanismos, o risco pode ser identificado, quando em intensidade, quantidade ou simples presença por meio de instrumentos de avaliação, no qual a área onde seja determinada um alto índice de chances para eventuais acidentes, esta ser identificada, a fim de mitigar os efeitos existentes. Uma dessas estratégias de mensuração é o mapa de riscos.

O Coque Verde de Petróleo (CVP) é um material sólido obtido a partir do processo de destilação térmico-gravimétrica do petróleo (Camargo; Kobayoshi; Carvalho, 2006). Sendo este o subproduto deste processamento, é obtido na categoria de resíduo especial, uma vez que nos patamares de pressão e temperatura sobram, basicamente, matéria orgânica de altíssimo peso molecular (90% em massa), e de 1% de compostos sulfurados.

Esta composição é disponibilizada de acordo com as características da geração na qual o óleo é produzido e acomodado, que o colocam na categoria de mais bem rentável (baixos teores de interferentes para utilização em outros processos), além de ser utilizado em

de varias formas e industrias diversificada vejamos na figura 08:

Figura 8- Principais aplicações do CVP



Fonte: Petrobras, 2022.

Segundo Camargo, Kobayoshi e Carvalho (2006), se faz presente em cerca de 10% da produção do coqueamento, um volume de produção considerado elevado para um subproduto, o que inicia a busca por alternativas de tratamento, descarte seguro e reaproveitamento, gerando receita para a refinaria, pois este é matéria-prima para a obtenção do coque calcinado, de extrema valia no processo de produção de alumínio.

Na torre fracionadora de coqueamento, a carga aquecida é separada em GLP, gásóleo leve (para a produção de Diesel por meio de hidrotreatamento) e gásóleo pesado de coque. Quanto mais pesados os petróleos utilizados como carga, maior será a geração de coque de petróleo e menor a produção de derivados mais leves e mais valorizados. O coque é utilizado na geração de calor em caldeiras de indústrias e em alto-fornos de siderúrgicas, na produção de eletrodos na indústria metalúrgica e de anodos para a indústria de alumínio, além do seu uso na produção de outros produtos de maior valor adicionado (Morais, 2013, p. 330).

Outro aspecto verificado desta ação era a maioria dos artigos e produções acadêmicas verificadas são de aspectos relacionados a resíduos, material tido como inviável economicamente, por baixa procura ou péssima logística. Isso se deve aos locais onde o coque foi acumulado em regiões de pouca ou nenhuma demanda, onde não haveria maiores operações de destinação final.

Se tratando de resíduo, os trabalhos de Reis (2018) abodam que, sob a ótica da legislação marítima brasileira, não há clareza sobre a responsabilidade, que mesmo sendo atribuída ao Estado, não há cláusula ou alínea na legislação que norteie a estruturação dos portos para a adequação dos resíduos gerados pelo depósito do coque “abandonado”. Uma evidência é verificada pelo baixo investimento no setor, prolongando o tempo (figura 09). de exposição a essas substâncias.

Figura 9- Distribuição de investimentos nas áreas de logística brasileiras

Tempo de Contato	Saturados (%)	Aromáticos (%)	Resinas (%)	Recuperação (%)
0 h	57,8 ± 0,6	13,9 ± 0,5	18,7 ± 0,7	90,4 ± 0,6
1 h	57,8 ± 0,3	13,1 ± 0,4	18,3 ± 0,7	89,2 ± 0,7
12 h	55,9 ± 0,5	12,4 ± 0,7	19,3 ± 0,3	87,0 ± 1,1
24 h	52,4 ± 0,5	12,6 ± 0,3	20,2 ± 0,2	90,3 ± 1,7
48 h	49,0 ± 1,1	11,8 ± 1,0	19,3 ± 0,3	89,0 ± 3,0
72 h	48,6 ± 0,6	12,4 ± 0,5	20,4 ± 0,5	87,7 ± 1,3

Fonte: Reis, 2018.

Verifica-se, dessa forma, que o desinvestimento acarreta em exposição da contaminação, uma vez que em caso de dispersão em ambiente aquático, o coque de petróleo (na condição de resina) aumenta a sua exposição em ambiente marinho/fluvial, acarretando em contaminação de rios e peixes, e em último na cadeia de contaminação, a comunidade. Os estudos de Carregosa (2018) presentes na figura 10 revelam estas afirmações.

Figura 10-Modais e fluxos de investimentos na circulação do CVP

Valores por vetores logísticos e por modais				
Vetores Logísticos	Valores de Investimentos Estimados (R\$ milhões)			Soma dos valores por vetor
	– modais			
	<i>Ferroviário</i>	<i>Vias navegáveis interiores</i>	<i>Rodoviário</i>	
Amazônico	4.033	329	7.383	11.745
Centro-Norte	14.175	1.673	3.012	18.860
Centro-Sudeste	11.247	216	10.426	21.889
Leste	3.146	34	13.687	16.867
Nordeste Meridional	5.725	308	10.576	16.609
Nordeste Setentrional	5.246	0	3.132	8.378
Sul	601	68	9.618	10.287
Total dos valores de investimentos estimados por modal	44.172	2.629	57.834	104.635

Fonte: Carregosa, 2018.

A caracterização de risco, segundo Gesteira (2021) reside quando o Porto de Sergipe, localizado na área do município da Barra dos Coqueiros, recebe o coque de petróleo numa área a céu aberto, como ponto de transferência de geradora do resíduo para o coprocessamento para a atividade industrial em outro local, no município de Laranjeiras, sendo que a acomodação é irregular, com risco de espalhamento via particulado no ar. No entanto, não há material na plataforma que evidencie quantitativamente.

A ficha técnica do CVP, no site da Petrobras, citando os autores especialistas nos processos de coqueamento, afirma que:

A contaminação de mananciais, a poluição do ar devido a poeiras fugitivas (partículas extremamente finas que podem ser carregadas a longas distâncias) e a geração de gases tóxicos (SO_x, principalmente) durante a sua queima são os efeitos negativos que podem decorrer do seu uso (Petrobras, 2019).

Evangelista; Pessoa (2020) avaliando a eficiência energética e nos parâmetros ecológicos, afirmam que não há risco de ecotoxicidade desde que as névoas sejam controladas com drenos pluviais e acondicionamento adequado para destinação e reaproveitamento póstumo.

Os trabalhos de Gesteira (2020) evidenciam ausência destas condicionantes. O mesmo alertou para o uso de cautela nesta etapa, pois a especulação imobiliária, apesar de reduzir a atividade extrativista da região, ainda mantém um alto fluxo de pessoas na área, com risco de exposição.

Especificamente no que se refere às potenciais vicissitudes socioambientais causadas por conta do manuseio do coque na área do Terminal Marítimo Inácio Barbosa, destaca-se a pesquisa desenvolvida pela Professora Dra. Angélica Baganha, vinculada ao Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe (ITPS). Através de seus estudos, desenvolvidos com o auxílio da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE), a pesquisadora identificou que o enxofre, o fósforo, o vanádio e o níquel são os principais componentes do coque de petróleo encontrados nas amostras recolhidas na área do Povoado Jatobá. Ainda de acordo com a Professora, o enxofre e o fósforo são elementos químicos potencialmente nocivos para a saúde humana, uma vez que podem provocar graves problemas respiratórios, enquanto o vanádio e o níquel são sobretudo perigosos por serem elementos com características cancerígenas (Gesteira, 2020, p. 217).

Na figura 11, é possível verificar que as condições para que haja o armazenamento de forma segura do CVP, estabelecida na Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) elaborada pela Petrobras (Anexo1) não estão sendo completamente executadas, visto que, no que se refere a:

Prevenção de incêndio e explosão: O Coque deve ser resfriado e estar úmido antes de ser armazenado. Deve ser evitado o armazenamento do produto seco por longos períodos, de modo a minimizar os riscos de princípios de incêndio. Recomenda-se que o armazenamento seja feito de modo a evitar a penetração de ar no leito de coque. Caso o produto seja armazenado por um longo período, recomenda-se que haja um monitoramento da temperatura interna da pilha. Se a temperatura ultrapassar 70°C, a área quente deve ser exposta através da dispersão da pilha e resfriada. A geração e o acúmulo de poeira devem ser minimizados (2019, grifo nosso).

Condições adequadas: Mantenha o produto em local fresco e bem ventilado, distante de fontes de calor e ignição. Mantenha os recipientes bem fechados e devidamente identificados. O local de armazenamento deve ter piso impermeável, isento de materiais oxidantes e com dique de contenção para reter em caso de vazamento. Não é necessária adição de estabilizantes e antioxidantes para garantir a durabilidade do produto. Este produto pode reagir, de forma perigosa, com alguns materiais incompatíveis (2019, grifo nosso).

Figura 11- Alta acomodação de coque no município de Barra dos Coqueiros



Fonte: Gesteira, 2020.

Apesar de haver notável evolução nos processos de aperfeiçoamento no armazenamento do coque e na utilização para mitigação de custos, apenas o interesse econômico é preponderante nos cenários de destinação do coque de petróleo, como subproduto das refinarias. A ação trófica prejudica não apenas a contaminação dos solos e rios, mas também as comunidades que lá residem, que estão expostas diariamente a fuligem dispersa nas suspensões levadas pelo vento, comum em áreas próximas a correntes aquáticas.

Em relato para o Canal do Mangue (programa de áudio semanal) do Programa de

Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)⁸, em sua edição nº 41, Dona Ângela Alexandre conta que crianças e idosos principalmente, sofrem frequentemente com problemas respiratórios como gripe e alergias e denuncia que os coqueiros já apresentam pó preto e que acredita ser a presença do Coque Verde de Petróleo na vegetação e que com o agravo da pandemia de COVID-19, a qual acomete também as vias respiratórias, essas comunidades se sentem ainda mais ameaçadas com o alto risco de contaminação que deixa exposto seu corpo-território.

De acordo com o Observatório social dos royalties (OSR, 2021) os moradores de Jatobá vem enfrentando esse dilema com o armazenamento do CVP há muitos anos, e tem piorado de acordo com que o desmatamento, principalmente dos cajueiros, vai avançando. Os relatos aqui apresentados fazem parte de relatórios do OSR que faz acessória técnica no município junto ao PEAC e ao IBAMA.

Quando perguntado as marisqueiras e/ou pescadoras artesanais sobre a situação do Coque na comunidade Jatobá⁹, elas responderam:

“O Coque tem dias que você nem vê a cor da sua mão (figura-8) nem do pé quanto mais o nosso pulmão. Quando a gente limpa os móveis e passa um pano branco, por exemplo, imagine o nosso nariz quando a gente passa o cotonete” (Marisqueira e/ou Pescadora Artesanal 1).

“As crianças ficam sufocadas, teve gente aqui que já foi prejudicada nos pulmões, tem alergia. Eu mesmo tenho uns netos que não convivem comigo mais quando tão aqui passam mal. Eu tenho um filho agora que ele sofre de alergia né... E um dos filhos dele (meu neto) é alérgico. Outras pessoas têm situações piores muitas crianças, idosos e um sofrimento só muito grande com esse coque porque eles molham mais não dá pra suportar, é um galpão enorme” (Marisqueira e/ou Pescadora Artesanal 2).

⁸ A realização do PEAC é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo (IBAMA).

⁹ Entrevista realizada em 24 e 30 de novembro de 2020.

Figura 12 - Presença do CVP na mão da pescadora artesanal da comunidade Jatobá



Fonte: OSR, 2021. Organização: Thayná Albuquerque, 2022.

De acordo com Gurgel *et al.* (2019, p. 123) “Muitos dos componentes do coque têm grande potencial de bioacumular em tecidos gordurosos, ocorrendo a biomagnificação, ou seja, o acúmulo gradativo ao longo das cadeias alimentares.” Assim sendo, além deste pó adentrar as casas da comunidade, expondo as famílias ao risco de contaminação, toda a fauna e flora também estão sujeitos a este risco e não se pode mensurar por quanto tempo este contaminante ficará presente no corpo-território.

Figura 13 - Dispersão do Coque de Petroléo em direção a comunidade Jatobá



Fonte: Agência Pública, 2023. Adaptação: Thayná Albuquerque, 2023.

Como apresentado na Figura 13, via imagem de satélite é possível visualizar que ocorre a dispersão do Coque de Petróleo armazenado no Complexo Industrial Portuario de Barra dos Coqueiros, onde a migração ocorre sentido continental, sendo as árvores a principal barreira entre o complexo e a comunidade Jatobá, nesse sentido a vegetação tem desempenhado o papel de amortecer parte dessa substância.

Entretanto com o avanço da especulação imobiliária nesse território o desmatamento tem sido gradativo, o que pode colaborar para que a migração do Coque de Petróleo ocorra de forma mais direta e chegue de forma mais intensa na comunidade.

Ainda segundo Gurgel *et al.* (2019 p. 123) “mesmo com a elevada capacidade de causar danos à saúde e situações de exposição em que não é possível determinar limites de segurança para a exposição humana ou ambiental, o coque de petróleo não é considerado, pelas agências reguladoras, um produto perigoso.” E que:

A título de exemplo, no subsistema de vigilância de produtos perigosos do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental não há referências ao coque verde de petróleo. Por não ser considerado um resíduo, o coque verde de petróleo vem sendo comercializado como subproduto, com implicações para a saúde humana e para o ambiente, decorrentes tanto da exposição ao material particulado quanto das emissões oriundas de sua queima (Gurgel *et al.*, 2019, p. 123).

Nesse sentido é necessário elucidar a conceituação de resíduos perigosos e fortalecer a legislação ambiental que vem passando por muitas flexibilizações, sobretudo, na última década, acarretando em exposições de áreas sensíveis como é o caso do município Barra dos Coqueiros podendo modificar permanentemente o modo de vida de quem reside no município.

As autoras Gurgel *et al.* (2019) salientam que “como não existe dose de exposição segura, deve-se considerar como população exposta toda aquela que entrar em contato com qualquer quantidade do agente” e com base em estudos clínicos voltados à exposição ao benzeno, um dos componentes químicos do Coque é possível constatar:

a inexistência de exposição segura a carcinogênicos baseiam-se em um conjunto de evidências, a saber: a) o processo carcinogênico difere de outros tipos de efeitos tóxicos, sendo irreversível, não havendo limite teórico seguro para o indivíduo; b) os mecanismos de reparação não são eficazes o suficiente para se admitir o emprego de um padrão tolerável de exposição; c) não é possível adotar um limiar seguro para a população de expostos, devido às variações de suscetibilidade individual e ao efeito sinérgico adicional de outros fatores carcinogênicos intrínsecos e extrínsecos; d) a evidência de um limiar de exposição específico para carcinogênicos é inconclusiva ou errônea; e) não há nenhum método seguro conhecido para estabelecimento de um limiar de exposição que possa ser aplicado a um grupo de trabalhadores expostos (White; Infante; Walker, 1980, p. 233).

Salienta Gurgel *et al.* (2019, p. 141) que o uso de coque verde de petróleo é uma “solução barata”, pois os seus prejuízos são externalizados e não são calculados os custos dos danos à saúde e ao ambiente para o sistema de saúde pública e para a sociedade, que terminam por pagar a conta. Trata-se de um caso de injustiça ambiental, com apropriação privada dos lucros e socialização dos danos para os grupos populacionais vulnerabilizados.

SEÇÃO IV

*A TRAMA RIZOMÁTICA DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS EM
JATOBÁ, BARRA DOS COQUEIROS/SE*

IV.I Jatobá: um corpo-território vulnerado

Para além do conceito de Risco, surge o de Vulnerabilidade, com enfoque no movimento de determinantes sociais, e que abrange de forma mais complexa as relações entre saúde, trabalho e ambiente. No sentido de que, a vulnerabilidade “é um processo dinâmico, estabelecido pela interação dos elementos que nos compõem, como idade, raça, sexo, etnia, pobreza, escolaridade, suporte social, relação com os demais ecossistemas e presença de agravos à saúde” (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019, p. 46), assim, supera a noção de risco por ir além da relação causa-efeito.

Os fenômenos sociais e a saúde, incluindo os processos de trabalho, se tornam cada vez mais complexos. E, diante desta realidade, em que o ser humano opta por tecnologias sujas nos processos produtivos, como o uso de petróleo e de agrotóxicos, as análises epidemiológicas precisam avançar no sentido dos processos de vulnerabilidade e seus determinantes nas coletividades, passando pelos contextos sócio-históricos e pelo uso de abordagens ecossistêmicas/interdisciplinares (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019, p. 45).

De acordo com Santana; Gonçalves; Gurgel (2019) estar vulnerável para uma determinada doença depende das condições biológicas e individuais de cada sujeito, mas também de como historicamente interage com o meio ao qual pertence e como a sociedade interage com ele, oferecendo, ou não, respostas a suas necessidades que envolvem questões éticas, políticas e técnicas que contemplam também os riscos e como as comunidades conseguem enfrentá-los.

Em conformidade com Ayres (2009) a vulnerabilidade abrange os cenários resultantes de condições sociais marcadas pela violência do dia a dia e pela injustiça estrutural. Isso leva a uma fragilidade política e institucional que afeta a capacidade de promover, proteger ou garantir os direitos de grupos ou indivíduos específicos.

Essa vulnerabilidade pode ser analisada por meio de três perspectivas (individual, social e programática):

A individual:

É aquela em que se observam as condições socioculturais que comprometem os sujeitos na promoção de sua saúde, ou seja, se refere ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre os problemas de saúde, sua elaboração e aplicação na prática, servindo tanto para se expor, quanto para se proteger (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019, p. 49).

A social:

Abrange a posição dos sujeitos ou grupos nos processos sociais, avalia a obtenção das informações, o acesso aos meios de comunicação, a disponibilidade de recursos cognitivos e materiais, o poder de participar das

decisões políticas e institucionais. O acesso à informação, o conteúdo e a qualidade dessa informação, os significados que adquirem ante os valores e interesses das pessoas, as possibilidades efetivas de colocá-las em prática remetem a aspectos materiais, culturais, políticos, morais, que dizem respeito à vida em sociedade (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019, p. 49).

E na programática:

Se evidenciam as condições institucionais frente à promoção de políticas públicas e distribuição de recursos, consiste na avaliação dos programas para responder ao controle de enfermidades, além do grau e qualidade de compromisso das instituições, dos recursos, da gerência e do monitoramento dos programas, nos diferentes níveis de atenção. A vida das pessoas nas sociedades está sempre mediada pelas diversas instituições sociais: famílias, escolas, serviços de saúde etc. Para que estejam disponíveis, de forma efetiva e democrática, os recursos sociais de que as pessoas precisam para não se expor à doenças e agravos e se proteger de seus danos são necessários esforços programáticos (institucionais) nesta direção (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019, p. 49).

Assim o sistema de saúde vigente, necessita se apropriar desse conceito complexo, indo além dos riscos, levando em consideração que, as comunidades podem contribuir nesse avanço conceitual, diante das violências circunscritas em seus corpos-territórios, que sofrem as violências e processos de vulneração com as instalações de megaprojetos e/ou grandes obras.

Não se trata de abolir a ciência do âmbito desses regimes, mas de resgatar a dignidade de outros tipos de sabedoria na formação das verdades úteis para a construção da saúde, sejam conhecimentos acadêmicos não-normológicos, como a filosofia, o direito, e certos ramos da ciência humana, e até as diversas sabedorias práticas transmitidas secularmente nas diferentes tradições culturais (Santana; Gonçalves; Gurgel, 2019).

Os megaprojetos ou grandes obras tem ganhado espaço no Brasil, sobretudo, nas últimas duas décadas, esse modelo de desenvolvimento vem sendo criticado tanto por especialistas da área ambiental, como também por comunidades onde esses projetos são instalados, tendo em vista, seu caráter antidemocrático no que se refere a gestão destes bens naturais, bem como, pelas transformações socioterritoriais que geram impactos socioambientais irreversíveis (Santos; Gurgel; Gurgel, 2019)

De acordo com a Rede Brasileira de Justiça ambiental - RBJA (2015) estas transformações socioterritoriais decorrentes de megaprojetos como - Complexos Industriais e Portuário, Usinas Eólica, entre outros - possuem duas fases de impactos, na primeira quando é anunciada e ocorre o início das obras:

Os males daí decorrentes são a elevação do custo dos aluguéis, uma inflação localizada – dada a insuficiência da oferta de bens essenciais – a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, o aumento da prostituição e da

violência, o aparecimento de variados tipos de endemias associadas às transformações ecológicas, seja por proliferação de mosquitos, seja por carência de saneamento ou por perda de condições de exercício de ocupações tradicionais como a pesca, a mariscagem e outras (RBJA, 2015, p. 105).

E a segunda fase é quando as obras são finalizadas e entregues, havendo além dos impactos supracitados:

A dispensa de grande quantidade de mão-de-obra pouco qualificada, que permanece ociosa e sem recursos naquelas mesmas localidades, que, em sua maioria, continuam sem infraestrutura urbana de qualidade, na expectativa, em geral vã, de surgirem novas oportunidades. Uma depressão econômica localizada se instaura na maior parte das atividades que dependiam da circulação da renda dos trabalhadores que estiveram antes empregados nas grandes obras. Apesar da queda dos custos dos aluguéis, aumenta o número de sem-teto, agravando as condições já precárias da vida urbana que havia sido conturbada pelo afluxo de trabalhadores provenientes de outras regiões do país. O aumento da taxa de populações de baixa renda em deslocamento permanente faz aparecerem novas modalidades de agravos à saúde, próprios das situações em que há pobreza acentuada (RBJA, 2015, p. 106).

Desse modo, é indubitável refletir a cerca de como a vulnerabilidade impacta no processo de saúde e doença ao longo das diferentes fases da vida, desde a individualidade até os fatores circunstanciais, e entender que, na experiência do adoecimento, a vulnerabilidade não é uma jornada solitária, mas sim uma expressão da singularidade de cada ser humano, entrelaçada com sua subjetividade, estilo de vida da comunidade e o contexto sociopolítico de um determinado período.

A seguir tem-se um trecho retirado da carta dos Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe à sociedade sobre o derramamento de óleo no litoral nordestino, publicado pelo Instituto Socioambiental.

[...] Não temos uma política de saúde comprometida com as nossas demandas.... É urgente a articulação das estratégias de saúde integral das populações do campo, das florestas e das águas[...] (Instituto Socioambiental, 2019, p.1).

Isso permanece como um dos principais desafios no âmbito da saúde coletiva nos tempos atuais e no enfrentamento a crise societária e ambiental (Santos; Gurgel; Gurgel, 2019).

De norte a sul do país a história de violações a direitos, degradação e poluição, pobreza e aumento da violência, criminalização de lideranças, e nenhum desenvolvimento das comunidades, é unívoca. A crise apenas evidencia e visibiliza as zonas de sacrifício do petróleo, o sofrimento dos trabalhadores/as e a imposição das atividades da cadeia sobre outras atividades econômicas pré-existentes (Santos; Gurgel; Gurgel, 2019, p. 114).

Diante disso, a comunidade de Jatobá configura-se como um corpo-território vulnerado, pois a negligência por parte do Estado, em oferecer o mínimo, como: saneamento básico, lazer, educação, segurança alimentar e nutricional etc, deixa esta comunidade ainda mais exposta aos riscos socioambientais que chegam através da falsa promessa de desenvolvimento, como podemos visualizar na figura 14:

Figura 14-Ruas da comunidade Jatobá



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

As injustiças socioambientais continuam a acontecer, pois quando o lucro e a vida são postos em uma mesma balança, apenas quem detém o capital possui o poder de decidir o que vale mais. Portanto as comunidades seguem r-existindo em busca de voz e vez nos processos decisórios, no que concerne a luta pela vida e pelo direito de existir ao seu modo de vida tradicional.

Em 2019 quando ocorreu o derramamento de petróleo no Brasil, a comunidade Jatobá também foi uma das atingidas, o que agravou a situação socioambiental desse território, como esta descrita na carta aberta dos povos e comunidades tradicionais de Sergipe à sociedade sobre o derramamento de óleo no litoral nordestino (Anexo C).

O derramamento criminoso do óleo é um dos capítulos mais tristes da nossa história, de impacto sem precedentes sobre nossos territórios de vida e que se soma a outros ataques que já recebemos cotidianamente [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 1).

Abaixo estão alguns desses empreendimentos e/ou megaprojetos que fazem da comunidade Jatobá um corpo-território vulnerado, onde ocorre a apropriação privada dos lucros e socialização dos danos, dos Povos e comunidades tradicionais que residem, vivem e (re)produzem seus modos de vida a partir deste.

IV.I.I Complexo Industrial e Portuário Porto Sergipe: O Terminal Marítimo Inácio Barbosa

Em 2 de Setembro de 2019 o projeto do Complexo Industrial e Portuário foi aprovado com a Lei Nº 8.569 que dispõe sobre a criação do Complexo Industrial Portuário, este projeto propôs o desenvolvimento econômico e a geração de empregos no estado. A área de abrangência do complexo engloba quatro municípios, sendo eles: Barra dos Coqueiros, Santo Amaro da Brotas, Laranjeiras e Maruim. A VLI (figura 15) é a atual responsável pela gestão do complexo.

Figura 15- Partes do complexo Industrial e Portuário: Entrada e saída dos caminhões para o abastecimento com os produtos fornecidos pela VLI operações



Fonte: thayná Albuquerque, 2023.

O Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), o único terminal marítimo do estado de Sergipe e que movimentava graneis sólidos (como o coque de petróleo), graneis líquidos, grãos e faz operações *Off shore*, bem como, oferece suporte para as embarcações de apoio às plataformas de petróleo próximas a costa (Sergipe; VLI, 2023). Essa iniciativa funcionou como uma mola propulsora para que outros empreendimentos chegassem ao município, desde a construção da ponte Aracaju/barra até a mais recente Usina Termoelétrica Porto de Sergipe I.

O TMIB além de transformar a paisagem, modificou também a dinâmica ambiental e a geomorfologia costeira da praia de Jatobá, na figura 16 é possível notar a partir da faixa de areia, o quebra-mar que impede as ondas de seguir seu percurso natural.

O Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), o único terminal marítimo do estado de Sergipe e que movimentava graneis sólidos (como o coque de petróleo), graneis líquidos, grãos e faz operações *Off shore*, bem como, oferece suporte para as embarcações de apoio às plataformas de petróleo próximas a costa (Sergipe; VLI, 2023). Essa iniciativa funcionou como uma mola propulsora para que outros empreendimentos chegassem ao município, desde a construção da ponte Aracaju/barra até a mais recente Usina Termoelétrica Porto de Sergipe I.

O TMIB além de transformar a paisagem, modificou também a dinâmica ambiental e a geomorfologia costeira da praia de Jatobá, na figura 16 é possível notar a partir da faixa de areia, o quebra-mar que impede as ondas de seguir seu percurso natural.

Figura 16-Partes do complexo Industrial e Portuário: Porto Sergipe



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Por conseguinte, impede também que os peixes chegem junto com as ondas à linha da costa, onde as pescadoras artesanais costumavam exercer seu serviço laboral, enquanto as crianças brincavam junto delas e podiam voltar as suas residências assim que fosse necessário pra dar continuidade ao beneficiamento do pescado e suas outras atividades cotidianas, que garantem a (re)produção da vida comunitária.

[...] Não é de hoje que denunciamos o nosso extermínio, Povos e Comunidades Tradicionais que fazemos da natureza o lugar onde nascemos, crescemos e produzimos a vida. Estamos sendo impedidos e impedidas de praticar a pesca, a coleta das frutas nativas, a mariscagem, a agricultura. Nosso território está sendo destruído e cercado. Estamos sendo atacados! [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 1).

Com a dinâmica ambiental alterada e com as suas vidas atravessadas pela mão do Capital, essas mulheres se organizam para disputar os espaços que lhe são negado. Por meio da organização comunitária, elas podem negociar com mais força e resistir às pressões dos grandes empreendimentos, como em Audiências Públicas, participação em comitês consultivos e outros espaços onde políticas e projetos são discutidos e decididos. Buscam também diversificar suas fontes de renda, isso pode incluir atividades complementares, como turismo comunitário, artesanato e agricultura familiar.

A vista disso, um marco importante que aconteceu no estado de Sergipe foi o Decreto da Lei de Gerenciamento costeiro que com o intuito de garantir medidas voltadas para o progresso econômico em consonância com a preservação ambiental, a Lei n. 8.634/2019 estabelece o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), divulgado no Diário Oficial do Estado de Sergipe pelo Governador Belivaldo Chagas.

Esta lei é a primeira do estado que contempla o decreto 6.040/2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual estabelece o reconhecimento da relação corpo-território que os PCT's possuem, bem como assegura que esses povos sejam respeitados em suas especificidades, essa conquista foi fruto da luta organizada das Comunidades tradicionais de Sergipe, as quais em sua maioria são lideradas por mulheres.

Dentre os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, tem-se: “Implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social” (Brasil, 2007)”

Na figura 17 podemos verificar a discrepância paisagística entre natureza/desenvolvimento, além de demonstrar as contradições do Capital, uma vez, que a instalação do Complexo Industrial e Portuario impede a passagem dos pescadores e pescadoras que antes da instalação desses empreendimentos tinham acesso livre para ir vir com seus instrumentos de trabalho, agora a comunidade precisa caminhar quilômetros para chegar na faixa litorânea.

Figura 17- Partes do complexo Industrial e portuário: um dos sete armazéns do TMIB visto a partir da linha da costa na Praia de Jatobá.



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Este é um dos sete galpões que comporta e armazena o coque de petróleo, grânéis líquidos e grãos, assim os materiais particulados são levados com a brisa marítima em forma de fuligem para as residências, solo e água das comunidades circunvizinhas, sem nenhuma mensuração ou publicização dos possíveis e reais impactos, por parte do Estado e da VLI logística que é a atual responsável pelo TMIB.

[...] O Estado brasileiro omite as informações que são de interesse coletivo. Não temos informações precisas sobre o tempo e dimensão dos impactos. Sentimos na pele os reflexos do desmonte das políticas ambientais e da conivência e compromisso estatal com a ação de agentes e empresas que colocam o lucro acima da vida. O cheiro dos rios, dos mangues e do mar é o cheiro de nossos corpos. A política de desenvolvimento custa a natureza, custa as comunidades tradicionais, custa a vida. Enquanto o petróleo é derramado sobre nós, o governo se preocupa com o leilão de novos blocos exploratórios [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 1).

Em relação a omissão de informações pelo Estado brasileiro, as comunidades seguem em ações para promover a transparência e a responsabilização. Na busca pela efetivação de leis de acesso à informação, engajamento com a mídia e criação de redes de apoio. Essas medidas visam garantir que a população tenha de fato acesso a informações precisas e confiáveis sobre os impactos ambientais, sociais e de saúde.

IV.I.II Central Geradora de Energia Eólica

A Central Geradora de Energia Eólica (figura 18) está instalada nas proximidades ao Complexo Industrial Portuário e corresponde a outro empreendimento de grande porte que trouxe consigo impactos territoriais e socioambientais ao município. A instalação dos cata-ventos gigantes, como é popularmente denominada pela população local, está situada em uma área com presença de dunas e vegetação de restinga em que populações extrativistas desenvolvem atividades tradicionais (Jesus, 2017).

Figura 18-Parque Eólico visto do quintal da marisqueira e/ou pescadora artesanal



Fonte: Agência Pública, 2023; Organização: Thayná Albuquerque, 2023.

O investimento na produção de energia eólica cresceu principalmente na virada do último século, na busca por fontes de energia alternativa, o Brasil possui grande destaque, visto que as condições geográficas o favorecem. Apesar da produção de energia alternativa ser um avanço significativo, no que diz respeito a matriz energética mundial, é necessário levar em consideração que “Apesar de ser considerada, no discurso de muitos, como energia limpa, é preciso verificar suas implicações e ir além do que é divulgado” (Araújo, 2018, p. 32).

As principais objeções à instalação de parques eólicos estão centradas na perturbação visual e sonora que eles causam. Além disso, surgem processos judiciais associando essa modalidade de geração de energia a uma série de outros efeitos, como a desvalorização de propriedades próximas às grandes turbinas, mudanças nos elementos do meio ambiente (incluindo água, solo, topografia e paisagem), interferências nos padrões de marés e até mesmo alegações mais graves, como os impactos fisiológicos decorrentes dos ruídos e vibrações das turbinas eólicas, como taquicardia, náuseas e visão turva. (AmbienteEnergia, 2010).

Além de prostituição, conflitos fundiários entre proprietários, baixas condições de trabalho, ocupação desordenada causada pelo êxodo dos trabalhadores, desrespeito às áreas de comunidades tradicionais, aumento da violência e acesso a drogas ilícitas.

IV.I.III Indústria Cimenteira Votorantim

A indústria cimenteira Votorantim (figura 20) que utiliza o Coque de petróleo em suas caldeiras de produção, e é também a maior produtora e fornecedora de calcário em Sergipe, substâncias de grande utilidade na produção aquífera em carcinicultura, bem como, possui relevância para as construtoras do ramo imobiliário do estado.

As indústrias cimenteiras podem causar diversos impactos socioambientais, como poluição do ar e da água, consumo excessivo de recursos naturais, impactos na saúde humana, podem estar associadas a problemas de saúde, como doenças respiratórias, câncer e distúrbios neurológicos, devido à exposição a substâncias químicas tóxicas liberadas durante os processos de produção e combustão, bem como, deslocamento das comunidades e emissões de gases de efeito estufa.

Figura 19-Partes do complexo Industrial e Portuário: Indústria Cimenteira Votorantim



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

[...] Por sobrevivência, muitos e muitas de nós estamos exercendo nossas atividades em ambientes contaminados ou não teremos o que comer e como alimentar nossas famílias [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 2).

Essa situação é crítica e reflete o que as famílias das comunidades tradicionais estão enfrentadas, que, não obstante, são vulneráveis ou de baixa renda. É inaceitável que indivíduos tenham que escolher entre expor-se a ambientes contaminados para garantir sua subsistência ou arriscar a segurança alimentar de suas famílias. Isso destaca a importância de políticas governamentais eficazes, investimentos em saúde pública e medidas de proteção ambiental para garantir que todos tenham acesso a condições de trabalho seguras e alimentação adequada, sem comprometer sua saúde ou bem-estar.

IV.I.IV Carcinicultura

Júnior; Gomes; Rocha (2021) em seu estudo a respeito da carcinicultura no Brasil, colheu dados e informações a respeito dos impactos socioambientais que derivam desse tipo de exploração, são eles: Ocupação, degradação e supressão das áreas de manguezais e no seu entorno (apicuns) e desmatamento ou diminuição da cobertura florestal; Contaminação de corpos d'água, degradação da qualidade das águas; Extinção de espécies pesqueiras e demais espécies da fauna costeira, perda da biodiversidade.

Além da intensificação de processos erosivos; Modificação do fluxo dos corpos hídricos nos estuários ou interferência nos padrões de circulação da água nos estuários, modificação dos fluxos das marés; Disposição inadequada de resíduos sólidos; acumulação de sedimentos, lixo, entulho e outros rejeitos no ambiente aquático; Assoreamento e aterramento.

Também foram encontrados a eutrofização do ambiente aquático; Salinização de lençóis freáticos e das águas doces; Risco de introdução de espécies exóticas e difusão de epidemias com a disseminação de doenças entre os crustáceos; Redução e extinção de habitats de numerosas espécies; Extinção de áreas de mariscagem, pesca e captura de caranguejos; expulsão de pescadores de seus locais de trabalho; proibição de acesso às áreas de pesca; de coleta de caranguejos e mariscos.

Em Jatobá, a carcinicultura (figura 20) além de contaminar as águas com produtos químicos, privatizar e cercar os lagos que dão acesso aos mangues, em conjunto com a especulação imobiliária e construções de grandes condomínios de luxo que espoliam os corpos-territórios e seguem levando a destruição por onde passa.

Figura 20-Tanques de carcinicultura na comunidade Jatobá



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

[...] Os crimes praticados pelas empresas e empreendimentos ameaçam nossos territórios de vida e intencionalmente nos forçam a mudar de nossos locais e vivência e trabalho com destino às periferias dos grandes centros urbanos. Este deslocamento forçado de nossas comunidades nos leva a aumentar os índices de miséria e moradia sem condições dignas nas metrópoles ou pontualmente aos subempregos gerados pelos grandes empreendimentos que se instalam. Querem nos expulsar, mas de nossos territórios não sairemos [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 2).

As áreas de manguezais, historicamente foram ocupadas de forma tradicional e não possuía valor de mercado, com o avanço tecnológico que proporcionou rentabilidade à estas áreas, os povos e comunidades tradicionais que ocupam estas áreas sofrem com o racismo ambiental, ao serem expulsos e empurrados para as periferias das cidades, para dar lugar aos grandes empreendimentos, como resorts e condomínios de Luxo, como é o caso do Condomínio Thai Residence, localizado na Barra dos coqueiros.

IV.I.V Cercamento do manguezal e complexo termoeletrico Porto Sergipe I

De acordo com Brasil (2020) a maior termoeletrica a gás natural da América Latina está

localizada na Barra dos coqueiros, em Sergipe. A principal queixa das comunidades em relação ao complexo termoeletrico são os cercamentos dos mangues, que modificou completamente o modo vida, principalmente das marisqueiras, que não conseguem mais acessar as áreas onde elas cresceram e desenvolviam a cata do marisco.

[...] impedem nossas passagens de acesso às águas e fecham nossos portos, nossas entradas e beiradas...A reparação histórica e pelo derramamento do óleo se dará com a garantia de permanência plena em nossos territórios. Diante disto, ecoamos nosso grito por demarcação e regularização dos nossos territórios já [...] (Instituto Socioambiental, 2019, p. 2).

Podemos visualizar como ocorre o cercamento do mangue em Jatobá, nas figuras 21 e 22:

Figura 21-Cercamento dos mangues e passagem para Termoelétrica



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Figura 22-Cercamento do mangue



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

IV.II Rizoma da comunidade Jatobá, Barra dos coqueiros/SE

O rizoma foi um conceito elaborado por Deleuze e Guattari (1995) na busca de superar o pensamento arborescente de causa e efeito, e sobretudo da hierarquização proposta pelas ciências exatas. Um dos princípios-chave deste pensamento é o de Multiplicidade, estas multiplicidades são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes.

Segundo os autores a multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas e dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza. Assim são os agenciamentos maquínicos presente entre os megaprojetos e o corpo-território da comunidade de Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade, que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas que hora se encontram hora se dispersam (Deleuze e Guattari, 1995).

Todas as multiplicidades são planas, uma vez que elas preenchem e ocupam todas as suas dimensões: falar-se-á então de um plano de consistência das multiplicidades, sendo que este “plano” seja de dimensões crescentes segundo o número de conexões que se estabelecem nele. As multiplicidades se definem pela fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras (Deleuze; Guattari,1995).

O plano de consistência (grade) é o fora de todas as multiplicidades. A linha de fuga marca, ao mesmo tempo: a realidade de um número de dimensões finitas que a multiplicidade preenche efetivamente; sendo que esta realidade não é um estado e sim produto, “ser rizomorfo é produzir hastes e filamentos que parecem raízes, ou, melhor ainda, que se conectam com elas penetrando no tronco, podendo fazê-la servir a novos estranhos usos” (Deleuze; Guattari,1995).

De acordo com os autores Deleuze e Guattari (1995) para se obter um rizoma é necessário visualizar as os seguintes princípios:

- Conexão: qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo;
- Heterogeneidade: qualquer conexão é possível, marcando um arranjo por elementos e ordenações distintas;
- Multiplicidade: não há unidade, há um arranjo de linhas que se definem por fora,

pela desterritorialização, segundo as quais as linhas mudam de natureza ao se conectarem umas com as outras;

- Ruptura de hierarquização: não há uma única direção, pode ser rompido ou quebrado em lugar qualquer e retomado segundo uma outra de suas linhas e segundo outras linhas;

- Cartografia: pode ser mapeado, cartografado. Tal cartografia nos mostra que ele possui entradas múltiplas, isto é, o rizoma pode ser acessado de infinitos pontos, podendo daí se remeter a quaisquer outros pontos em seu território.

Além disso, o rizoma é uma ferramenta conceitual útil para entender a complexidade e interconexão dos sistemas naturais e sociais. Ele nos encoraja a pensar de maneira mais holística e interdisciplinar, reconhecendo as múltiplas camadas de interdependência que caracterizam o mundo em que vivemos. Como pode ser notado nas figuras 23 e 24 e 25 não conseguimos identificar onde começa um e termina o outro, pois não há início/fim e por muitas vezes se entrecruzam ao mesmo tempo que são interdependentes.

Figura 23- Onde começa um e termina o outro? Indústria cimenteira, TMIB, Parque Eólico e gasoduto



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Figura 24- Onde começa um e termina o outro? Parque Eólico e Gasoduto



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Figura 25- Onde começa um e termina o outro? Praça da comunidade e Gasoduto/oleoduto



Fonte: Thayná Albuquerque, 2023.

Todo esse emaranhado que atuam no processo de vulneração/r-existência das comunidades compõem o rizoma, na figura 26 é possível visualizar as multiplicidades, as interconexões e a fluidez das relações entre diferentes ideias, conceitos ou elementos desse sistema.

Nesse sentido, foi a partir do corpo-território das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais que o plano de consistência do rizoma de Jatobá foi aqui elaborado, visualizando as conexões entre o coque de petróleo, TMIB, indústria cimenteira, parque eólico, complexo termoelétrico, Gasoduto, Oleoduto, carcinicultura, especulação imobiliária, termoelétrica, e as contaminações socioambientais.

Entretanto, há também no mesmo plano, articulações que contribuem no ato deste corpo-território das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais de Jatobá de r-existirem que são

a dinâmica e os padrões de conexão dentro do rizoma podem se romper e as linhas de fuga se reconfigurarem, o rizoma por ser uma estrutura descentralizada e não hierárquica, a qual não há um ponto central de controle ou autoridade. Isso desafia as estruturas de poder tradicionais que dependem de hierarquias fixas e centralizadas para manter o controle sobre indivíduos e grupos.

Em síntese o rizoma oferece uma abordagem alternativa e radical para pensar sobre o poder e a resistência, desafiando as estruturas de poder dominantes e oferecendo espaços de possibilidade e liberdade dentro de sistemas sociais, políticos e culturais. Uma vez que a questão de gênero em Povos e Comunidades Tradicionais não é um assunto muito abordado na ciência, principalmente quando se trata de teoria marxista e movimentos radicais feministas, onde a identidade é naturalizada.

Aqui este conceito foi tratado a partir das diferenças e afinidades, englobando a relação entre poder, conhecimento e práticas sociais. Desta forma, “conceituar gênero exige o entendimento das diferenças biológicas, psicológicas e sociais, que vão além do papel masculino e feminino, buscando formas de análise e contextualização mais amplas e complexas” (Grubtis; Darrault-Harris; Pedroso, 2005).

Para Pontes; Ribeiro e Nascimento (2013, p. 2) é imprescindível falar sobre classe quando se remete a gênero “isso porque, a sociedade capitalista engendra um processo de divisão do trabalho que incide diretamente no cotidiano das famílias reproduzindo, em formatos históricos, a divisão sexual e social do trabalho.” Bem como, o papel de produtividade é atrelado ao homem e da reprodutividade à mulher.

Tendo em vista que a divisão entre produção e reprodução se situa no bojo da compreensão sociocultural de Povos e Comunidades Tradicionais, as quais “a mulher vem se destacando como sujeito que contribui significativamente nas atividades produtivas [...] Tais questões socioculturais findam, sobremaneira, na organização do trabalho, no *ethos* cotidiano e nas práticas culturais desenvolvidas” (Pontes; Ribeiro e Nascimento, 2013, p. 3).

Segundo Bourdieu (1998), os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, no entendimento de mundo, na medida em que são também estruturados. E a estruturação decorre da função que os sistemas simbólicos possuem de integração social para um determinado consenso. O consenso aqui apresentado é o da hegemonia, ou seja, de dominação.

No enfoque coletivo de comunidades tradicionais os sistemas simbólicos se dão de maneira que:

As relações de gênero no contexto comunitário estão entrelaçadas diretamente à questão cultural. O agir cotidiano que varia desde as tarefas realizadas dentro de casa até as atividades produtivas que envolvem a comunidade precisam considerar a cultura local. Neste processo há o engajamento dos indivíduos e, ao mesmo tempo, certa divisão entre homens e mulheres no acesso aos ambientes (Pontes; Ribeiro; Nascimento, 2013, p. 3).

Dentro da perspectiva Bourdiana (1998, p.18) que revela a disseminação do poder em variados aspectos, para o autor o poder simbólico é “invisível e só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele.” Assim sendo a arte, religião, língua, ciência, etc., que são esferas simbólicas do cotidiano, também são como “instrumentos de conhecimento e construção do mundo.”

Nesse sentido “as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes”. Ou seja, o embate de classes é colocado em questão, sobretudo no aspecto simbólico, visto que as distintas classes estão emaranhadas nas intencionalidades de acordo com as suas próprias aspirações (Bourdieu, 1998, p. 18).

As estruturas simbólicas são diversificadas de acordo com cada circunstância de produção e de recepção. Dessa forma a autodeterminação das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais constitui-se na medida em que seus discursos se desenvolvem. “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer (...) só se exerce se for reconhecido” (Bourdieu, 1998, p. 14).

E deste modo, o poder simbólico é uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder e de r-existência.

O campo político é, pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos (Bourdieu, 1998, p. 185).

Levando em consideração o exposto, é possível compreender como o poder, e a resistência se entrelaçam, e por vezes essas formas de poder e resistências se confundem e movem-se de lugar, como no jogo político, nada é estático, os discursos também não o são e assumem forma de rizomas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem”*

(Bertolt Brecht)

Vislumbrando o corpo das mulheres como a primeira fronteira a ser defendida, esse estudo buscou auxiliar na visibilidade do protagonismo feminino ao enfrentamento da atual crise socioambiental, de modo a colaborar na defesa da vida comunitária, dos saberes e no fortalecimento da autonomia e cultura dos territórios de vida das mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais de Sergipe.

Da mesma maneira que contribui para o aumento de produção científica que contemple em consonância as temáticas da opressão feminina, saúde coletiva e ambiental e os impactos do modelo de desenvolvimento econômico que se encontram dispersos, especialmente aos riscos socioambientais advindos da indústria petroquímica e atinge de forma indissociável os corpos-território dessas comunidades.

Eduardo Galeano diz que “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes.” As mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais vem há séculos se reinventando e (re)criando estratégias de R-existência para manter sua identidade, seu modo de vida ancestral e lutando frente à “questão ambiental” pela vida da sua comunidade.

Assim, seus corpos-territórios são a primeira fronteira a ser defendida. De acordo com Laura Tavares (2003) a feminização da pobreza com o crescente número de mulheres com responsabilidades como chefes de família, tem sido um dos efeitos mais dramáticos desse processo de reorganização societária conformado pela globalização neoliberal.

Com a alavancada da produção petrolífera na década de 90, Sergipe passou a ser um dos polos de alta produtividade de petróleo, ademais, seus subprodutos, em específico, o Coque de Petróleo depreende grande rentabilidade aos produtores, entretanto as comunidades circunvizinhas ao porto, sofrem com seus efeitos, principalmente pela poluição atmosférica advindas dos hidrocarbonetos e enxofre, substâncias estas, presente no Coque de petróleo.

A análise de risco, embora categorizadas e conhecida entre os pesquisadores, não foram devidamente trazidas à tona, ainda tendo em vista o risco iminente, há traços de impacto à saúde, não sendo totalmente vinculadas ao que é evidenciado na pesquisa em plataformas de divulgação.

Não havendo resultados de teses, artigos de revisão e dissertações na maioria das plataformas, evidencia a precariedade de divulgação científica acerca do risco verificado, trazendo um novo risco: o da manutenção de pesquisas sobre esse problema ambiental, uma vez que o CVP dispõe de composição físico-química com efeitos de detecção baixos, mas fatais em tempo de exposição frequente e constante.

Apesar de não haver comprovações de que o coque de petróleo seja de fato cancerígeno, há evidências suficientes que os elementos químicos que o compõe são carcinógenos, para cenários industriais complexos, como vários empreendimentos de potencial poluidor, exigem um sistema de vigilância à saúde competente e articulado intersetorialmente que contemplem os saberes das comunidades que lidam com os efeitos nocivos desses empreendimentos.

Assim o sistema de saúde vigente, necessita se apropriar do conceito de vulnerabilidade, indo além dos riscos, levando em consideração que, as comunidades podem contribuir nesse avanço conceitual, diante das violências circunscritas em seus corpos-territórios, que sofrem as violências e processos de vulneração com as instalações de megaprojetos e grandes obras.

Esses megaprojetos vem alterando a dinâmica socioambiental dessa comunidade, como a ausência do pescado na linha de costa, que reverberou diretamente na dificuldade dessas mulheres em encontrar locais propícios para desempenhar seu ofício, além de expor seu próprio corpo à toxinas e produtos químicos aos quais não se sabe ao certo seus possíveis e reais níveis de perigo.

Nesse sentido o processo de adoecimento pelo Coque de petróleo tende a se apresentar de forma mais intensa nas mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais, em decorrência da sua tripla jornada de trabalho que a deixam mais expostas a degradação física, ambiental e psíquica dos efeitos dessa substância nos seus corpos-territórios.

Uma das formas com que os povos e comunidades que ocupam territórios tradicionalmente têm de r-existirem, é a partir dos conflitos socioambientais que evidenciam as relações assimétricas de poder sobre o seu território, e é uma maneira de resistir contra o avanço da destruição dos seus corpos-territórios.

Dessa forma, esses povos se auto organizam e as mulheres marisqueiras e pescadoras artesanais vem galgando esses espaços de liderança e disputa política, e acabam por colocar suas vidas em risco para denunciar e proteger seus territórios de vida contra o avanço do capital, a partir de megaprojetos como ocorre em Jatobá, Barra dos Coqueiros/SE.

Não obstante o mapeamento rizomorfo fez-se de um importante instrumento político-científico na análise e registro do (re)conhecimento dos impactos bio-psico-histórico-social-cultural presentes, bem como, nos deu possibilidades de um (re)desenho de mundo.

A discrepância entre quem fica com a distribuição dos prejuízos socioambientais em contraposição à dos lucros econômicos, demonstra o quanto há de insustentabilidade nessas indústrias petroquímicas e megaprojetos e a falta de participação de quem foi ou será atingido nos espaços de decisões contribui para a perpetuação do modelo insustentável de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tereza. **A concepção sociedade/natureza redimida pela questão ambiental contemporânea**. UERJ: Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, 2010.

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil. GONÇALVES, Josiane Peres. **Conhecendo a Perspectiva Pós-Estruturalista: Breve Percurso de Sua História e Propostas**, 2017.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, 2010.

ARAÚJO, Carlos Eduardo de. **O conteúdo de energia eólica no ensino de Geografia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

AYRES, JRCM et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, (org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2009. p. 121-43

BANHO. Interprete: Elza Soares. Compositora: Tulipa Roiz Chagas. In: Deus é mulher. Local: Deck, 2018.

BEIRA MAR. Intérprete: Maria Bethânia. compositores: Jose Carlos Capinan, João Roberto Caribe Mendes. In: Dentro do mar tem rio. Local: Biscoito Fino, 2007.

BARRAGÁN GIRALDO, Diego Fernando. **Cartografía social pedagógica: entre teoría y metodología**. Revista colombiana de educación, 2016, no 70, p. 247-285.

BARBOSA, Rita de Cássia Moreno. **Infância, autonomia e pós-estruturalismo: alguns diálogos**. Dissertação (Mestrado) São Carlos: UFSCar, 2015.

BATISTA, Rosana de Oliveira Santos; ROCHA, Florisvaldo Silva; Natureza e pensamento complexo nas ciências ambientais: dimensões e desafios. In: SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; [et al.], (Org.). **Reflexões teórico-metodológicas e práticas pedagógicas nas ciências ambientais**. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 2012.

BRASIL (2020). Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Portaria nº 6.730, de 09 de março de 1994. Brasília. 2020.

CARVALHO, Marcelo de; KOBAYOSHI, Marcelo; CARVALHO, Marcius Fabius Henriques de. **Produção de Coque de Petróleo e sua Estratégia de Negociação**. XIII SIMPEP. BAURU, 2006.

BRASIL. Base Legislação da Presidência da República - Decreto nº 3.450 de 09 de maio de 2000, Disponível em: <presidencia.gov.br> Acesso em: dez. de 2022.

BRASIL. Mapa de Geodiversidade- Ministério de Minas e Energia, 2023.

BRASIL. O impacto de substâncias químicas sobre a saúde pública: Fatores conhecidos e desconhecidos. Brasília, DF: Organização Pan-Americana da Saúde; 2018.

BRASIL. Maior termoeletrica a gás natural da América Latina é inaugurada em Sergipe. Disponível em: <www.gov.br> Acesso em: dez de 2020.

CARNEIRO, F. F. et al. **Teias de um observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil.** Tempus, actas de saúde colet., Brasília, v. 8, n. 2, p. 275-293, jun, 2014.

CARVALHO, Cristiano Ramos de. BOMFIM, Alexandre Maia do. "Conflito socioambiental como mote à educação ambiental crítica: estudo de um contexto de conflito ambiental na Baixada Fluminense." **Ensino, Saude e Ambiente** 13.3, 2020.

CASTRO, Josué de. O ciclo do caranguejo. São Paulo: Platéia, 1935. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/ciclocarangueijo.html> Acesso em: Dez de 2023.

CEZAR, Lilian Ságio. THEIS, Rafaella. **Ser ou não ser pescadora artesanal? Trabalho feminino, reconhecimento e representação social entre marisqueiras da bacia de campos, RJ.** Rev. Antropol. v. 63 n. 3: e178848, USP, São Paulo, 2020.

CNDH. Relatório da Missão Emergencial Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Sobre Os Impactos do Derramamento De Petróleo Na Vida De Povos e Comunidades Tradicionais De Sergipe e Bahia. Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-dedireitos-humanos-cndh>. Acesso em: Outubro, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Terra, corpo e território. Julho, 2020. Disponível em: <Comissão Pastoral da Terra - Terra, corpo e território (cptnacional.org.br)> Acesso em: 29 de outubro de 2021.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; JUNIOR, Salvador Carpi. Risco ambiental: conceitos e aplicações. **CLIMEP-Climatologia e Estudos da Paisagem**, v. 2, n. 2, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 1. Trad.: Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.

EGLER, C. A. G. Geoeconomia do petróleo e gás natural e seus impactos na Zona Costeira e Marinha. In: MUEHE, D.; LINS-DE-BARROS, F. M.; PINHEIRO, L. (orgs.) **Geografia Marinha: Oceanos e Costas na Perspectiva de Geógrafos**. Rio de Janeiro: PGGM, 2020.

AGÊNCIA PÚBLICA. Eólica e termelétrica tiraram as terras e o sustento de comunidade pesqueira em Sergipe. Agência publica, 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/>> Acesso em: agosto de 2023.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Ciranda das Mulheres Sábias: Ser Jovem enquanto velha e Velha enquanto jovem.** Tadução: Waldea Barcellos.- Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

EVANGELISTA, Andressa Tairine. **Análise do impacto ambiental do processo de produção do ferro-gusa por meio dos princípios da química verde e de indicadores de sustentabilidade.** Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologia Industrial) - SENAI CIMATEC, Salvador, 2020.

EVARISTO, C. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Mazza. 2016.

PISQ (International Programme on Chemical Safety)/**IRPTC** (International Register of Potentially Toxic Chemicals), 1992. Computadorized Listing of Potentially Toxic Chemicals. Geneva: World Health Organization/United Nations Environment Program/International Labour Organization, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo SYCORAX. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mansano; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O ciclo do caranguejo** in: Josué de Castro: vida e obra. – 2ed. rev. e ampl – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Joelson. **Por terra e território:** caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos povos, 2021.

FONTES, L. C., Kowsmann, R. O., Puga-Barnabéu, A. (editores). **Geologia e Geomorfologia da Bacia de Sergipe-Alagoas.** Editora Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.

FRANÇA, J. M. **Reflexão sobre os Cenários de Risco do Coque Verde de Petróleo:** perspectivas para a vigilância em Suape. Monografia (Especialização em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 9ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

FREITAS, Carlos Machado. **Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais,** Revista: ciência e saúde coletiva, 2003.

GALEANO, Eduardo. **As veias Abertas da América Latina.** Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GAGO, Verónica. **A potência Feminista, ou o desejo de transformar tudo.** Tradução: Igor peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A territorialização do capital financeiro e as multideterminações da expropriação capitalista no litoral norte sergipano.** 2021. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo. Atlas, 2008.

GORAYEB, Adryane. **Cartografia Social e Populações Vulneráveis**. Oficina do Eixo Erradicação da Miséria. Texto e Edição: Eliane Araujo. Laboratório de Geoprocessamento (Labocart) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fevereiro de 2014.

GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan; PEDROSO, Maria. **MULHERES INDIGENAS: poder e tradição**, Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez. 2005.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina. -21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2021.

GURGEI, Idê Gomes Dantas; Aline do Monte; GURGEI; AUGUSTO, Karen Friedrich Lia Giraldo da Silva. **Uso do coque verde de petróleo como matriz energética e potenciais danos à saúde e ao ambiente**, 2019.

HAESBERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Alegre, setembro de 2004.

_____. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: _____. RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. 2. ed. Francisco Beltrão: Editora da UNIOESTE, 2004.

_____. **Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)**. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56

_____. **Território e multiterritorialidade: um debate**. Rev Geogr. 2007;9(17):19-46. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/213/205>. Acessado em: dezembro de 2022.

HERNÁNDEZ, C. O. Gênero e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável. Ambiente y Desarrollo, v.14, n.26, p.3-33, 2010. Hucitec. Rio de Janeiro, Abrasco. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, **carta dos povos e comunidades tradicionais de sergipe à sociedade sobre o derramamento de óleo no litoral nordestino**, 2019.

Disponível em: <

siteantigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/carta_povos_e_comunidades_de_sergipe_sobre_o_oleo_1.pdf> Acesso em: jan. de 2023.

JESUS, Patrícia Santos de. **Tessituras, tramas e territorialidade das catadoras de mangaba na Barra dos Coqueiros-SE**, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

JUNIOR, Alcides de Sousa Coelho R. **O Homem Pós-Moderno e a Metodologia De Foucault**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-157, jul./dez. 2017.

JUNIOR, Marcos Antônio Calvacante; GOMES, Érico Rofrigues; ROCHA, Glairton

Cardoso. Impactos ambientais (negativos e positivos) da carcinicultura em ambientes costeiros: avaliação a partir de análise bibliométrica. **Geociências do Nordeste**, 2021.

JUNQUEIRA, Fábio de Assis; LEOPOLDO, Pedro. **A influência do processo de gestão de riscos da ABNT NBR ISO 31000-2018 na tomada de decisão: um estudo**. 301 p. Dissertação Mestrado Profissional em Administração. Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo – FPL, Pedro Leopoldo, 2021.

JURBERG, Rodrigo Fernandes. **A evolução da indústria petrolífera mundial e os impactos no comércio internacional de petróleo do século XXI após o início da exploração de fontes não convencionais pelos estados unidos**, UFRJ, 2016.

LEFF E. **Pensamento sociológico, racionalidade ambiental e transformações do conhecimento**, pp. 109- 157. In: Epistemologia ambiental. Cortez Editora, São Paulo, 2000.

LEFF, Enrique. **A complexidade ambiental**. Traduzido por Eliete wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Complexidade Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. In: JR, A. P; TUCCI, et. al. Interdisciplinaridade em ciências ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Lúcia Mathielde. – 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

LEITE, Ricardo. **A Ponte, Breve história do maior desafio de Sergipe**, Temática Editora, 2020.

LIMA, Luana Carolina Braz de. CAMURÇA, Andréa Machado. ROCHA, Mayara Melo. TEIXEIRA, Maiana Maia. VIANA, Lígia Alves. **Mulheres, agroecologia e justiça ambiental: cartografando histórias de resistência em territórios que enfrentam conflitos ambientais**, 2017.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, michael. **Microfísica do poder**. -11ª ed.- São paulo: Paz e Terra, 2021.

MARCOZERO. Carta aberta dos povos e comunidades tradicionais sobre a fome, derramamento de petróleo e a covid-19. Disponível em:<<https://marcozero.org/comunidades-tradicionais-de-sergipe-fome>> Acessado em: julho de 2023.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosófico**. Tradução: Raniere, J. São Paulo: Boitempo, 2004.

MASARO, L. **Reconciliação com a História: Foucault do estruturalismo ao pós-estruturalismo**. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20416>. Acesso em: 14 jun. 2021.

MATIAS, Rô Aragão; VASCONCELOS, Michele de Freitas Faria de; OLIVEIRA, Sandra Raquel Santos de. Pode a Diferença Insistir nas Entradas da sua Própria Aniquilação? Mulheres, Mangues e Movimentos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, 2021, p.

210–231

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. Editora Atlas, 13ª ed. SÃO PAULO, 2009.

MINAYO MCS. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, 2000.

MONTENEGRO, Jorge. ROCHA, Otávio Gomes. **A ordem moderno/colonial do desenvolvimento**: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais, 2017.

MORAIS, José Mauro de. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção** Ipea – Petrobras. BRASÍLIA, 2013.

NASCIMENTO, João Luís Joventino. LIMA, Ivan Costa. **Na pesca e na luta**: mulheres quilombolas pescadoras do mangue do cumbe contra as injustiças ambientais. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

NIELSSON, Joice Graciele. **Corpo Reprodutivo e Biopolítica**: a hystera homo sacer. 2020.

NUNES, Shauane I. Freire. **A ontologia do trabalho na constituição da unidade sociedade/natureza**: potencialidades e alternativas na construção positiva da práxis social. in: Alexandrina Luz conceição; José Danilo Santana e Silva. (org.). *O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação do humano e a banalização da teoria*. 1ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2019.

PEREIRA, Ronald dos S. **O setor portuário de Sergipe**: Alguns apontamentos sobre o Terminal Marítimo Inácio Barbosa. Textos para Discussão. Florianópolis, v.2, n.1, 2021.

PÉREZ, Mercedes Solá. **R-existências sociais pela vida - Camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponesas (Colômbia)**. Curitiba: CRV, 2017.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/-/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: set de 2023.

PETROBRAS. Coque verde de petróleo CVP. Disponível em: [https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/produtos/industriais/coque-verde-de-petroleo/#:~:text=O%20Coque%20Verde%20de%20Petr%C3%B3leo,UCR\)%20das%20refinarias%20da%20Petrobras](https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/produtos/industriais/coque-verde-de-petroleo/#:~:text=O%20Coque%20Verde%20de%20Petr%C3%B3leo,UCR)%20das%20refinarias%20da%20Petrobras) Acesso em 27 dez 2022.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva; RIBEIRO; Patrício Azevedo; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro. **Relações Socioculturais De Gênero Em Comunidades Tradicionais Na Amazônia**: os desafios vivenciados na comunidade São Lázaro/AM. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BARRA DOS COQUEIROS. Prefeito Alberto discute implantação do Reurb na Praia do Jatobá | Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros, disponível em: <<https://barradoscoqueiros.se.gov.br/noticias/prefeito-alberto-discute-implanta%C3%A7%C3%A3o-do-reurb-na-praia-do-jatob%C3%A1>> Acessado em: julho de 2023.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais.** Revista de Antropologia, V. 54 Nº 1. P 315, São Paulo, USP, 2011.

REIS, Gabriela Vieira. **Gestão portuária: análise do cenário atual no Terminal Marítimo Inácio Barbosa.** 86f. Monografia (graduação em Administração) – Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

Riscos ocupacionais: Como identificar, classificar e prevenir. Revista FARSITEC, mar 2018. Disponível em <https://fersiltec.com.br/blog/engenharia-de-seguranca/riscos-ocupacionais-identificar-classificar-prevenir/> acesso em 22 dez 2022.

ROSA, V. M.; SOUSA, K. F.; SZULCZEWSKI, N. A. S.; CARVALHO, A. V. **Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente.** Natural Resources, v.6, n.1, p.18-26, 2016.

SADALA, Klaudia Yared. BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. **Gênero e Meio Ambiente em Populações Ribeirinhas Na Amazônia: O Estado Da Arte De Estudos Que Relacionam As Temáticas.** Ano 10, Vol XIX, Número 1, Pág. 9-23, Jan-Jun, 2017.

SAMPAIO, Marlex Nascimento et al; **Avaliação dos Impactos Ambientais e Sociais da Usina Eólica Da Barra Dos Coqueiros,** Aracaju 2015.

SANTANA, Rejane Maria; GONÇALVES, Glaciene Mary da silva; GURGEL, Idê Gomes Dantas. **O risco e a vulnerabilidade: dois horizontes de visibilidade dos problemas socioambientais nos territórios de desenvolvimento,** 2019.

SANTOS, B. S., CARNEIRO, Fernando Ferreira. KREFTA, Noemi Margarida. FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **A Praxis da Ecologia de Saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos.** 4 Tempus, actas de saúde colet, Brasília,331-338, jun, 2014.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais à uma ecologia de saberes.** In: SANTOS, Boaventura Sousa de; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009, p. 9-72

SANTOS, Boaventura Sousa de. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** In: Revista crítica de Ciências Sociais. vol. 63, outubro, 2002.

SANTOS, Laís Alves Dos; LIMA, Michel de Melo. **(geo)grafias feministas, territórios de uso comum e o corpo-território a partir da construção da UHE de belo monte.** Anais do XIV ENANPEGE... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78515>>. Acesso em: jan. de 2022.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Aline do Monte, GURGEL, Idê Gomes **Conflitos e injustiças na instalação de refinarias: os caminhos sinuosos de Suape**, Pernambuco – Recife: Ed. UFPE, 2019.

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos; GURGEL, Aline do Monte; GURGEL, Idê Gomes Dantas. **Conflitos e injustiças na instalação de refinarias: os caminhos sinuosos de Suape**, Pernambuco– Recife: Ed. UFPE, 2019.

SANTOS, N. D Gabriela; ARAGÃO, R.Ivan; SOUZA, Acacia M.B. **Patrimônio cultural naval e proposta de roteiros turísticos para as embarcações tototós pelo estuário do Rio Sergipe**. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 2, 2016.

SANTOS, Sindiany Suelen Caduda dos. **Educação ambiental crítica e conflitos socioambientais na área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras**, Sergipe/Bahia–IXepea Juiz de Fora - MG 13 a 16 de agosto de 2017.

SERGIPE. Lei 7.320, de 20 de dezembro de 2011. Torna as embarcações Tototó Patrimônio Cultural e Imemorial do Estado de Sergipe, e estabelece disposições correlatas. Disponível em: <<http://www.segov.se.gov.br/>>. Acesso em: janeiro de 2023.

_____. Lei N^o8569, de 02 de setembro de 2019. Criação do Complexo Portuário e industrial em Sergipe. Disponível em: <leisestaduais.com.br/se/lei-ordinaria-n-8569-2019> acesso em: julho de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2^a ed. SÃO PAULO, 2017.

SILVA, JM. GURGEL, IGD, AUGUSTO, LGS. **Saúde, ecologia de saberes e estudos de impactos ambientais de refinarias no Brasil**. Botucatu, 2016.

SILVA, victor nathan fontes. **A educação ambiental crítica no brasil: as questões de gênero e da diversidade sexual, entre (in)visibilidade e dialogia**. UFS, 2018.

SMITH, Neil. **O Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

SOARES, Laura Tavares. O desastre Social. *In: Os Porquês da desordem mundial*. Emir Sader (Org.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Linalva Cunha Cardoso; VAZ, Jaqueline Freitas; SANTOS, Silmara Moraes dos. **Mulheres refletem sobre a luta por territórios livres e corpos-territórios livres**. 2020. Disponível em: <caritas.org.br> Acesso em: dez de 2022.

ANEXOS

Anexo A

Carta à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores da Barra dos Coqueiros

Nós, moradores/as dos povoados Touro, Canal, Capuã, Jatobá e Pontal da Barra, reunidos na tarde do sábado, dia 15 de Fevereiro de 2020, no povoado Capuã, ao conversar sobre a situação de nosso município, chegamos a triste conclusão de que estamos perdendo nossos territórios. A sensação é de que, a cada dia que passa, nossa permanência nos locais onde nascemos e fomos criados está sendo inviabilizada. Vamos sendo espremidos ao ponto de sermos expulsos dos nossos lugares de trabalho e moradia.

Os grandes empreendimentos industriais e imobiliários têm modificado a vida dos moradores/as na Barra dos Coqueiros, especialmente daqueles/as que vivem do extrativismo e da pesca. Os impactos sofridos são sem precedentes: às áreas de cata da mangaba e da mariscagem estão sendo reduzidas, com cercamento, especulação imobiliária e desmatamento de restingas e manguezais sem fiscalização dos órgãos ambientais, da mesma forma que os peixes e camarões são afugentados com a instalação e fluxo de grandes navios na costa, que vetam nossos pesqueiros e nos excluem das áreas tradicionais de pesca. Soma-se a isso as remoções forçadas e anunciadas de famílias para instalação dos empreendimentos. E aquelas que ficam perdem o sossego por conta da poluição sonora, além do medo de acidentes e doenças causadas pela poluição do ar, que provoca ardência na pele e grandes transtornos em nossas casas, sem que saibamos o teor dos materiais poluentes.

Por outro lado, a promessa de emprego não se realiza. Assistimos nossos territórios de vida serem ocupados, somos impedidos/as de realizar as atividades que sempre garantiram nossa sobrevivência para depois ouvir que não temos qualificação para trabalhar. Enquanto isso, vemos parte de nossa juventude ir embora, ao passo que muitos dos que ficam, na falta de ocupação, se perdem no abuso de álcool e outras drogas.

Por tudo isso, gostaríamos de aproveitar a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), responsável por determinar as prioridades do governo, para fazer um pedido: que os moradores da Barra dos Coqueiros sejam de fato a prioridade da gestão do município. Que as políticas públicas sejam hierarquizadas pela melhoria das condições de vida da população, pelo respeito aos modos de vida tradicionais e pela permanência da povos e comunidades tradicionais em seus territórios.

Com vistas a realizar esses objetivos, gostaríamos de ver incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) da Barra dos Coqueiros as seguintes propostas:

- Investimento na Atenção Básica em Saúde (ABS), com a **contratação de mais Agentes Comunitários de Saúde** que, em alguns casos, chegam a acumular três povoados (Canal, Touro e Pontal da Barra), a **melhoria da estrutura da Unidade Básica de Saúde do povoado Capuã** e a **instituição de uma política de Vigilância em Saúde em toda área de influência da Termoelétrica**, com monitoramento participativo e sistemático da população de Jatobá e atendimento especializado para possíveis casos de contaminação;
- Investimento na infraestrutura dos povoados, com a **regularização do abastecimento de água** em Jatobá, a **melhoria da Iluminação Pública** em Touro, Jatobá e Pontal da Barra e **das condições das estradas, acessos e ruas** em todos os povoados.
- Investimento em políticas de proteção ao Meio Ambiente, **com a garantia de acesso e exercício das atividades tradicionais de pesca e extrativismo de frutas nativas, ampliação da fiscalização nas áreas de restinga, praias, vargens, rios e manguezais e monitoramento das áreas de mangabeiras**, com a **criação da patrulha ambiental municipal que possa auxiliar na defesa das áreas e interlocução junto as comunidades.**

- Destinação de recursos para a **compra de insumos, implementos e máquinas pra a produção de mudas para recomposição de áreas degradadas da restinga e mata ciliar**, bem como **contratação de mão de obra da comunidade local**.
- **Levantamento, sistematização e publicação transparente e acessível das compensações ambientais de todos os empreendimentos já instalados no município**, em formato de cartilha impressa e digital a ser distribuído nas comunidades.
- **Construção do mercado municipal para com espaço de comercialização** reservado às extrativistas, marisqueiras, pescadores e associações.
- Melhoria nos serviços de coleta de lixo e **Instituição de coleta seletiva nos povoados**.
- Investimento em Segurança Pública, com a **ampliação do guarda municipal nos povoados** e a **viabilização de posto policial em Jatobá**.
- Investimentos em Educação, com a disponibilização de mais vagas em creches e **construção de uma Creche em Capuã**.
- **Construção de um Cemitério para os povoados**, para garantir mais dignidade nos momentos difíceis de perdas.
- Construção de espaços públicos de convivência e lazer, voltados a elevação da qualidade de vida em todos os povoados, **com a construção quadras poliesportivas no Canal e Pontal da Barra e praças**;
- **Políticas Públicas específicas para a Juventude**, articulada com **investimentos em educação e políticas de geração de emprego e renda**, como a construção de galpão para reparo de redes e barcos no povoado Canal com áreas de descanso para pescadores/as;

Barra dos Coqueiros, 15 de fevereiro de 2020

Assinam esta carta:

Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros
Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra Grupo de Trabalho do Observatório Social dos *Royalties*.

Anexo B

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
4º Ofício - Tutela Coletiva

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA
1.ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE

Processo Judicial número 0801815-09.2015.4.05.8500

Autor: Ministério Público Federal

Réus: Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, VLI Operações Portuárias S.A., VALE S.A e Votorantim Cimentos N/NE S.A.

Petição Cível n.: 009/2019/4º Ofício – Tutela Coletiva

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por conduto do Procurador da República signatário, vem, muito respeitosamente, perante Vossa Excelência, pronunciar-se sobre os requerimentos formalizados pela Votorantim Cimentos N/NE S.A.

Curial selar que uma vez instalado o procedimento de autocomposição do litígio, o acordo celebrado entre as partes delimitou como obrigações a serem cumpridas pela demandada Votorantim Cimentos N/NE S.A. as seguintes providências:

4.1 A VLI Operações Portuárias e Votorantim Cimentos se comprometem a dar continuidade às seguintes medidas já adotadas no Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB): enlonação dos caminhões carregados com coque ao deixarem o empreendimento em questão; controle do distanciamento e da altura das pilhas de coque; inspeção diária e limpeza das canaletas que circundam os pátios de armazenamento de coque do TMIB; e aspersão de água sobre as pilhas de coque por meio de vinte e três canhões distribuídos ao redor dos pátios, considerando a movimentação de produtos no interior dos pátios e as condições climáticas, a fim de que as emissões de material particulado para a atmosfera sejam eficientemente controladas; (...)

4.3. A VLI Operações Portuárias e Votorantim Cimentos se obrigam à adição do polímero aglomerante ou similar, no prazo de 180 dias a contar da homologação judicial do presente acordo, ao sistema de aspersão em operação nos pátios de armazenamento

de coque do TMIB, considerando a movimentação de produtos no interior dos pátios e as condições climáticas, ao adequado gerenciamento do referido polímero, de forma a eliminar, controlar e minimizar os riscos de doenças e acidentes às pessoas e ao meio ambiente, decorrentes da aquisição, transporte, manuseio, uso e pós-uso desse produto; (...)

4.7. A VLI Operações Portuárias e Votorantim Cimentos se comprometem a dar continuidade ao monitoramento da qualidade do ar realizado no TMIB de Partículas Totais em Suspensão (PTS) e Partículas Inaláveis (PM10), observando os critérios e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE
3º Ofício da Tutela Coletiva

padrões presentes na Resolução CONAMA nº 3, de 28.06.1990, além da disponibilização dos resultados do monitoramento à ADEMA, conforme especificações e periodicidade estabelecidas na Condicionante da Licença Ambiental de Operação de cada empresa; (...)

5.7. Apoio ao Centro da Terra, grupo espeleológico de Sergipe, através de aquisição e doação pela Votorantim Cimentos N/NE S.A. de equipamentos, impressão e editoração de livro e realização de exposições, com valor estimado de R\$ 53.224,00. A especificação dos itens consta em anexo, no prazo de 180 dias a contar da homologação judicial do presente acordo.

5.8 Aquisição e doação pela Votorantim Cimentos N/NE S.A., de material para instalação de viveiros de aclimação para Psitacídeos e Passeriformes na Fazenda Cordeiro de Jesus, situada no município de Pirambu/SE, cadastrada pelo IBAMA como Área de Soltura de Animais Silvestres (ASAS), com valor estimado de R\$ 13.906,00. A especificação dos itens consta em anexo, no prazo de 180 dias a contar da homologação judicial do presente acordo.

O responsável pela Fazenda Cordeiro de Jesus, entretanto, solicitou a alteração de alguns dos itens especificados no Anexo do Termo de Acordo. Ante a anuência deste MPF, a VOTORANTIM foi instada a se manifestar sobre o pleito.

Destarte, **na manifestação de id. 4058500.2252328**, a empresa registrou que não se opõe ao pedido de substituição, sugerindo, todavia, o depósito do valor de R\$ 13.906,00 (treze mil novecentos e seis reais) na conta da Fazenda Cordeiro de Jesus. Outrossim, requereu a suspensão do prazo para o cumprimento da obrigação até que seja decidido se a obrigação originária irá ser substituída na forma sugerida.

Após, **na manifestação de id. 4058500.2257989**, a parte juntou relatório fotográfico a fim de comprovar o cumprimento da obrigação de fazer estipulada no item 4.3 do acordo celebrado, por meio do qual se comprometeu a colocar polímero aglutinante no

sistema de aspersão em operação, requerendo a concessão de termo de quitação. Na oportunidade, ressaltou que se trata de polímero biodegradável, sendo desnecessário o tratamento do efluente através da instalação de uma estação de tratamento – ETE.

Por fim, **na manifestação de id. 4058500.2301809**, acerca da medida de compensação acordada no item 5.7, a Votorantim alegou que estava providenciando a compra de parte dos materiais elencados no anexo, solicitando dilação de prazo por 60 (sessenta) dias, tendo em vista o prazo de entrega estipulado pelos fornecedores. Por outro lado, sugeriu que, após a aquisição do material, o valor remanescente fosse transferido ao Centro da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE

3º Ofício da Tutela Coletiva

Terra para que a organização adquirisse “Kit Fósseis, Kit Rochas, Kit Fauna” bem como para que sejam custeados o fornecimento de combustível, manutenção de veículo, impressão de fotos, *banners* e auxílio de custos de monitores. Outrossim, requereu a suspensão do prazo para o cumprimento da obrigação até que seja decidido se a obrigação originária irá ser substituída.

Ante o exposto, o MPF passa a se manifestar:

a) Quanto à transferência dos valores para aquisição dos materiais diretamente pelo Centro da Terra e pela Fazenda Cordeiro de Jesus, o MPF não se põe ao pleito. Contudo, requer a intimação dos beneficiários para que se comprometam a aplicar os valores exclusivamente às finalidades previstas no termo de acordo, devendo apresentar perante esse DD. Juízo Federal a devida prestação de contas, sem prejuízo de posterior realização de vistoria nas localidades pela equipe técnica deste Órgão Ministerial;

b) Quanto à alegação de cumprimento da obrigação de fazer estipulada no item 4.3 do acordo, ao tempo que declara ciência do teor das informações apresentadas, o MPF informa que o termo de quitação somente poderá ser concedido após a fiscalização do órgão ambiental estadual (ADEMA), a qual será realizada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o cumprimento das obrigações pactuadas nos itens 4.1 a 4.8 do acordo, consoante previsto no item 6.2. Pugna-se, pois, seja a ADEMA intimada para tanto, devendo se programar para verificar o cumprimento das obrigações implementadas;

c) Quanto à dilação do prazo estabelecido no item 5.7 por mais 60(sessenta) dias, tendo em vista as justificativas apresentadas, o MPF não se opõe, mas o termo inicial deve ser o do requerimento. Entretanto, não há que se falar em suspensão do prazo para o cumprimento dos itens 5.7 e 5.8 até que seja decidido sobre a substituição da obrigação.

É a manifestação do MPF.

Aracaju (SE), aos 12 dias de fevereiro de 2019.

RAMIRO ROCKENBACH DA SILVA MATOS TEIXEIRA DE ALMEIDA
Procurador da República

Anexo C

CARTA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE SERGIPE À SOCIEDADE SOBRE O DERRAMAMENTO DE ÓLEO NO LITORAL NORDESTINO

Nós, pescadoras e pescadores artesanais, marisqueiras, catadoras e catadores de mangaba, quilombolas, camponesas e camponeses e demais povos e comunidades tradicionais costeiras, dependentes dos territórios pesqueiros, dependentes das dinâmicas das águas, marítimas e continentais e seus ecossistemas como restingas e manguezais, denunciaremos ao poder público e à sociedade civil, os impactos irreversíveis causados pelo gravíssimo crime ambiental decorrente do derramamento de óleo no litoral nordestino.

Trata-se do maior crime ambiental em extensão da história do Brasil, com mais de 2.100 quilômetros atingidos até o momento, cujos primeiros registros são de 30 de agosto e que atinge toda costa do estado de Sergipe desde 24 de setembro do presente ano. Prestamos solidariedade aos povos e comunidades tradicionais de toda região, pedimos ajuda e apresentamos nossas reivindicações para imediata providência.

O derramamento criminoso do óleo é um dos capítulos mais tristes da nossa história, de impacto sem precedentes sobre nossos territórios de vida e que se soma a outros ataques que já recebemos cotidianamente. O óleo derramado – e a omissão do Estado brasileiro na resolução e contingenciamento do problema – atinge de forma direta o equilíbrio do meio ambiente e, conseqüentemente, a pesca, a mariscagem e a cata das frutas nativas e as demais formas de agroextrativismo nestas áreas. É de percepção pública e notória a omissão e despreparo do governo brasileiro que, como afirma o Ministério Público Federal em suas ações recentemente propostas, parece ainda não ter se atentado para a gravidade do problema.

O Estado brasileiro omite as informações que são de interesse coletivo. Não temos informações precisas sobre o tempo e dimensão dos impactos. Sentimos na pele os reflexos do desmonte das políticas ambientais e da conivência e compromisso estatal com a ação de agentes e empresas que colocam o lucro acima da vida. O cheiro dos rios, dos mangues e do mar é o cheiro de nossos corpos. A política de desenvolvimento custa a natureza, custa as comunidades tradicionais, custa a vida. Enquanto o petróleo é derramado sobre nós, o governo se preocupa com o leilão de novos blocos exploratórios.

Não é de hoje que denunciaremos o nosso extermínio, Povos e Comunidades Tradicionais que fazemos da natureza o lugar onde nascemos, crescemos e produzimos a vida. Estamos sendo impedidos e impedidas de praticar a pesca, a coleta das frutas nativas, a mariscagem, a agricultura. Nosso território está sendo destruído e cercado. Estamos sendo atacados!

Nós nos somamos ao coro de toda sociedade pela limpeza imediata das áreas e contenção do óleo antes que adentrem em locais de difícil remoção, como mangues, arrecifes e rios. Em muitos lugares, nós, em mutirões, temos sido responsáveis pela retirada do óleo, muitas vezes sem apoio ou orientação dos poderes públicos. Mas defender nosso ambiente é necessário e não podemos esperar.

Por sobrevivência, muitos e muitas de nós estamos exercendo nossas atividades em ambientes contaminados ou não teremos o que comer e como alimentar nossas famílias. Reivindicamos políticas de indenização imediata que assegurem renda básica e dignidade a nossa gente. O seguro defeso é um direito dos pescadores e pescadoras e não uma política de reparação de crimes ambientais. A antecipação do pagamento do benefício previdenciário não garante que todos e todas de nós, Povos e Comunidades Tradicionais, impactadas pelo derramamento do petróleo acessaremos este direito.

Ressaltamos a necessidade de ter uma política que reconheça a existência de uma cadeia produtiva comunitária diretamente atingida que não se restringe aos pescadores e pescadoras beneficiárias do seguro defeso. Somos também homens e mulheres que atuamos no beneficiamento do pescado, no trabalho doméstico, no turismo de base comunitária, no comércio formal e ambulante, entre outras atividades que necessitam de uma política pública que viabilize as condições de vida diante deste crime ambiental.

Não temos uma política de saúde comprometida com as nossas demandas e isto fica ainda mais evidenciado com o crime ambiental do derramamento do petróleo. São inúmeros os casos, entre nós e em diversas comunidades, de queimaduras e coceiras na pele, ardência nos olhos, infecções intestinais. O óleo, quando em contato com os pelos e cabelos, é impossível de ser retirado, só nos restando a raspagem. É urgente a articulação das estratégias de saúde integral das populações do campo, das florestas e das águas.

É necessário que o poder público e o sistema de justiça, nas suas diferentes instâncias e órgãos, se articulem com ampla participação da sociedade civil e de nossas entidades representativas para garantir o que é nosso por direito. Poucos não falarão em nomes de todos e todas nós!

O crime ambiental do derramamento do óleo nas praias é mais uma etapa do avanço dos megaempreendimentos sobre as nossas comunidades. A ação da indústria petrolífera – e energética de modo geral - impacta diretamente nós Povos e Comunidades Tradicionais. Afugentam o pescado com a super sonoridade, nos expulsam nossos territórios, matam os nossos mares com derramamento de óleo, entre outros crimes. Estas indústrias se somam a outras, como a carcinicultura (carcimorte), que destrói os manguezais, polui as águas e altera os nichos de todas as espécies costeiras; A pesca predatória, que acaba com as comunidades de peixes; A especulação imobiliária, que nos afasta das nossas terras, matas e águas; A cana-deaçúcar, a criação de gado e o plantio de eucalipto, que destroem as matas e aumentam os latifúndios; Em conjunto, impedem nossas passagens de acesso às águas e fecham nossos portos, nossas entradas e beiradas.

Em pouco tempo, nossas comunidades não poderão realizar as atividades e comercializar o pescado e outros produtos da sociobiodiversidade, fonte de renda de nossas famílias. Em longo prazo, ficam ameaçadas a segurança hídrica, econômica e nutricional de nossas comunidades – e da sociedade como um todo.

Os crimes praticados pelas empresas e empreendimentos ameaçam nossos territórios de vida e intencionalmente nos forçam a mudar de nossos locais e vivência e trabalho com destino às periferias dos grandes centros urbanos. Este deslocamento forçado de nossas comunidades nos leva a aumentar os índices de miséria e moradia sem condições dignas nas metrópoles ou pontualmente aos subempregos gerados pelos grandes empreendimentos que se instalam. Querem nos expulsar, mas de nossos territórios não sairemos!

A reparação histórica e pelo derramamento do óleo se dará com a garantia de permanência plena em nossos territórios. Diante disto, ecoamos nosso grito por demarcação e regularização dos nossos territórios já! Pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras! Pela demarcação e titulação dos territórios quilombolas! Pela demarcação das reservas extrativistas das catadoras de mangaba!

Quem é o responsável pela emissão deste óleo nas praias? INVESTIGAÇÃO JÁ!

Medidas de contingência e limpeza? PAREM DE SE OMITIR!

Por ação ou omissão? RESPONSABILIZAÇÃO JÁ!

Indenização? PARA TODA CADEIA PRODUTIVA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS!

Reparação? TERRITÓRIOS LIVRES JÁ!

Tire óleo do caminho que eu quero passar
Tire o óleo do caminho que eu quero pescar
Tire o óleo do caminho que eu quero mariscar
Tire o óleo do caminho que eu quero catar
Tire o óleo do caminho, aqui é meu lugar
(Fio, Pacatuba/Sergipe)